

---

CAPÍTULO II

---

*Contestação*  
*Ideias, Lutas*  
*e Outros*  
*Aspectos do*  
*Movimento*  
*Operário*

---

# ***Conflitos Ambientalistas nas Minas Portuguesas***

(1850–1930)

## ***Introdução***<sup>1</sup>

Os conflitos industriais ocuparam um lugar importante na memória coletiva das comunidades mineiras no passado recente, na literatura e no cinema dedicado a esse universo, constituindo um tópico central da historiografia dedicada à história das relações industriais<sup>2</sup>. O interesse dos historiadores sociais pelo estudo dessas comunidades foi suscitado pela necessidade de compreender comportamentos coletivos inscritos em processos históricos mais vastos de mudança. Importava, nomeadamente, conhecer a relação dessas comunidades com a organização produtiva criada por empresas capitalistas, bem como os processos de comunicação embebidos nas

<sup>1</sup> Versões preliminares deste texto foram apresentadas no *Encontro Áreas Industriais e Comunidades Operárias (Sessão I. O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal – Bolsas Industriais e Comunidades Rurais)* que decorreu no Museu de Portimão, entre 3 e 4 de Junho de 2011 e no *Seminário Interesses Económicos e Movimentos de Protesto Político da Monarquia à República*, organizado por Daniel Alves e Paulo Jorge Fernandes, que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL) a 19 de Outubro desse ano. Este texto foi elaborado no âmbito do projeto *Movimento social crítico e alternativo: memória e referências* financiado pela FCT [PTDC/CPJ-CPO/098500/2008].

<sup>2</sup> Sobre história das relações industriais na indústria mineira onde se inscreve o fenómeno do sindicalismo e o estudo das relações laborais veja-se Feldman & Tenfelde (1990), em especial o texto de abertura de Klaus Temple, “On the History of Industrial Relations in Mining”

práticas paternalistas, a emergência das organizações autônomas de trabalhadores e as formas reativas a partir de baixo, enfim, o conflito aberto e a sua organização. Menor atenção foi dada aos *conflitos externos* associados ao desenvolvimento da atividade industrial nas regiões atrasadas e no contexto mais lato da abertura local à economia mundial. Referimo-nos aos conflitos desencadeados pela destruição ou alteração do ecossistema que suportava um modo de vida e uma determinada ordem social anterior, e que frequentemente opuseram os proprietários fundiários, lavradores, ganadeiros, pescadores e populações locais às companhias mineiras. Trataram-se, pois, de conflitos associados a alterações ambientais criadas diretamente pela atividade industrial moderna, apesar da ausência de uma consciência ecologista, ou de discursos de tipo tradicionalista ou naturalista que visavam mobilizar uma parte da sociedade contra os demónios da modernidade, nos quais a *máquina* surge como a reificação das modernas nações industriais.

O interesse dos historiadores sociais por este tipo de acontecimentos acompanhou a importância que têm vindo a assumir de forma crescente, na última década, os estudos sobre os conflitos ambientais (vistos quer na ótica das mudanças ambientais que induzem comportamentos violentos quer da competição entre grupos, organizações e

(Feldman & Tenfelde, 1990: 1–11) e, como exemplo desta historiografia, Knapp, Pigott & Herbert (1998), Kazuo (1998), Klubock (1998) Contreras e outros (1998), Parnell, Martin F. (1998), Holbrook-Jones (1982), García García (1996), Guimarães (2001), Higginson (2007), Yudelman (1983), Wrigley (1982 e 1986), Zeitlin (1987), Burgess (1975), Charles (1973), Trempé (1971) e Millis (1942).

Estados por recursos naturais escassos) a par do interesse pelos novos movimentos sociais, partidos e organizações *verdes* na ótica da ciência política e das relações internacionais<sup>3</sup>. Em vez de se fixarem nas transformações ambientais geradas pela atividade mineira na longa duração, a ênfase no conflito oferece um ângulo de observação privilegiado sobre a distribuição do poder no seio duma sociedade ou no quadro de um sistema de poder transnacional, e também sobre a resiliência dos sistemas sociais à degradação ambiental<sup>4</sup>. Enfim, o seu estudo empírico permite perceber quem beneficia ou perde com a destruição ambiental, como lidam os diferentes grupos sociais com a sua degradação, quais as perceções de classe, representações e como são incorporadas no discurso político, no âmbito da gestão dos conflitos, da negociação e da institucionalização<sup>5</sup>.

Procurámos incorporar este inquérito na análise dos conflitos emergentes com o desenvolvimento da indústria mineira desde meados do século XIX até ao Estado Novo. As balizas cronológicas adotadas são algo arbitrárias uma vez que não delimitam fases ou tipificam esses conflitos. Ainda assim realçam a importância da legislação mineira de 1850–1853 e de 1930 no enquadramento da atividade extrativa durante este período, estabelecendo a forma do Estado

3 Veja-se a este respeito, por exemplo, Diehl & Gleditsch (2001).

4 Sobre a historiografia mineira ambientalista veja-se a síntese de Pérez Cebada, "Contaminación y Medio Minero en el Pasado: un debate actual" (2001, 11–26) e Smith (1993). V. tb. Crowder et al. (1996).

5 Andrew Hurley (1995) e Lekan & Zeller (2005) servem de ilustração para este tipo inquérito histórico que cruza a perspetiva social com a ambiental. Veja-se também Boardman (2001).

conceder direitos e estabelecer deveres aos agentes económicos. Também não se pretendeu elaborar um inventário exaustivo deste tipo de conflitos no continente português<sup>6</sup>. Em suma, a nossa investigação assentou essencialmente em alguns casos relevantes que identificámos em investigações anteriores sobre as grandes minas da faixa piritosa alentejana. A hermenêutica repousou essencialmente sobre documentação dos arquivos municipais de Grândola, de Ferreira do Alentejo, de Aljustrel e de Mértola, sobre os arquivos do antigo Serviço de Fomento Mineiro e Instituto Geológico e Mineiro, na imprensa regional e, finalmente, nas atas das sessões parlamentares (Guimarães 1989 e 2001).

Os casos analisados contrariaram a imagem do país rural e bucólico pintado por Eça de Queiroz n'A *Cidade e as Serras* (1901), que desconheceu o mesmo tipo de conflitos ambientalistas já identificados noutras regiões durante aquele período. Veremos como, no quadro do Estado liberal, os empresários mineiros viram o seu poder reforçado de forma a subtraírem-se aos custos resultantes dos danos ambientais que poderiam ser reclamados por indivíduos lesados e, conseqüentemente, a poderem expandir a sua atividade. Neste contexto, salienta-se a fragilização do poder negocial dos proprietários fundiários e dos empresários agrícolas que, apesar de representados nos órgãos de poder local e de terem voz no parlamento, não

6 Esse objetivo exigiria um trabalho de pesquisa sistemático nos arquivos dos administradores dos concelhos, dos governos civis, dos ministérios e judiciais que se encontra fora das nossas possibilidades. Esse trabalho deveria ainda atentar na massa documental já perdida nos nossos arquivos e admitir, finalmente, que nem todos os conflitos latentes dessa natureza acabaram por desembocar em conflitos abertos com as companhias e as autoridades locais.

constituíram uma força de bloqueio ao desenvolvimento mineiro e industrial.

A nossa exposição começa por apresentar duas visões concorrenciais sobre a evolução histórica dos conflitos ambientalistas nas sociedades industriais. Veremos, seguidamente, como a formação da propriedade mineira constituiu um elemento estruturante que subalternizou a posição dos proprietários fundiários. No terceiro momento, mostraremos como, apesar disso, os conflitos ambientalistas atuaram sobre as escolhas técnicas e contribuíram para o desenvolvimento de soluções alternativas que diminuíssem os custos externos da poluição. Realçaremos a evolução desses conflitos com as empresas mineiras quando os litigantes foram camponeses (minas do Braçal), lavradores e proprietários (Aljustrel, São Domingos) e pescadores e armadores (São Domingos). Na conclusão tentaremos caracterizar estes conflitos ambientalistas, identificando os aspetos daquelas duas visões que os factos parecem confirmar.

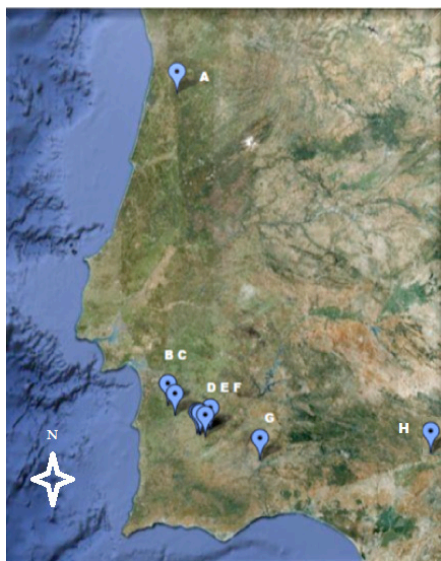


Figura 1. Localização das minas de pirite e estabelecimentos metalúrgicos referidos no texto

- A. Minas do Braçal, Talhada e Coval da Mó e estabelecimento metalúrgico Dom Fernando.
- B. Mina da Caveira.
- C. Minas do Lousal.
- D. Mina de São João (termo de Aljustrel).
- E. Mina de Algares.
- F. Estabelecimento metalúrgico das Pedras Brancas.
- G. Mina de São Domingos e estabelecimento da Achada do Gamo;
- H. Minas de Rio Tinto (Huelva, Espanha)

### **1. Conflitos ambientalistas nas sociedades liberais**

Os conflitos ambientalistas foram vistos no passado recente como um tipo de fenómeno emergente exclusivo das sociedades industriais avançadas<sup>7</sup>. Nessa perspetiva, só a partir de um determinado nível de conforto e de desenvolvimento social, as pessoas teriam condições para poder escolher entre privar-se de um determinado bem para salvaguardar o meio ambiente ou, pelo contrário, aceitar esse custo não-económico (a destruição do meio ambiente) em troca do acesso a esse bem (Pfennigstorf 1979, 350). Essa opção pressupunha ainda a conjugação de um conjunto de fatores que não se espera encontrar em sociedades onde a maioria da população ainda luta pela sua sobrevivência e o nível de escolarização e de participação política são geralmente muito baixos, nomeadamente, a *tomada de consciência* dos problemas ambientais gerados pelo crescimento económico moderno, a

<sup>7</sup> Os *conflitos ambientalistas* definem-se essencialmente por ter a explícita intenção de atuar sobre o ambiente, quer para o preservar, quer para o recuperar ou alcançar uma sustentabilidade ambiental (Molina *et al.* 2009, 52). Trata-se, pois, de um tipo específico de *conflito ambiental*, sendo este definido genericamente como qualquer tipo de conflito sobre um recurso natural. Muitos destes conflitos são de natureza redistributiva, frequentemente, intramodais e não têm qualquer impacto direto na estrutura social. Servem de exemplo os conflitos entre empresas mineiras pela posse de um jazigo mineral ou entre lavradores pelo uso da água. Os conflitos ambientais (pela crescente escassez ou valorização de recursos) podem dar origem a conflitos armados sangrentos internacionais ou no seio das nações. Veja-se, a este respeito, os estudos publicados por Diehl & Gleditsch (2001) a propósito dos conflitos abertos resultantes ou suscitados por alterações ou questões ambientais. Os conflitos ambientalistas são geralmente intermodais como os que opõem, por exemplo, os de uma indústria poluidora das águas aos agricultores de uma região. O conflitos intermodais são os que habitualmente mais propiciam os protestos Verdes.

afirmação de *novos valores e princípios éticos*, enfim, a emergência do discurso ambientalista como fator de mobilização política de massas (movimentos e partidos verdes) (V. tb. Inglehart 1971 e 1977).

As sociedades liberais, ao consagrarem os princípios da igualdade dos indivíduos perante a lei, o respeito pela propriedade privada e a liberdade económica, estabeleceram a indemnização pecuniária como forma corrente de ressarcir os danos provocados a terceiros. Também a regulamentação das atividades económicas poluidoras, insalubres, incómodas e perigosas por parte dos Estados se desenvolveu como forma de prevenir danos públicos, sancionando aqueles que abusassem da sua liberdade ou posição dominante. Neste contexto, a literatura jurídica diz-nos que, frequentemente, não é fácil estabelecer umnexo causal os danos ambientais (mesmo quando identificada a sua origem ou entidade responsável) e o dano provocado à riqueza e à propriedade de um indivíduo concreto. Além disso, torna-se igualmente difícil monetarizar os danos morais e psicológicos que, em muitos casos, afetam a qualidade de vida. Ao contrário do que sucedia no passado, o crescimento económico proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico *igualizou* a poluição que agora afeta igualmente ricos e pobres. De tal forma que os benefícios, custos e responsabilidades são diluídos pelo conjunto da sociedade sem que se possa identificar claramente os responsáveis.

*In a modern industrial society, no individual and no group can be singled out as being alone responsible for, or as profiting from, pollution. Each of us contributes to pollution, directly by driving an automobile, living in a centrally heated building, and producing waste, and indirectly by using and consuming products that have*



*been manufactured in polluting plants. As no one person can claim innocence, so no one person has an inherent right to be spared the burdens of pollution at the expense of others.* (Pfennigstorf 1979, 351)

As sociedades que se industrializaram tiveram de aceitar os danos ambientais como o “inevitável custo do Progresso” e desenvolveram um conjunto de atitudes e valores que *flexibilizavam* a legislação de forma a favorecer o crescimento económico moderno. Só num estágio avançado, se desenvolveram políticas ambientais e formas de administração burocratizada que tomavam em consideração os efeitos da poluição e o risco da atividade industrial no longo prazo para a saúde pública.

Os historiadores têm vindo a contestar algumas destas afirmações, quer salientando a natureza classista e racista das opções e políticas ambientais (Hurley 1995), quer defendendo a natureza ambientalista de muitos conflitos em que os camponeses estiveram envolvidos no passado (Molina *et al.* 2009, 57). Estes movimentos são vistos como parte do conflito social e não como epifenómenos que as historiografias de tradição positivista e marxista consideravam marginais ou de interesse residual por serem essencialmente anti modernos ou reativos à modernidade burguesa. Os conflitos ambientalistas emergem, deste modo, como objeto historiográfico sem que lhes seja reconhecida necessariamente a nitidez classista que tinham os conflitos industriais. Apesar de não encontrarmos ideologias ambientalistas, reconhece-se nas práticas, crenças religiosas e sistemas de valores um «ambientalismo dos pobres» que mobiliza e suporta o seu protesto perante ações que ameaçam o ecossistema que sustenta o seu modo de vida (Molina *et al.* 2009, 61; Jones 2000). Deste modo, procura-se descortinar “lógicas

---

subjacentes aos conflitos ambientalistas do passado, realçando as suas causas e raízes profundas, rejeitando qualquer simplificação baseada nas origens de classe, declínio económico, pobreza ou simples consequência dos danos ambientais” (Molina *et al.* 2009, 49).

O nosso inquérito passou pela identificação, em cada conflito mineiro, dos atores, das suas motivações, das suas ações e dos recursos que mobilizaram. Interessou-nos menos avaliar a “sustentabilidade” dos programas e das práticas ambientais defendidos pelos grupos oponentes do que as formas de resolução desses conflitos ao longo do tempo e de como o Estado desenvolveu procedimentos para lidar eficientemente com eles. Por outras palavras, interessou-nos identificar, em cada caso concreto, as fundações de um possível desequilíbrio de poderes que se veio revelar sempre favorável à ação industrial.

Nas minas de pirites, a maioria dos conflitos ambientalistas foram despoletados pela poluição atmosférica e dos rios resultante do processamento do minério extraído, mais do que propriamente da atividade extrativa em si mesma. Em dois casos tomaram a forma de *protesto camponês*, ou seja, de conflitos intermodais onde a motivação de um dos atores (camponeses e pescadores) foi a defesa dos recursos naturais contra as práticas destrutivas da indústria. Outras vezes os empresários mineiros tiveram de se defrontar com proprietários dispostos a ir resolver as suas pretensões por via judicial, seguindo a forma preconizada para a resolução destes conflitos. No entanto, veremos que essa solução se mostrou insuficiente, que os litígios se arrastavam ao longo de décadas, de tal forma que o protesto dos proprietários e lavradores chegou até ao parlamento e integrou o debate político. Assim, todos estes casos podem ser vistos como ações

reativas resultantes do facto de uma das partes acreditar convictamente que estava a ser prejudicada pela ação da outra, de tal modo que essa ação era percebida como uma ameaça ao seu modo de vida, à sua riqueza ou à sua propriedade.

Embora se perceba, em todos os casos, que havia uma consciência concreta dos danos infligidos ao ambiente pela atividade industrial, não encontramos testemunhos de discursos ambientalistas (ainda que na forma discursiva simbólica ou religiosa).

Refira-se, finalmente, que nem todos os problemas ambientais graves gerados pela mineração deram lugar a incidentes ou movimentações. Serve exemplo, o comportamento das populações da região da mina de São Domingos quando se começaram a verificar surtos de malária devido à construção de represas de águas pluviais. O número de doentes hospitalizados todos os anos era de tal forma elevado que foi reconhecido como um problema de saúde pública, o que levou o governo a nomear uma comissão de inquérito em 1874 para encontrar soluções e averiguar responsabilidades. Apesar de se ter tornado um problema endémico que, durante o Verão, despovoava a aldeia da mina, não conhecemos nenhuma mobilização popular por causa dele.

## ***2. Os «valores do Progresso»: direitos fundiários e interesses industriais.***

A primeira legislação liberal extinguiu os Direitos Reais sobre os minerais e estabeleceu o princípio que os jazigos mineiros pertenciam ao proprietário (art. 17 dec. 13/08/1833, de Mouzinho da Silveira, e dec. 25/11/1836). Neste quadro, os capitalistas mineiros deviam poder negociar livremente com os proprietários o acesso e a

exploração do subsolo. Seguia-se, deste modo, o princípio existente no Reino Unido que tornou a aristocracia diretamente interessada no desenvolvimento mineiro e industrial, à medida que as rendas geradas pelas minas e pelo crescimento urbano se tornaram uma parte substancial dos seus rendimentos<sup>8</sup>. Ora, este princípio foi discutido no parlamento em Maio de 1850, na altura em que o governo tentou publicar nova legislação mineira inspirada na Lei napoleónica de 21 de Abril de 1810<sup>9</sup> e na legislação espanhola de 1849<sup>10</sup>. Deste modo, a legislação de 25 de Julho de 1850 e de 31 de Dezembro de 1852, de Fontes Pereira de Melo defendeu o princípio segundo o qual os depósitos minerais pertenciam ao Estado (não ao proprietário do solo) e

8 Veja-se, a este respeito, Thompson (1963, 268), Jacobs (1989, 187 e 189), Cain & Hopkins (1993, 189), Lieven (1992, em especial o capítulo 6, pp. 119–132). Palmer & Neaverson (1994, 7) e, mais recentemente, Murdoch *et al.* (2003, 115): “While by the mid-nineteenth century some members of the old aristocracy were among the most prominent of the coal owners, others leased out their coal bearing land and benefited from way leaves, royalties and railway rents. At the same time, minor landowners sitting on rich seams were able to build up their estates with the wealth that coal provided. Moreover, a successful mine owner would naturally aspire to join the ranks of rural landowners and to become a member of the country gentry.”

9 “LOI concernant les Mines, les Minières et les Carrières”, *Journal des Mines*, 160, Abril 1810 pode ser consultada no sítio comemorativo do bi-centenário do Corpo de Minas em [http://www.bicentenaire-mines.org/documents/loi\\_1810\\_04\\_21.pdf](http://www.bicentenaire-mines.org/documents/loi_1810_04_21.pdf) (cópia fac-similada) ou em <http://admi.net/jo/loi1810.html> (em hipertexto) (último acesso 6/08/2012).

10 Veja-se a intervenção do deputado Ferreira Pontes a 14 de Maio de 1850 no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 7a legislatura, 3ª sessão, p.145. A análise comparativa desta legislação encontra-se no “Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852. III. Parte Histórica”, publicado no *Boletim do Ministério das Obras Públicas e Minas*, Lisboa, 1857 e foi comentada também pela *Revista Mineira* (Madrid, 1851), tomo II, pp.85–94. Vale ainda a pena ver o nosso breve apontamento em Guimarães (1989, 9–11).

que, depois de descobertos, deveriam ser entregues a empresários ou sociedades capitalistas como *concessão definitiva* de forma a garantir a sua exploração económica. Separava-se assim a propriedade do solo da propriedade subterrânea, deixando nas mãos do governo a capacidade de outorgar concessões – uma solução que facilitava o acesso aos jazigos minerais a partir do exterior.

Cabia assim ao governo autorizar os trabalhos mineiros e outorgar concessões mineiras sem qualquer necessidade de permissão dos proprietários fundiários ao longo das várias etapas do processo. A lei permitia que estes recebessem *até* 2,5 % dos lucros a partir do momento em que o empreendimento começasse a produzir para o mercado. Este montante era equivalente ao *imposto proporcional* devido pelo concessionário do Estado<sup>11</sup>. Contudo, o mesmo decreto, que estabelecia como norma a livre negociação entre as partes, permitia que os capitalistas mineiros se socorressem da violenta *Lei de Expropriação por Utilidade Pública*. Assim, em caso de ausência de acordo, a terra poderia ser adquirida por um montante monetário geralmente muito inferior ao seu valor de mercado. Para além da administração mineira ser geralmente muito generosa na demarcação da área das concessões (por comparação com a prática existente noutros países europeus), o recurso à expropriação por utilidade pública estendeu-se depois às áreas afetas às oficinas acessórias aos trabalhos

11 Artigo 38 do decreto de 31 de Dezembro de 1852 publicado no *Diário do Governo* de 5 de Janeiro de 1853, no. 4). Ver tb. o decreto regulamentar de 9 de Dezembro de 1853 no *Diário do Governo* nº 294, 14.Dez.1853.

mineiros (tratamento e pré-metalurgia), aos terrenos que serviam os caminhos-de-ferro mineiro e portos.

Em suma, a legislação fontista de 1850–1853 que fixou o quadro legal para o surto de desenvolvimento mineiro nas décadas seguintes, garantiu que os proprietários e os camponeses não pudessem prejudicar esse desenvolvimento. Na prática, as empresas mineiras tornaram-se proprietárias dos terrenos que cobriam as concessões outorgadas pelo Estado. Deste modo, não vemos emergir nos finais de Oitocentos nenhum debate político antissenhorial em torno das elevadas “rendas mineiras” (como na Inglaterra) pois os proprietários de terras, *enquanto tal*, foram alienados da atividade mineira. Apesar disso, a participação de grandes proprietários, comerciantes e capitalistas portugueses nos negócios mineiros encontra-se documentada em alguns contextos regionais para o período deste estudo (Fonseca, 1996, 243–246; Guimarães, 1996, 117–123 e 2001, 37–72). Proprietários e lavradores foram, de resto, quem provavelmente mais animou a atividade de registo de descobertas mineiras feitas nas câmaras municipais até ao período entre as duas guerras mundiais, como mostram os dados fornecidos por Leal da Silva (2011) para o concelho de Arouca<sup>12</sup>. Alguns desses registos foram feitos em terrenos próprios,

12 Entre 1853 e 1887, num total de 348 manifestantes mineiros no concelho de Arouca (individuos que procedem a registos de descoberta), 100 eram proprietários, 47 lavradores e 46 advogados. Apenas 3 eram engenheiros (Silva, 2011: 307). Este número passou a ser relevante a partir de 1909 (53 engenheiros para um total de 486 manifestantes até 1918) mas vindo atrás dos proprietários (130) e lavradores (98). No período entre 1919 e 1938, os grupos com mais manifestantes de minas foram as sociedades comerciais (79), os lavradores (56), os industriais (31) e os proprietários (21). Proprietários

sugerindo um comportamento defensivo ou o desejo de reforçar uma posição negocial<sup>13</sup>. Como tínhamos já notado anteriormente, a abundância de manifestos mineiros feitos nas câmaras, registos de alegadas descobertas que ninguém confirmava, correspondiam a escasso número de concessões, a maior parte delas inativas (Guimarães, 1996 e 2001). De resto, desde cedo (1864) houve a preocupação de impedir comportamentos especulativos deste tipo por parte dos proprietários ou de outros indivíduos, tornando nulos os registos consecutivos de descoberta que não dessem origem a trabalhos mineiros.

Para além de esvaziar a capacidade negocial dos proprietários, a legislação tornava os concessionários *vizinhos* de pleno direito. Deste modo, os empreendimentos mineiros tinham o direito de usar a águas dos rios, ribeiros e nascentes bem como os bens comunitários como a lenha, as florestas e os pastos para os seus animais<sup>14</sup>. Podiam ainda impor servidões nos terrenos que deveriam utilizar para captação ou transporte de águas. Os problemas de saúde pública, de segurança dos indivíduos e bens que resultassem dessa atividade ficavam sob supervisão dos governadores civis. O Regulamento de Minas

e lavradores foram novamente os grupos com maior número de manifestantes no período da “febre do volfrâmio” (1939–1945) (Silva, 2011: 317, 319 e 323).

13 Cf. Silva, 2011, 75: “A presença de diversos manifestos subscritos por proprietários sobre achamentos feitos em terrenos próprios pode entender-se ou no sentido de uma valorização patrimonial por descoberta ou como processo de proteção, antecipando-se a que outros o fizessem e pudessem aceder pós-registo ao direito potestativo de realizar trabalhos, certamente incómodos, em propriedades que afinal lhes pertenciam”. (Sublinhado nosso).

14 Artigo 45 do decreto de 31 de Dezembro de 1852.

de 1853 estabelecia o princípio da indenização pelos prejuízos que pudessem resultar dessa atividade, nomeadamente, pelo esgoto das águas subterrâneas em propriedades vizinhas, em rios, ribeiras ou outros locais, ou por acumulação de água no solo. As empresas mineiras deveriam também fazer os trabalhos necessários para garantir a segurança e a saúde das povoações e dos trabalhadores, de acordo com as instruções do Governador Civil do distrito onde se laborassem que deveriam atender, por sua vez, às recomendações do engenheiro inspetor dos serviços de minas criados nessa altura. Em caso de litígio, os tribunais ordinários não tinham capacidade para interromper trabalhos mineiros, arrestar maquinaria ou utensílios usados em trabalhos mecânicos ou metalúrgicos<sup>15</sup>. Neste quadro jurídico, o engenheiro inspetor tornou-se a figura chave no processo de supervisão da atividade mineira, não só porque lhe cabia verificar o cumprimento dos trabalhos previstos no plano de lavra aprovado pelo governo e, de um modo geral, o cumprimento da legislação mineira, como do seu parecer técnico dependia também o andamento dos processos que corriam nos tribunais ordinários contra as empresas, nomeadamente aqueles que resultavam de danos ambientais.

Um exemplo do desigual poder negocial entre as companhias mineiras e os proprietários pode ser ilustrado pelos procedimentos

15 Decreto de 13 de Agosto de 1862. Ver também os relatórios dos decretos de 4 de Dezembro de 1869 e de 6 de Dezembro de 1888. Merecem destaque as seguintes compilações: *Repartição de Minas, Coleção da Legislação sobre pesquisa e lavra de minas* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1881) e o *Código do Mineiro ou Coleção Completa sobre Pesquisa e Lavra de Minas* (Porto, 1883).



adotados em 1869 pela Mason & Barry L.ted, quando esta pretendeu proceder ao tratamento das pirites por processos hidrometalúrgicos. O processo técnico de cementação das pirites desenvolvido no sul da Península exigia muito mais terra para além da área concessionada, nomeadamente, para se depositar à superfície uma enorme massa de pirites pobres, para se construírem represas de águas pluviais, tanques de cementação, depósitos de águas ácidas

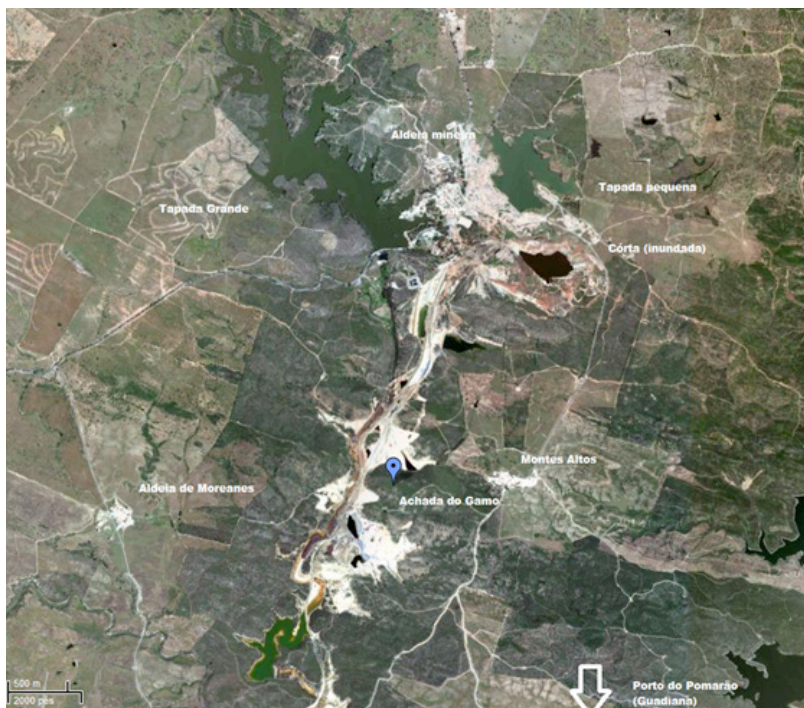


Figura 2. Vista atual dos vestígios do antigo conjunto mineiro e hidrometalúrgico de São Domingos (Mértola)

provenientes da lixiviação das pirites e, finalmente, canais para a condução das águas ácidas para os rios (figura 2)<sup>16</sup>.

A sociedade que explorava sob arrendamento à concessionária La Sabina (sedeada inicialmente no Huelva e depois em Paris) encontrou no governo português um aliado decisivo. Nesta altura, o diretor inglês James Mason (1824–1903) tinha já recebido os títulos de Barão do Pomarão e Visconde de São Domingos, atribuídos por Dom Luís em reconhecimento do seu sucesso empresarial. Tendo os novos planos de lavra e de tratamento de minério aprovados pelo governo, Mason enviou regularmente listas de propriedades afetadas diretamente para expropriação por utilidade pública. Uma dessas listas referia 22 propriedades que totalizavam 8,4 quilómetros quadrados na paróquia de Santana de Cambas onde a mina se localizava<sup>17</sup>. A dimensão de cada propriedade variava entre 100 e 1 743 metros quadrados, situando-se a norma entre 300 e 700 metros quadrados. A maioria dos proprietários afetados residia na pequena aldeia da paróquia e, embora não tenhamos qualquer informação sobre o seu estatuto social, podemos assumir que pertenceriam às camadas intermédias da burguesia rural pois mostraram capacidade para contratar um advogado e tentar ganhar a sua causa em tribunal com base no facto da companhia recusar negociar com eles, usando diretamente do dispositivo legal

16 Sobre os processos técnicos de extração do cobre das pirites conhecidos nos princípios do século XX veja-se P.Truchot (1980 : 160–206).

17 Sobre os planos de lavra aprovados pelo governo e os trabalhos realizados veja-se Sequeira (1883, pp. 488–503 “sistema de lavra da mina de São Domingos” e, principalmente, pp. 527–540 “Preparação mecânica e metalúrgica dos minérios de São Domingos”).

da *expropriação por utilidade pública*. O resultado previsível foi a aquisição de terra a baixo custo com as consequências que podemos imaginar para o destino dos pequenos proprietários afetados pelos planos de expansão da empresa<sup>18</sup>. A empresa, finalmente, alimentou a ficção, repetida por engenheiros inspetores nos seus relatórios, de que a região antes da mina era árida e deserta, o que contrastava com o fervilhar de vida que a moderna indústria trouxera<sup>19</sup>.

Em suma, a legislação liberal de 1852–1853 garantiu que os proprietários e, sobretudo, os camponeses não pudessem minar o desejado desenvolvimento mineiro, usando o poder negocial que derivava dos direitos de propriedade. Esta inversão de posições permitiu às companhias impor servidões e recorrer em posição dominante à aquisição, arrendamento ou expropriação por utilidade pública, assim como limitar o alcance das indemnizações por danos à propriedade de terceiros. Estas disposições que se estenderam aos trabalhos

18 Apesar de usar intensivamente os recursos locais, o município de Mértola não beneficiou por via fiscal desse desenvolvimento mineiro dado que a companhia ficou isenta de taxas locais sobre a sua atividade. Esses privilégios estenderam-se também aos trabalhos metalúrgicos e de transporte associados. Em 1869, o município perdeu no Tribunal Administrativo contra a companhia quando tentou coletar a percentagem que lhe cabia sobre a Contribuição Industrial baseada nos salários dos empregados e não no rendimento declarado ou estimado pelo Estado (decreto de 22 de Julho de 1869).

19 J. Custódio (1996, 202) oferece-nos esta visão imaginada da paisagem anterior à exploração, sem apresentar outra base documental do que as cartas de demarcação de minas e as fotografias documentais da empresa tiradas a partir de 1868, numa altura em que a empresa recorria à ustulação do minério em fornos e em *telleras* (v. infra). Diz ele: “A serra de São Domingos, antes de James Mason, era um local ermo e árido, de rara vegetação e poucas oliveiras, com terras pobres sertanejas, onde mal se praticava a agricultura e se semeava uns anos as leiras, para noutros se poisar a terra.

acessórios, caminhos-de-ferro e portos viriam a ser consolidadas na legislação de 1930<sup>20</sup>. Além disso, a supervisão dessa atividade foi entregue a engenheiros inspetores afetos aos serviços de minas e aos governadores civis nas matérias que respeitavam à ordem, à segurança e à saúde públicas. Os tribunais ordinários não tinham poder para suspender as atividades mineiras em caso de litígio ou dando razão a uma das partes queixosas. Neste contexto, as perturbações ambientais que resultavam dessas atividades tinham de ser resolvidas através de indemnizações num jogo muito desequilibrado entre as empresas, os proprietários e as populações.

### ***3. Ações em defesa de um bem público: o motim de 1855 na mina de São João do Deserto (Aljustrel, Alentejo)***

O motim de 1855 esteve diretamente relacionado com um inesperado acidente durante a exploração das pirites de ferro na mina de São João do Deserto, um lugar próximo da vila de Aljustrel, no Baixo Alentejo. Antes da descoberta do valor do depósito mineral de 1846

As ervas espontâneas permitiam o pastoreio de gado lanígero de longínquas tradições alentejanas, sendo os pastores os habitantes mais frequentes das encostas e dos vales adjacentes.” Se bem que estivessem numa região de terras pobres, a agricultura e o pastoreio continuou desenvolveu-se nas freguesias mineiras de Santana de Cambas e da Corte Pinto. Para além das propriedades exploradas pela empresa, sabemos que nas décadas de 1930 a 1960, muitos trabalhadores dispunham duma pequena horta cedida pela empresa. Sobre a ocupação do espaço veja-se Garcia (1996, vol. I, em especial o cap. II. “O Guadiana e a estruturação do espaço, da antiguidade ao século XIX”) e Rui Santos (1996) para o século XVIII.

20 V. decreto 18.713 de 1 de Agosto de 1930 (art.º 55, §1º). A lei de 26 de Julho de 1912 (art.º 3º, nº4) chegou a considerar de “utilidade pública e urgente” todas as expropriações para a lavra de minas. V. tb. decreto 18.713 de 1 de Agosto de 1930.

por Sebastião Gargamala, um explorador mineiro, o local era conhecido pelas propriedades medicinais das *águas férreas* e era procurada por pessoas da região e do país, principalmente para o tratamento de doenças de pele, do estômago e das febres sazonáticas (paludismo)<sup>21</sup>. A exploração teve início no meio de disputas frequentes com o proprietário e os trabalhos pararam em 1849 devido à inundação inesperada das galerias, quando os trabalhos numa galeria encontraram um veio de água abundante. Não possuindo recursos para importar uma máquina a vapor, Gargamala cede os seus direitos a José Ferreira Pinto Basto. Este capitalista contratou então os engenheiros John Taylor Jr. e John Holman para continuar a exploração em 1854.

A exploração arrancou no ano seguinte, empregando 25 trabalhadores e 7 bestas. Na mesma altura, os banhos públicos começaram a sofrer com falta de água. Nesse Verão, as pessoas que tinham ido tratar-se a Aljustrel encontraram a *sua* fonte seca. Na sequência daqueles acontecimentos, um grupo de homens armados invadiu o campo mineiro durante a noite e cercou as casas do Diretor e dos seus empregados, lançando gritos ofensivos à sua dignidade e entrando em confrontos físicos. Apesar de ter tomado conhecimento daqueles factos, a autoridade local não interveio. Em Agosto daquele ano, o governo ordenou ao concessionário o fornecimento de águas medicinais à ermida de São João. As águas deveriam ser recolhidas usando

21 Sobre as propriedades destas águas veja-se o estudo de Julio Maximo d' Oliveira Pimentel (1809–1884), *Memoria e estudo chymico da agua mineral de S. João do Deserto, em Aljustrel*. – Lisboa: Imprensa Silviana, 1852.

baldes à mão, até que fossem definidos os trabalhos a realizar pelas autoridades<sup>22</sup>. Contudo, os trabalhos mineiros voltavam a parar em São João e a mina foi abandonada até 1868.

O motim de 1855 não pode classificar-se como um protesto camponês muito embora fosse motivado pela ameaça de destruição de um bem público em contexto rural. A reação popular compreende-se e, em certa medida também, a passividade das autoridades locais, tanto mais que não seria viável às pessoas lesadas recorrer judicialmente contra os responsáveis. Perante a ação de protesto violento desencadeada, as autoridades tentaram apenas garantir que os concessionários, com os meios disponíveis, preservassem este bem. Com esta medida, acabaram por solucionar o conflito<sup>23</sup>.

22 Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 6 de Agosto de 1855 (*Diário do Governo*, 189, de 10 de Agosto) manda o concessionário fazer obras para que não se percam as águas medicinais, célebres na região.

23 "Em 1861, o aproveitamento das águas mudou completamente. Abandonou-se a ermida de S. João do Deserto com a sua nascente no interior da capela e alguns banhos anexos, e construíram-se as novas instalações termais 1 km para jusante, no barranco da Água Azeda. / Nesta renovação construiu-se uma nova capela de raiz, também dedicada a S. João do Deserto, e um balneário, que no interior contava com seis banheiras e uma zona de duches (segundo o informante)" (Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais, *Águas Termais, São João de Negrilhos*, Lisboa, 2002. Disponível em [http://www.aguas.ics.ul.pt/beja\\_negrilhos.html](http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_negrilhos.html) (último acesso 6/08/2012). As termas de São João do Deserto estiveram em atividade até meados da década de 1960.

#### **4. Ações em defesa da comunidade: a acção ludita de 1862 nas minas do Braçal, em Sever do Vouga (distrito de Aveiro)**

No Verão de 1862, os habitantes das povoações que circundavam as minas do Braçal invadiram armadas o campo mineiro, destruíram maquinaria, arrasaram trabalhos em curso, queimaram várias casas, deitaram fogo aos pinhais que pertenciam ao concessionário e chegaram mesmo a atacar os trabalhadores mineiros e os militares e outros homens armados ao serviço da empresa que aí prestavam serviço, ignorando as suas intimações. Os militares que aí prestavam serviço e outros homens armados finalmente conseguiram repelir os populares mas o estabelecimento ficou seriamente danificado. Nas narrativas oficiais não se refere o número de mortos ou de feridos. Mas sabemos que depois desta acção *ludita* de 15 de Agosto, os trabalhos mineiros tinham parado e as minas encontravam-se inundadas. Um ano mais tarde laboravam ali menos de 80 trabalhadores, quando anteriormente eram perto de três centenas e meia. Este acontecimento inesperado chocou a burguesia portuguesa e foi discutido no parlamento<sup>24</sup>.

Uma ordem do Ministério dos Negócios do Reino intimou o Governador Civil de Aveiro a investigar e a procurar os indivíduos responsáveis por aqueles crimes e que tinham instigado os populares

24 Veja-se João Chrisóstomo de Abreu e Sousa e Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, "PROPOSTA DE LEI N.º 118-1", *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 13ª legislatura, 4ª sessão, nº 113, 10/06/1864, p. 1939.

a levar a cabo uma ação que “desacredita e degrada o país aos olhos do mundo civilizado e prejudica uma indústria que enriquece o concelho e dá trabalho a muitos homens”<sup>25</sup>. O governo não aceitava que na origem dos incidentes estivesse apenas a ignorância e os “preconceitos absurdos” dos camponeses que os levou a acreditar que na origem das doenças das vinhas e de outras plantas estivesse o fumo das operações de ustulação das pirites. Essa ação tinha de ter sido conduzida por maus indivíduos que exploraram a credulidade do povo e os instigaram contra o empreendimento mineiro. Os responsáveis tinham, por isso, de ser encontrados e castigados. Ao mesmo tempo, o governador deveria usar as pessoas mais ilustradas e com autoridade, os padres e os funcionários públicos locais “para dar-lhes ilustração e dissuadi-los dos prejuízos infundados contra o estabelecimento mineiro e metalúrgico do Braçal”.

A mina do Braçal tinha sido apresentada como um empreendimento excepcional conduzido por um comerciante alemão estabelecido em Portugal, Mathias Feuerherd. Em 1851, a *Revista Universal Lisbonense* noticiava em termos encomiásticos a inauguração de três rodas hidráulicas, de uma turbina e dos trabalhos de condução de água que tinham alterado o curso do rio Mau<sup>26</sup>. O engenheiro Neves Cabral tinha também descrito detalhadamente as minas da região

25 Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, Direção Geral da Administração Civil de 19 de Agosto de 1862 (Anselmo J. Braamcamp), *Diário do Governo*, 188, de 22 Agosto.

26 “A mina do Braçal no concelho do Sever do Vouga”, *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, tomo III, nº 25, 27 de Fevereiro de 1851, pp. 289–290.



poucos anos antes e tinha notado que o engenheiro e os mestres eram todos alemães, assim como os fornos e a maquinaria utilizada no tratamento dos minérios eram semelhantes aos usados no Harz e Freiberg (Cabral, 1858). O estabelecimento tinha ainda uma fundição de chumbo que usava carvão importado para alimentar os fornos. Os minérios extraídos do Braçal e de outras pequenas minas da região (Palhal, Talhadela, Coval da Mó e Malhada) eram classificados como galena, sulfato de chumbo (PbS), calcopirite ou pirite de ferro (CuFeS<sub>2</sub>). A metalurgia Dom Fernando recebia minério de várias minas da região, todas contendo elevado teor de enxofre que, quando ustulado, libertava sulfatos responsáveis por chuvas ácidas que, efetivamente, destruíam as “searas de milho”, provocavam “moléstias nas vinhas” e esterilizavam os solos (Cabral 1889, 196).

Nessa altura trabalhavam no Braçal mais de 300 pessoas das localidades vizinhas. León Poinsard (1857–1917) caracterizou esses trabalhadores, nos princípios do século passado, como mineiros-camponeses pois grande parte deles mantinha ainda pequenas propriedades agrícolas que trabalhavam no quadro duma economia doméstica de subsistência (Poinsard 1910)<sup>27</sup>. O vínculo destes trabalhadores à empresa não impediu que este conflito se configurasse como uma ação de *protesto camponês*, de acordo com a tipologia de Molina e outros (2009). As escassas descrições do conflito não

27 Nas minas alentejanas a situação era diferente pois o trabalhador mineiro, recrutado muitas vezes fora da região (Beiras, Algarve), procurava também durante o Verão o trabalho agrícola melhor remunerado, tal como muitos artesãos.

referem estes vínculos, antes sugerem uma mobilização das comunidades aldeãs vizinhas do campo mineiro, onde também se recrutavam os trabalhadores braçais. Entre estas *populações* certamente encontraríamos pequenos e médios lavradores que nada tinham beneficiado com a presença do estabelecimento.

Desconhecemos também quanto tempo esteve latente este conflito sobre os fumos ou o caminho que conduziu à ação direta violenta. Mas a referência a dois padres, que tinham sido enviados com o objetivo de convencer os locais dos seus preconceitos obscurantistas, mostra-nos como as autoridades estavam a tentar gerir o conflito. Os camponeses defrontavam-se com uma empresa que gozava de proteção do governo, tendo sido isenta de pagamento de impostos mineiros durante 10 anos por ter sido tomado em consideração o volume do investimento realizado na metalurgia. A ação ludita levou o proprietário Diederich Mathias Fewerheerd a reclamar uma indemnização do governo, estimando as perdas em maquinaria e com a paralisação dos trabalhos em 10,5 contos de réis. Pretendia ainda uma autorização para construir um caminho-de-ferro que ligasse as três minas que ele detinha na região (Braçal, Malhada e Coval da Mó) à fundição sobre o rio Mau, numa extensão de 8,5 km. A sua pretensão foi defendida pelo governo no parlamento que lhe concedeu um subsídio de três contos réis por quilómetro de linha<sup>28</sup>. A lei aprovada em 1864 atribuí

28 Veja-se “Proposta de Lei nº 118—121” de 25.Mai.1864 de João Chrysostomo de Abreu e Sousa and Joaquim Thomás Lobo d’Ávila e o “Projecto de Lei 143”, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 13<sup>a</sup> legislatura, 4<sup>a</sup> sessão, 10/06/1864, p. 1939.

ao empresário alemão 26 contos de réis para construir o caminho-de-ferro com base no argumento dos benefícios da atividade mineira e metalúrgica para as pessoas da região e para o país.

Ora, a redução dos custos de transporte favoreceu o aumento da produção mineira e da atividade da metalurgia Dom Fernando. Como consequência, a poluição atmosférica aumentou bem como a tensão social. O relatório da empresa refere que, nos início do Verão de 1866, “as povoações vizinhas do Braçal, Palhal e Telhadela, ajudadas por outras mais distantes, preparavam-se para destruir estas minas, dispersando operários e empregados, realizando enfim em maior escala a tentativa que antes haviam feito contra a mina do Braçal” (Guimarães, 2001: 115). A empresa continuava a insistir na superstição e na ignorância ancestral dos camponeses e louvaram “a atitude enérgica do governo” que se antecipara ao movimento, enviando para ali forte aparato policial. Foram assim necessários vários anos para que a questão voltasse ao parlamento. Em Setembro de 1873 foi nomeada uma comissão técnica para avaliar as reclamações das pessoas contra o estabelecimento metalúrgico, a qual não trouxe mais resultados do que impor aos lavradores empobrecidos e desesperados o uso da cal para recuperar a fertilidade antiga dos seus solos, trabalhos que, além do mais, deveriam fazer às suas próprias custas.

Passou-se mais de uma década para que a questão, aparentemente solucionada com a repressão, vigilância e indemnização do capitalista alemão, voltasse ao parlamento. Mas, desta vez, era um deputado que surgia em defesa dos camponeses. Em Janeiro de 1875, Pires de Lima responsabilizou diretamente a empresa, dando voz a um movimento, agora também apoiado pela Câmara, que reclamava

indemnizações daquele estabelecimento em petições coletivas entregues no Governador Civil. Diza ele:

*Há pouco mais ou menos oito anos, que os proprietários dos campos marginais do Caima e Vouga começaram de ser assoberbados por uma grande calamidade.*

*Aqueles terrenos notáveis até certa época pela sua fertilidade, foram pouco a pouco perdendo a fertilidade antiga, até chegarem a ser quasi de todo estéreis. O mal tomou proporções assustadoras, e o queixume dos povos era grande e fundado. Diferentes pessoas técnicas foram mandadas á localidade para conhecer os factos e inquirir as causas que os tinham produzido, e afinal no espirito de todos, ou pelo menos da maior parte, formou-se o convencimento de que aqueles estragos todos eram causados pelas minas metalúrgicas, conhecidas hoje com os nomes de Telhadella, Palhal, Carvalhal e Pena.<sup>29</sup>*

Mostrava, além disso, como as escassas medidas tomadas pelo governo na sequência das recomendações da comissão técnica tinham sido inúteis ou contraproducentes<sup>30</sup>. O apelo dirigido

29 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21ª legislatura, 1ª sessão, nº 12, 18/01/1875, p.108.

30 Nesta interpelação ao ministro das obras públicas, disse ainda: "Asseguro S. Ex.<sup>a</sup> à câmara que já tinha tomado todas as providências que lhe haviam sido indicadas pela comissão. Creio na afirmativa do sr. ministro, mas não sei combiná-la com os queixumes dos povos, os quais continuam profundamente descontentes. Há dois meses foram eles entregar ao governador civil de Aveiro uma representação, na qual se lamentavam de que as suas circunstâncias, longe de melhorarem, houvessem, pelo contrário, piorado sensivelmente em resultado das disposições tomadas, segundo uma portaria de 10 de agosto de 1874. A serem verdadeiras as asserções dos infelizes, o governo impusera-lhes a obrigação de fazerem despesas que eles não estão no caso de suportar, e a esterilidade

ao governo para que fosse encontrada uma solução era baseado na convicção de que o ressentimento justificado das populações poderia conduzir à alteração da ordem pública<sup>31</sup>. Segundo ele, os pequenos proprietários da região do Caima eram pobres e muitos, sendo-lhes impossível levar as suas reclamações aos tribunais. Mostrava, finalmente, a diferença de tratamento dada pelo governo ao concessionário e aos camponeses. Segundo ele, os cabecilhas do motim de 1862 tinham sido identificados, julgados e castigados e, em vez da empresa mineira lhes pedir satisfações, dirigiu-se ao governo, acabando por ser contemplada com uma vultuosa indemnização, sem nunca ter assumido nem ressarcido as pessoas que prejudicou. Enfim, o governo deveria agora atuar de forma a garantir que os camponeses prejudicados fossem indemnizados pelos danos resultantes da atividade metalúrgica. Não temos, porém, notícia que isto tivesse ocorrido. As minas e a metalurgia cessaram a sua atividade em 1904 devido à falência do proprietário. Nessa altura, foram dispensados oitocentos homens. O reinício da exploração, anos depois, deu lugar ao reaparecimento de novas reclamações. Os conflitos ambientalistas inscrevem-se quase sempre na “longa duração”. Mesmo quando parecem solucionados, vemo-los regressarem mal a distribuição do poder que sustenta o equilíbrio social se altera. Entre estas, como

dos seus campos continuava igual se não mais assustadora do que antes” (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 18/01/1875, pp. 101–108).

31 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21ª legislatura, 1ª sessão, nº 16, 23/01/1875, p. 163.

veremos, conta-se a diminuição ou alteração do poder repressivo ou de vigilância do Estado, que frequentemente acompanham a redistribuição do poder social e as revoluções políticas, a entrada de novos mediadores, a perda de influência de um dos atores e o enfraquecimento da influência da propaganda industrialista desenvolvida pelas companhias. A intervenção daquele deputado sinaliza o momento em que a tese da companhia e do governo que legitimara a sua posição (*os camponeses analfabetos e bons tinham sido vítimas de agitadores que tinham abusado da sua credulidade, voltando-os contra o Progresso*) começara a deixar de produzir os seus efeitos junto da “opinião pública”. Mas, como veremos de seguida, o conflito ambientalista conduziu por vezes à busca de novas soluções técnicas que acabaram por diluir ou por desviar os custos das alterações ambientais para outros grupos sociais.

### ***5. Conflito social e mudança tecnológica nas minas de pirite alentejanas***

O desenvolvimento da exploração mineira na faixa piritosa ibérica esteve muito dependente dos processos técnicos de tratamento dos minérios desenvolvidos em cada exploração de forma a reduzir custos de transporte e a aproveitar os diferentes metais presentes nos sulfuretos (cobre, chumbo, ouro e prata) juntamente com o enxofre. Na mina de São Domingos, por exemplo, os minérios começaram por ser exportados em bruto para as metalurgias inglesas mas os minérios mais pobres (com teores inferiores a 2 e 3 por cento de cobre) só

tinham interesse económico se fossem valorizados localmente<sup>32</sup>. Os processos técnicos adotados a partir de 1867 eram semelhantes aos utilizados noutras minas da Península que enfrentavam o mesmo problema. Os minérios pobres em metais eram ustulados em fornos fechados na Achada do Gamo, situada na periferia do campo mineiro, e depois reduzidos a pequenas dimensões com recurso a máquinas movidas a vapor. A partir dessa altura, eram manualmente classificados e separados. Seguiu-se depois a lixiviação dos minérios em tanques, a precipitação do cobre como cemento e, finalmente, a primeira fundição para obter o *regulus* (Sequeira 1884, 532–533). A queima das pirites ao ar livre, em *telleras*, técnica desenvolvida e usada no sul de Espanha e também adotada pelos ingleses em Rio Tinto (Huelva), foi evitada tanto nesta exploração como nas minas de Aljustrel e da Caveira devido aos custos económicos associados à poluição. Segundo o engenheiro Pedro Sequeira (1884, 533):

*O exemplo das dificuldades com que tinham lutado as empresas no reino vizinho para poderem estabelecer as calcinações das suas pirites ao ar livre, as valiosas indemnizações que tinham sido obrigadas a pagar à agricultura, as grandes extensões de terreno que era preciso adquirir para expor à ação devastadora dos fumos sulfurosos (embora a charneca de São Domingos fosse asada para*

32 Nestes jazigos, o teor dos metais nos sulfuretos tendia a diminuir à medida que se avançava em profundidade. No início das explorações, venderam-se para as fundições inglesas igualmente o ferro contido nas camadas superiores (chapéus de ferro). Note-se que a mina de São João, nos arredores de Aljustrel, tinha sido registada inicialmente como mina de ferro

*ali estabelecer aquela operação) e o receio das intermináveis discussões com os proprietários vizinhos do estabelecimento, levaram a empresa da mina a procurar por todos os meios resolver a sua questão independentemente da sua utilização ao ar livre.*

A queima de grandes pilhas de minérios ao ar livre libertava gases sulfúricos durante muitos meses, “destruindo todas as plantações nas vastas extensões da vizinhança, obrigando as companhias a pagar indemnizações pesadas e a comprar largos tratos de terra, deixando ainda, apesar disso, espaço para permanentes e infundáveis disputas com os proprietários e os habitantes em redor das minas” (Cabral, 1889, 76). O uso de fornos tinha a vantagem de tornar a queima mais rápida, diminuindo o impacto direto dos fumos ácidos espalhando-os por áreas ainda mais vastas<sup>33</sup>. Ao contrário do processo anterior, que aproveitava a lenta combustão das piritas, os fornos fechados requeriam, no entanto, combustível em larga escala, que escasseava na região. O processo tornava-se assim tanto mais oneroso quanto a capacidade de carga dos fornos era limitada. Em 1868, a Mason & Barry abandonou o uso de fornos em São Domingos e ensaiou a ustulação em *telleras*. Finalmente, em 1877, após uma década de experiências, a companhia decidiu usar pela primeira vez, nas piritas com menos de 2% de cobre, o processo de

33 Para se ter uma ideia do que se afirma, basta pensar que os fumos provenientes da queima de minério de Rio Tinto (Huelva, Espanha) chegavam a incomodar as populações de Vila Real de Santo António. Importa salientar ainda a mudança de *escala* destas operações quando as empresas passaram a alimentar a crescente procura de enxofre e de cobre no mercado mundial até à 1ª Guerra Mundial.



“cimentação natural”, ou seja, sem recorrer previamente à ustulação<sup>34</sup>. Os minérios triturados colocados em pilhas com 20 metros de altura, sendo depois lixiviados graças à ação química da água. Esta água ácida e rica em cobre era depois precipitada. Para tal utilizava-se, neste tratamento “a frio”, ferro de sucatas em tanques com 40 a 50 metros cúbicos de capacidade. O produto deste ciclo, a *cáscara*, continha 60 a 80% de cobre. As operações finais antes do embarque e envio para o porto do Pomarão, no Guadiana, consistiam no enxugo, moagem e embarricamento dos cimentos. Os minérios lixiviados eram depois exportados pelo valor do enxofre e os cimentos enviados para as metalurgias inglesas.

Este processo inovador foi desenvolvido localmente. Requeria grandes quantidades de água e era moroso (15 anos) mas permitia explorar a maior parte do minério pobre existente nos jazigos. A empresa alterou o sistema de lavra, passando a combinar a exploração a céu aberto (*córta*) com o sistema de poços e galerias. O empreendimento mudou de escala produtiva e alterou decisivamente a paisagem em seu redor pois este processo exigia, como vimos, a construção de represas de águas pluviais e de depósitos para evaporação das águas ácidas, enfim, a extensão do território servido pela exploração. Entre 1870 e 1887, a Achada do Gamo recebeu perto de duas mil toneladas de pirites por ano para cimentação natural. Este era o maior empreendimento mineiro em Portugal e, com uma

34 O plano de trabalhos e do estabelecimento hidrometalúrgico na Achada do Gamo foi aprovado pelo governo a 6 de Maio de 1877.

população dela diretamente dependente de cerca de 4 mil indivíduos, enfileirava entre os maiores da Península.

A observação de Neves Cabral (1889) sugere que o conflito com os proprietários fundiários da região tenha sido um fator importante, se não mesmo decisivo, para a Mason & Barry suprimir o processo de ustulação, desenvolvendo uma técnica alternativa à queima de pirites em *telleras*<sup>35</sup>. E contribui para “explicar” porque não existiu uma coalação hostil de lavradores, ganadeiros e de trabalhadores mineiros, semelhante à que ocorreu na margem esquerda do Guadiana poucos anos depois, em Rio Tinto. Aqui, o movimento contra a administração inglesa atinge o seu paroxismo em 1888, quando, na sequência das campanhas de ambas as partes na imprensa, desembocou em manifestações públicas e na confrontação aberta com as autoridades, resultando daqui dezenas de mortos e um número indeterminado de feridos<sup>36</sup>. Noutro caso, que veremos de seguida, as preocupações com os custos das indemnizações a pagar aos proprietários e lavradores obrigaram as empresas a assumir custos logísticos elevados que contribuíram para o fracasso do empreendimento.

35 A 2 de Abril de 1876, os trituradores de minério movidos a vapor que tinham sido instalados na Achada do Gamo três anos antes, foram inutilizados na sequência de um incêndio, quando estavam prontos para começar a trabalhar. Na sequência desta ação de sabotagem, a empresa resolveu passar a fazer a trituração à mão no local da mina (Sequeira 1884, 537). A forma como a empresa lidou com este incidente, bem como os conflitos violentos registados anteriormente nessa mina e no Braçal, sugerem que a direção da empresa poderá ter considerado como um risco sério, também pelas reações violentas que poderia suscitar, a utilização da ustulação ao ar livre.

36 Sobre este conflito veja-se Ferrero Blanco (1994) e Pérez Cebada, “La Génesis de las Políticas Conservacionistas en el sector minero” (2001, 51—78).

A *Companhia de Mineração Transtagana*, constituída como sociedade anónima com capitais portugueses, explorava desde 1868 as minas de São João do Deserto e de Algares e também queimava as pirites em fornos e em *telleras*, operação que combinava com a lixiação e cementação (Guimarães 1989). Para tal a empresa viu-se obrigada a adquirir várias propriedades agrícolas em Aljustrel que somavam seis mil hectares. Na década de 1870, a queima de pirites abandonou Algares, no termo da vila de Aljustrel, e passou a fazer-se principalmente na Herdade das Pedras Brancas, localizado a 10 km dos dois campos mineiros situados nos dois extremos opostos da povoação (figura 3). Essa logística elevou os custos operacionais e foi considerada na época como uma opção errada que tinha sido responsável pela falência do empreendimento, no início da década de 1880, numa conjuntura de crescente concorrência no mercado mundial de cobre. De qualquer forma, depois dos trágicos acontecimentos de Rio Tinto ocorridos durante o chamado *Ano dos Fumos*, a queima em *telleras* foi proibida e progressivamente abandonada durante a década de 1890, sendo substituída pela hidrometalurgia.

No entanto, a hidrometalurgia era também um processo bastante agressivo para o ambiente devido essencialmente ao despejo das águas ácidas nos rios e ribeiras, à sua infiltração e contaminação de poços e veios subterrâneos, à serventia que impunham nas propriedades agrícolas que passavam a ser atravessadas com “águas de morte”. Na década de 1880, as queixas insistentes dos pescadores de Vila Real contra o despejo de águas sulfatadas no Guadiana levadas a cabo pela Mason & Barry obrigou o governo a nomear uma comissão de inquérito, formadas por técnicos do Ministério das Obras Públicas, para



também, com base em cálculos matemáticos de gabinete, que o mal provocado pela descarga das águas era mínimo durante as cheias devido ao sistema de represas e de canais que tinha sido construído. Além disso, verificava-se que a ribeira de Chança, afluente do rio, recebia as águas ácidas de outras minas espanholas, tornando-se difícil atribuir responsabilidades exclusivas à empresa inglesa. Salientava-se que a empresa tinha gasto 212 contos de réis até 1887 com o sistema de drenagem e que tinha pago 4 contos em “donativos” a indivíduos e associações de pescadores, nomeadamente, ao *Compromisso Marítimo de Vila Real de Santo António* e ao *Compromisso de Castro Marim*. Assim, a empresa podia afirmar que estava a obedecer à lei e a indemnizar as pessoas, enquanto James Mason se apresentava como um patrono da indústria entre os grupos e os indivíduos que poderiam usar a sua voz junto da opinião pública e do governo. Nas palavras do Chefe do Departamento Marítimo do Sul, James Mason mandara distribuir 600 reis diariamente em Fevereiro de 1884 a diversas associações marítimas para silenciar as contestações que poderiam emergir se o mesmo dinheiro fosse distribuído pela autoridade marítima<sup>38</sup>. Nas suas palavras, o rendimento dos pescadores tinha diminuído tanto que a população ocupada na pesca declinara. As pessoas lembravam-se ainda que, em meados do século XIX, os cardumes de sardinhas que passavam junto à costa eram tão grandes que tanto os donos das embarcações como os pescadores obtinham grandes lucros. Fosse como fosse, desde aquela data a Mason & Barry

38 Instituto Geológico e Mineiro – *Processo 11 – Pol.*

---

não pagou mais indenizações apesar dos pescadores continuarem a acusar a empresa de continuar a fazer descargas arbitrariamente (e não durante o inverno, em momentos de cheias, como deveria).

### ***6. Hidrometalurgia e reivindicações agrárias.***

Queixas semelhantes apareceram no início do século XX sobre a poluição do rio Sado, não havendo resposta por parte das autoridades. Essas queixas, feitas pelo povo e pela municipalidade de Alcácer do Sal, relacionavam-se com a drenagem das águas sulfatadas das minas de Aljustrel, que tinham reiniciado a sua exploração em 1898.

Após anos de silêncio (pelo menos nos arquivos locais), o problema da poluição das águas reapareceu com a mudança de regime político. Em Março de 1911, os pescadores e o povo de Mértola fizeram uma petição às novas autoridades republicanas locais apelando para que o rio Guadiana voltasse a ser de novo um rio vivo. Uma petição semelhante da câmara republicana de Mértola seguiu depois para o governo. Este atribuiu-lhe a fiscalização dos desagues da mina, ao mesmo tempo que responsabilizava também as minas espanholas pela situação.

O problema da poluição dos solos e dos cursos de água pelos empreendimentos mineiros do sul foi levantado no Parlamento em Março de 1912 pelo republicano unionista Jorge de Vasconcelos Nunes (1878–1936). O grande proprietário de Grândola interveio para apelar ao novo governo republicano que atuasse decisivamente contra a indulgência dessas empresas estrangeiras. Segundo ele, apesar da legislação existente, os proprietários fundiários não eram plenamente indemnizados nas suas perdas. Outro unionista influente na região,

---

Aresta Branco, achava que a decisão política deveria ponderar o prejuízo tanto o benefício públicos que essa indústria trazia. No essencial, não se colocavam abertamente contra a indústria limitando-se a reclamar que as minas de Aljustrel e de Grândola usassem um sistema de drenagem das águas ácidas idêntico ao que tinha sido adotado em São Domingos. No final, o Parlamento decidiu enviar um engenheiro aos concelhos mineiros alentejanos e do distrito de Aveiro para estudar uma solução para o “extermínio dos peixes”, a morte dos rios e das culturas. No espírito daqueles deputados, “em nenhum país se assistia a tais abusos contra a agricultura”.

A Sociéte Anonyme Belge des Mines d’Aljustrel (S.A.B.M.A.), por seu turno, aproveitara a mudança de regime e a passagem de Manuel de Brito Camacho pela pasta do Fomento para propor, ainda em 1910, a construção do ramal de Aljustrel e a diminuição das tarifas ferroviárias. A proposta demonstrava que a capacidade produtiva das minas poderia ser mais do que duplicada devido à diminuição dos custos de transporte, com vantagens fiscais também para o Estado. O projeto manteve-se controverso, chegando a verificar-se, em Abril de 1922, o furto de material de linha que provocou o descarrilamento do comboio – uma sabotagem que nenhuma força política reivindicou.

O ramal de Aljustrel até ao Carregueiro, ligando as minas à Linha do Sul e Sueste, seria inaugurado apenas a 2 de Junho de 1929, já em plena Ditadura Militar. Não teria, no entanto, os efeitos desejados pois, no ano seguinte, devido à crise mundial verificou-se uma forte quebra na produção que persistiu até 1937, quando finalmente se conseguiu ultrapassar as 130 mil toneladas alcançadas naquele ano.

Assim, só na década de 1950 se ultrapassaram, de modo persistente, as 200 mil toneladas anuais.

Ora, se é verdade que a ação de sabotagem indicia uma forte politização da questão do ramal ferroviário, nada nos diz que houvesse ali motivações anti-industrialistas. Os republicanos nacionalistas de Grândola apoiaram a construção da Linha do Vale do Sado durante a Primeira República, a qual viria a beneficiar as minas da região (Santa Suzana, Caveira, Lousal). Em 1915, o caminho-de-ferro chegou ao Lousal, acabando estas minas por ser arrendadas por aquela sociedade luso-belga. Assim, se é verdade que os problemas de poluição preocupavam aqueles deputados, estamos longe de poder falar num conflito entre os interesses da agricultura e os da indústria, como se percebe no debate parlamentar sobre os ramais ferroviários mineiros. Devemos, no entanto, salientar que os proprietários fundiários e os lavradores conseguiram, durante o governo de Sidónio Pais, tornar mais céleres os processos judiciais e equilibrar a sua posição perante os tribunais nos processos de indemnização que instaurassem por prejuízos imputados às empresas mineiras<sup>39</sup>. Grande parte das reclamações destes “interesses agrários” reunidos em tornos da direita republicana foi depois incorporada na legislação

39 Decreto-lei 4159, Diário do Governo 89, 1ª série de 27 de Abril de 1918, regulamentado pelo decreto-lei 4544, Idem, de 4 de Julho de 1918. A partir de agora os prejuízos causados a terceiros pelas minas corriam através de processos sumários instaurados nos municípios, havendo lugar para a formação de comissões de peritos onde ficavam representados os proprietários das minas, ouvidos os engenheiros dos serviços de minas.



de 1930 (ministério de Domingos Oliveira), a qual enquadrou a atividade mineira durante o Estado Novo no continente.

### **Conclusão**

Os conflitos ambientalistas só recentemente começaram a interessar os historiadores sociais. Estudos como o de Chad Montrie (2003), que documentaram nos E.U.A. dos anos '60 e '70, a oposição popular às modernas formas extração de carvão à superfície (stripmining) nos Apalaches, parecem sustentar a ideia de que só num estágio avançado de relativa abundância, os valores sociais começariam a mudar de tal forma que as questões ambientais passariam a integrar a agenda política. Mas longe de ser um fenómeno exclusivo dos países com maiores rendimentos, vemos hoje mundializar-se este tipo de conflito. Ainda recentemente, uma manifestação no Perú contra extração mineira terminou com dezenas de feridos, após 9 dias de greve que envolveram os trabalhadores andinos<sup>40</sup>. Alegavam que os novos projetos mineiros, que o governo iria atribuir a grandes capitalistas, iriam poluir os rios e os cursos de águas utilizados para a agricultura e o pasto do gado.

Longe de se tratar de uma novidade, encontramos conflitos ambientalistas em Portugal logo durante a primeira Regeneração. Deste modo, o destaque que, nas últimas décadas, os órgãos de

<sup>40</sup> *Manifestação contra extração mineira no Peru terminou com dezenas de feridos.* Notícia transmitida pela RTP a 12 Nov, 2011, 10:21 e disponível em <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=498697&tm=7&layout=122&visual=61>

imprensa têm dado à mobilização “popular” em torno dos problemas Verdes (como o da incineração em Souselas e no Outão, com contestação pública das decisões judiciais) não traduz necessariamente a emergência de *novos tipos* de conflito onde, supostamente, teriam também desaparecido as oposições de classe. Ao contrário do que é muitas vezes sugerido, as responsabilidades pelas alterações no meio ambiente não são abstratas nem diluídas pelo conjunto da sociedade, mas claramente identificadas pelos intervenientes e sentidas como ameaças ao seu modo de vida.

Este texto realçou que muitos conflitos abertos (como os motins) resultaram das limitações da legislação liberal para lidar, de forma rápida e eficiente, com danos aos bens coletivos, através de indemnização a uma multidão de intervenientes que, além disso, não é capaz de (ou não quer) monetarizar as suas perdas. Porém, só uma parte destes conflitos tomou a forma de *protesto camponês*. Os valores do industrialismo, que impregnaram a política e os governos desde o fontismo, favoreceram geralmente os capitalistas mineiros mesmo contra os interesses dos proprietários fundiários. Nesta perspectiva, a legislação mineira de 1930 constituiu o desfecho de conflitos ambientalistas que se desenvolveram ao longo da segunda metade de Oitocentos e que dividiram proprietários, lavradores, ganadeiros, camponeses, pescadores, por um lado, e capitalistas mineiros e agentes do Estado, por outro.

Vimos também que os conflitos ambientalistas tenderam a inscrever-se na longa duração, em estádios diferenciados sucessivos. O primeiro, de ebulição mais ou menos lenta, culmina na mobilização pública que suscita a repressão, ou na resolução por via judicial ou

política. Depois, a persistência do problema conduziu à *sublimação* com consequências na legitimidade da ação dos poderes públicos que foram obrigados a conter o conflito através da sua gestão administrativa corrente (por exemplo, mobilizando o exército em antecipação, perseguindo os agitadores, por um lado, impondo algumas alterações às empresas, por outro). Também a legislação fundamental que foi produzida durante este período, mostra uma aprendizagem por parte do Estado liberal na gestão administrativa destes conflitos, passando a assumir um papel crescente de fiscalização e de mediação ativa. Deste modo, a mudança política, quando atribui ou aumenta a capacidade de intervenção pública aos que anteriormente não a tinham, volta a trazer à discussão velhas questões que pareciam já resolvidas. Vimo-lo durante a Primeira República e, mais recentemente, Pedro Silva (2005) mostrou-o também para a Gaia (Belmonte) depois da Revolução de Abril de 1974, dando voz aos pequenos proprietários.

Importa, finalmente, destacar os diferentes recursos mobilizados pelos diferentes atores. Enquanto a burguesia agrária elegeu os tribunais, o parlamento e a imprensa para se fazer ouvir, os grupos populares tenderam a usar a mobilização coletiva, a ação direta (como manifestações com invasão de propriedade, destruição de bens poluentes, uso de violência verbal e física) e a sabotagem como forma de resolução urgente de um conflito. Mas, quando foram capazes de mobilizar para a sua causa os grupos intermédios e superiores, puderam ensaiar exercer a sua influência por via pacífica e legal graças a esses mediadores. A ação popular é legitimada pela atribuição clara de responsabilidades a uma entidade concreta, enquanto esta tende a desenvolver estratégias de rejeição e de

diluição de responsabilidades, chamando a si as autoridades técnicas e científicas. Deste modo, as empresas mineiras contaram essencialmente com a sua influência e capacidade económicas, com o apoio do governo, com a sua capacidade de sedução junto de atores-chave como os inspetores de minas, e com a sua propaganda cimentada em valores partilhados pela opinião pública, para continuar a levar por diante os seus projetos. Essa propaganda defensiva, exercida através da imprensa, de folhetos ou brochuras anónimas ou encomendadas, assentava em argumentação racional ou científica para influenciar a opinião pública e os governantes a seu favor.

# ***O Movimento Operário em Montemor-o-Novo e a Primeira República***

## ***1. O impacto socioeconómico da implantação da República***

O concelho de Montemor-o-Novo era então o 4<sup>o</sup> mais extenso do território continental, com uma área de 1.442,50 km<sup>2</sup> <sup>1</sup>, e também um dos mais despovoados. A sua densidade populacional detinha-se, em 1911, nos 15,6 habitantes/Km<sup>2</sup>, ainda inferior à baixa média do distrito de Évora, com 20 habitantes/Km<sup>2</sup> <sup>2</sup>.

Situado em pleno Alentejo, caracterizava-se por uma economia quase exclusivamente rural, predominantemente baseada na exploração do latifúndio. A legislação fundiária liberal introduzira alterações estruturais no regime de posse da terra. Contribuía para acelerar a substituição de senhorios rentistas e absentistas

1 Apenas precedido dos concelhos de Odemira, com 1.718,80 Km<sup>2</sup>, Santiago do Cacém, com 1.525,60 Km<sup>2</sup> e Alcácer do Sal, com 1.463 Km<sup>2</sup>. Seguiam-se, com uma pequena diferença, Idanha-a-Nova e Castelo Branco. (*Censo da população de Portugal. No 1<sup>o</sup> de Dezembro de 1911. Parte I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 333–334). Após a desanexação do concelho de Vendas Novas, em 1962, o de Montemor-o-Novo passou sétimo lugar.

2 *Censo da população de Portugal...*, pp. 332–367.

por proprietários e lavradores vocacionados para uma exploração mais moderna e lucrativa<sup>3</sup>.

Todavia, esta economia agrária em crescimento, embora lento e irregular, não se traduziu em benefícios económicos para os trabalhadores rurais, de longe o grupo socioprofissional mais numeroso da região. Apesar da emigração, do alastramento ao sector rural do associativismo de classe, com o consequente aumento da capacidade reivindicativa e da contestação social, os salários reais dos assalariados agrícolas mantinham-se, nas vésperas da Grande Guerra, ao nível de há um século atrás<sup>4</sup>. As condições de trabalho, com jornadas de sol a sol, a ausência de protecção social e o crónico desemprego sazonal, também não registaram melhorias. E além das dificuldades habituais, o processo, embora lento, de mecanização de uma parte das tarefas do campo, representava uma ameaça crescente de concorrência, passando por isso as máquinas agrícolas a constituir um alvo frequente de sabotagem, incluindo em Montemor<sup>5</sup>.

3 Helder Adegar FONSECA, "A ocupação da terra", in *História económica de Portugal. 1700—2000, volume II, O século XIX*, Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 83—118.

4 Jaime REIS, "O trabalho", in *História económica de Portugal. 1700—2000, volume II, O século XIX*, Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005, pp. 119—151.

5 José Pacheco PEREIRA, "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve", *Análise Social*, N.º 61/62, 2.ª Série, vol. XVI, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, 1.º — 2.º, pp. 151—152 (135—156). Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo. O exemplo de Montemor-o-Novo*, Montemor-o-Novo, URAP, 1994, p. 24.

O caminho-de-ferro aproximara a sede do concelho e algumas das suas freguesias rurais, como Santiago do Escoural, Cabrela e Vendas Novas, dos centros industriais do Barreiro e de Setúbal. Destas localidades da Margem Sul, para onde alguns montemorenses começavam a emigrar, chegavam notícias das reivindicações laborais e dos surtos grevistas dos anos agitados do período final do constitucionalismo monárquico.

As ideias maçónicas e republicanas também penetraram neste concelho, assumindo-se, junto de uma pequena mas dinâmica elite ligada à indústria corticeira, ao comércio e às profissões liberais, como alternativa à decrépita monarquia e como via de progresso económico e social. Em 1900 existia já um núcleo republicano organizado<sup>6</sup>, que em Janeiro de 1901 fundava o semanário *Democracia do Sul*<sup>7</sup>. Na freguesia do Escoural foi criado, em 1909, um triângulo maçónico, que nesse mesmo ano deu lugar à loja «União e Progresso», cuja duração de prolongou até 1916, com uma breve suspensão em 1914<sup>8</sup>.

Dada a estreita ligação do movimento republicano e da própria implantação da República à maçonaria, a existência desta loja demonstra que o republicanismo não se circunscrevia à vila de Montemor. Com efeito, as listas com que o Partido Republicano se preparava para

6 *O Meridional*, Ano XIX, Nº 978, de 19/3/1910.

7 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 787, de 2/8/1917. Gil do MONTE, *Achegas para a história do jornalismo no distrito de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1984, p. 91.

8 A, H, de Oliveira MARQUES, *Dicionário da maçonaria portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986, vol. I, pp. 514–515; vol. II, pp. 1455–1456. Um triângulo é uma loja constituída por um número mais reduzido de maçons. Veja-se, na mesma obra, vol. II, p. 1441.

concorrer às eleições municipais previstas para 6 de Novembro de 1910, incluíam, cidadãos da sede do concelho e das freguesias rurais”<sup>9</sup>.

A classe operária demonstrava, por seu turno, um dinamismo nada inferior ao da pequena burguesia republicana. A 2 de Outubro de 1910, os corticeiros de Vendas Novas, entraram em greve, impedindo a carga e descarga da cortiça e de outras mercadorias. Associavam-se deste modo à paralisação dos trabalhadores ferroviários do Barreiro e à de outros operários de diversos sectores, um pouco por todo o país, principalmente em Lisboa. Conseguiram ainda a solidariedade dos comerciantes da freguesia, que nesse dia encerraram as portas<sup>10</sup>.

A tensão ancestral entre grandes proprietários e operários agrícolas agudizou-se com a implantação da República, em virtude da desconfiança dos primeiros e das esperanças dos segundos relativamente ao novo regime. Nos dias imediatos à revolução de 5 de Outubro, os moradores da freguesia de Lavre cometeram “*uns abusos de invasão de propriedade*”. A primeira equipa camarária republicana, na sessão da tomada de posse, lamentou o acto. Mas justificou-o com a atitude de desprezo dos latifundiários para com os trabalhadores<sup>11</sup>.

Este evento, ainda que registado de forma imprecisa e sucinta, representa um contributo para o tema, ainda pouco estudado, do fenómeno das ocupações de terras no Alentejo durante a I República,

9 *O Meridional*, Ano XX, Nº1.004, de 18/9/1910.

10 *O Meridional*, Ano XX, Nº1.006, de 2/10/1910.

11 Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo (AHMMN) / Câmara de Montemor-o-Novo (CMN), A1 B179, *Actas das Vereações Camarárias (1910–1911)*, *Acta de sessão de posse da Comissão Administrativa Municipal Republicana ...*, fl. 4. Id., acta de 17/10/1910, fl. 11.



cujo ponto culminante consistiu na ocupação colectiva das terras do Vale de Santiago, em Odemira<sup>12</sup>. E antecedeu um empreendimento similar, ocorrido em Janeiro e em Março de 1912 em Vera Cruz, no concelho de Portel<sup>13</sup>.

A implantação da República originou uma súbita contrariedade: a recusa do patronato rural, maioritariamente adversário do novo regime, em empregar os trabalhadores. A 11 de Dezembro de 1910, “*um grupo de cerca de cem*” operários agrícolas dirigiram-se à câmara a reclamar contra o seu despedimento despropositado, pois havia nas herdades trabalho por efectuar. A edilidade e alguns patrões conseguiram distribuir entre si os desempregados, debelando provisoriamente o problema. E acusaram os autores dos despedimentos de terem “*provocado a crise para levantarem dificuldades à República*”<sup>14</sup>.

Nos anos subsequentes, a “*crise de trabalho*” continuou a ser alvo de debate recorrente nas vereações. E como as obras camarárias eram insuficientes para absorver os desempregados, o vereador do pelouro via-se “constantemente assediado de trabalhadores” a pedir emprego, facto que continuava a atribuir “*à má vontade dos lavradores*”<sup>15</sup>.

12 Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDAS, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo. Ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Um de Outubro, 1982, pp. 65–81.

13 Id., *ibid.*, pp. 47–49.

14 A:H:M:M:N./C:M:N:, A1 B179, *Actas das Vereações Camarárias (1910–1911)*, acta de 12/12/1910, fls. 62v.–63.

15 Id., *ibid.*, acta de 3/1/1911, fls. 81v.–82.

## 2. Formas de organização dos trabalhadores

### 2.1. O ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA E ORGANIZAÇÕES SIMILARES

O associativismo de feição mutualista surgiu em Portugal na primeira metade de oitocentos. E apesar de encarado com desconfiança e até hostilidade pelo patronato e por sectores sociais conservadores, incluindo a Igreja, enraizou-se e disseminou-se gradualmente por todo o país, com maior incidência em Lisboa e no Porto<sup>16</sup>. Em 1876 existiam em Portugal Continental 300 associações de socorros mútuos, com 70.000 associados<sup>17</sup>. Englobavam os mais variados sectores profissionais, principalmente o comércio e o operariado industrial. Possuíam como objectivo comum possibilitar ao associado “*pugnar pelos seus interesses, vincular os seus direitos, cuidar do seu presente e futuro*”<sup>18</sup>. Mas assumiam características específicas variadas: associações de socorros mútuos na doença e na velhice; cooperativas de consumo e/ou de produção; caixas de crédito; ou sociedades de instrução popular, entre outras<sup>19</sup>.

Nos três distritos alentejanos fundaram-se 20 associações entre 1856 e 1870, uma das quais em Montemor-o-Novo, designada por

16 Costa GOODOLPHIM, *A associação*, Lisboa, Seara Nova, 1964, pp. 93–196.

17 Id., *ibid.*, p. 203.

18 Id., *ibid.*, p. 95.

19 Id., *ibid.*, p. 94.

Associação de Beneficência. Instituída em 1860, atingiu, antes do final da década seguinte, 130 membros<sup>20</sup>.

No dealbar do século XX surgiu na sede do concelho a *Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Montemorense Primeiro de Maio de 1901*. Seguiram-se-lhe a *Associação Montemorense de Socorros Mútuos*<sup>21</sup>, a *Associação de Socorros Mútuos Cabrelense*<sup>22</sup>, na freguesia de Cabrela. E em Vendas Novas a *Associação de Socorros Mútuos Vendasnovense*<sup>23</sup>.

A entrada oficial de Portugal na Grande Guerra conduziu à fundação, a 20 de Março de 1916, da Cruzada das Mulheres Portuguesas, por um grupo de activistas republicanas, com o objectivo de prestar assistência moral e material a quem delas necessitasse, devido à guerra<sup>24</sup>.

Em Vendas Novas foi criada ainda nesse ano uma *Subcomissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. As suas associadas desenvolveram uma actividade relevante. Instalaram uma enfermaria e inauguraram uma creche a 30 de Setembro de 1917, solicitando à câmara de Montemor a assistência do médico local às crianças que a frequentavam. E apesar “*do abandono a que os abastados da terra*” a tinham devotado, com o apoio da Comissão Central, da câmara e de muitos

20 Id., *ibid.*, p. 98.

21 A:H:M:M:N./C:M:N.; A1 B184, *Actas das Vereações Camarárias* (1914–1915), acta de 19/10/1914, fls. 6–7.

22 Id., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias* (1916–1918), acta de 11/12/1916, fls. 24–27.

23 *Democracia do Sul*, Ano 18º, Nº 911, de 16/3/1919.

24 <http://www.primeirarepublica.org>

cidadãos, conseguiram ajudar, apenas no seu primeiro ano de existência, 3.270 crianças<sup>25</sup>.

As cooperativas revelaram-se também úteis nesta conjuntura difícil. A *Cooperativa de Crédito e Consumo de Montemor-o-Novo* foi inaugurada a 23 de Fevereiro de 1918<sup>26</sup>. Em Agosto contava já com 1.200 cooperantes, equivalentes a cerca de 4.000 pessoas<sup>27</sup>, continuando a crescer nos meses seguintes<sup>28</sup>. Tal afluência traduz o interesse dos consumidores, que além de vantagens de natureza económica adquiriam, assim unidos, muito mais força reivindicativa. Por isso, a iniciativa alastrou a outras freguesias: em Vendas Novas surgiu a *Cooperativa de Crédito e Consumo Operário*<sup>29</sup>; e no Escoural a *Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Operários Escouralenses de Crédito e Consumo «A União»*<sup>30</sup>. Além de venderem aos associados diversos bens de consumo, estas cooperativas funcionavam também como panificadoras.

A conflagração mundial gerou profundas alterações sociais. Negócios clandestinos provocaram o aparecimento de «novos ricos», caricaturados na imprensa, na literatura e no teatro. Grandes

25 A.H.M.M.N./C.M.N., A7 C39, *Registo da Correspondência Expedida* (1915–1918), ofício de 22/12/1916, fls. 86–86v. *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 794, de 26/8/1917; Nº 795, de 30/8/1917; Ano 18º, Nº 908, de 2/3/1919.

26 *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 835, de 24/2/1918.

27 A.H.M.M.N./C.M.N., A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida* (1918–1919), ofício de 14/8/1918, fl. 31v.

28 Id., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 17/9/1918.

29 Id., *ibid.*, ofício de 25/8/1918. *Democracia do Sul*, Ano 18º, Nº 911, de 16/3/1919.

30 Id., A7 C37, *Registo da Correspondência Expedida* (1912–1934), ofício de 11/6/1918, fl. 50.

comerciantes, industriais e proprietários agrícolas, viram subir os seus lucros com a actividade especulativa. Mas por outro lado surgiu uma categoria social de «novos pobres», muito mais numerosa. Integrava todos quantos viviam de rendimentos fixos ou difíceis de actualizar, como pequenos proprietários, pensionistas, funcionários públicos, militares de carreira, empregados de comércio e transportes e operários<sup>31</sup>, incapazes de fazer face à subida vertiginosa do custo de vida.

Entre os funcionários públicos, o professorado representava um sector especialmente sacrificado. As suas remunerações ficavam muito aquém do indispensável à manutenção de um estilo de vida adequado à dignidade da profissão e representavam um dos factores da carência de docentes do sexo masculino<sup>32</sup>. E apesar das melhorias dos seus vencimentos introduzidas em 1911 e 1917, a situação continuou “*gravemente insatisfatória*”, facto que levou a União do Professorado Primário a promover uma campanha nacional em prol de uma nova revisão dos ordenados<sup>33</sup>.

Em Agosto de 1917, os docentes de Montemor organizaram-se num “*núcleo para a defesa dos seus interesses de classe*”<sup>34</sup> e pediram à câmara alguma “*melhoria da sua situação*”, devido “*à carestia da vida*”. Porém os autarcas, embora reconhecendo a justiça da

31 A. H. de Oliveira MARQUES, *A 1ª República portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, Lisboa, Horizonte, 1980, pp. 44–45.

32 Manuel Ferreira PATRÍCIO, “A instrução pública. Os limites de uma reforma”, in *Portugal Contemporâneo* (dir de António Reis), vol. 3, Lisboa, Alfa, 1990, p. 236 (233–252).

33 Id., *ibid.*, p. 245.

34 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 789, de 9/8/1917.

reivindicação, lembraram-lhes a impossibilidade, de acordo com a lei, de intervirem nessa matéria<sup>35</sup>.

Todavia, da movimentação nacional da classe resultou, ainda nesse ano, uma nova revisão salarial<sup>36</sup>. Em Fevereiro de 1918, os sete elementos da comissão executiva do *Núcleo do Professorado Oficial do Concelho de Montemor-o-Novo* pediam, em nome dos colegas, que lhes fosse abonada a nova subvenção, à semelhança do que já começara a ser praticado por outras municipalidades. Justificavam a necessidade urgente do benefício por sofrerem, “*como toda a gente, os efeitos da pavorosa crise económica do momento actual, agravada cada dia pela sempre crescente carestia dos géneros mais necessários à vida*”<sup>37</sup>.

Os médicos revelaram uma capacidade organizativa e reivindicativa semelhante. Em Janeiro de 1918, a Associação dos Médicos da região, sediada em Portalegre propôs à câmara de Montemor uma subida de 300 para 400 escudos para os associados do concelho<sup>38</sup>.

Outros sectores profissionais subvencionados total ou parcialmente pela edilidade promoveram repetidamente reivindicações semelhantes: os amanuenses da câmara; os empregados do Teatro Municipal; os trabalhadores do sector da limpeza; os técnicos da central eléctrica; os guardas-nocturnos das freguesias urbanas; as

35 Id., Nº 794, de 26/8/1917.

36 M. F. PATRÍCIO, “A instrução pública ...”, p. 245.

37 A.H.M.M.N./C.M.N., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 23/2/1918.

38 Id., *ibid.*, ofício de 28/1/1918.

amas dos expostos; os serventes das escolas; o carcereiro da cadeia pública; e o relojoeiro municipal.

Do mesmo modo procediam os trabalhadores da Misericórdia: médicos, enfermeiros, criados das enfermarias, cozinheiro, lavadeira, costureira e mais empregados do hospital de Santo André; o farmacêutico e os ajudantes da farmácia; e o pessoal administrativo e outros servidores da Santa Casa<sup>39</sup>.

A tradição associativa com fins profissionais, económicos ou solidários, ajudou por certo a atenuar os efeitos da “crise das subsistências” provocada pela Guerra Mundial.

As cooperativas de consumo, embora sem capacidade para impedir o açambarcamento e o mercado negro, possuíam alguma influência junto das autoridades municipais. Obtinham, com maior ou menor dificuldade, o fornecimento de géneros alimentares que escasseavam no mercado legal. E para milhares de consumidores montemorenses representaram certamente a única fonte de abastecimento, para além da produção doméstica.

## 2.2. O ASSOCIATIVISMO DE CLASSE

O mundo rural permaneceu, durante muito tempo, alheado deste movimento associativo, que se radicou prioritariamente nos centros urbanos. A primeira associação de classe de trabalhadores

<sup>39</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.S.C.M.M.N.), *Livro de Actas das Sessões da Direcção da Misericórdia* (1914–1925), sessão de 16/5/1918, fls. 46v.–47.

rurais surgiria em Beja, apenas em 1901. Mas foi com a implantação da República que o movimento se generalizou. Em Montemor, ainda em 1910 constituiu-se a *Associação dos Trabalhadores Rurais de Vendas Novas*. Em Janeiro de 1912 já se encontrava em actividade a *Associação dos Trabalhadores Rurais do Escoural*, provavelmente formada no ano anterior<sup>40</sup>. Também em 1912, a *Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor-o-Novo*, instalada na sede do concelho, demonstrava um dinamismo indiciador de uma organização com alguma experiência<sup>41</sup>. E pelo menos desde 1913 existia também uma *Associação dos Trabalhadores Rurais de Cabrela*<sup>42</sup>.

No entanto, em Lavre, não havia na época uma instituição similar. Apesar de terem protagonizado as ocupações de terras nos primeiros dias do regime republicano, os lavrenses encontravam-se “desunidos”. Tal situação era fruto da “*pouca educação e da péssima orientação por eles seguida*”, de acordo com a opinião de um seu conterrâneo, F. S. Rodrigues, correspondente do *Trabalhador Rural*. Este sugeriu, por isso, a deslocação àquela vila de um dirigente sindical de Évora, de modo a esclarecê-los<sup>43</sup>.

Fora do sector agrícola existiam ainda outras associações de classe. O *Grupo dos Empregados de Comércio de Montemor-o-Novo*,

40 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B180, *Actas das Vereações Camarárias (1911–1912)*, acta de 22/1/1912, fl. 140v.

41 Id., *ibid.*, acta de 26/6/1912, fl. 185v. Id., A1 B181, *Actas das Vereações Camarárias (1912–1913)*, acta de 30/12/1912, fls. 35–35v.

42 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 4, Março de 1913.

43 Id, Nº 2, Janeiro de 1913.



também designada por *Associação dos Caixeiros*; a *Associação dos Operários Corticeiros de Vendas Novas*; e o *Grupo dos Empregados de Comércio de Vendas Novas*. Os dois primeiros surgiram ainda sob o regime monárquico<sup>44</sup>.

As associações de classe distinguiram-se das organizações mutualistas pelo seu carácter essencialmente reivindicativo. Centravam a actividade na luta por melhores condições de trabalho e de vida; e num sentido mais amplo, por uma sociedade mais justa.

A diferença de objectivos era bem patente na natureza nas comemorações do dia mundial do trabalhador. Enquanto a *Associação Operária 1º de Maio* festejava a data com um cortejo acompanhado por bandas de música e foguetes, a *Associação dos Trabalhadores Rurais* assinalava-a com comícios e manifestações. Em 1914, ainda foi tentada uma aproximação, por iniciativa desta última associação, no sentido de promoverem uma comemoração conjunta, que no entanto não resultou<sup>45</sup>.

Deste modo, goradas as expectativas de uma nova ordem baseada no trabalho e na justiça social prometida pelos republicanos, o movimento sindical operário rapidamente retomou formas de contestação mais radicais, já experimentadas nas derradeiras décadas da monarquia constitucional.

44 *O Meridional*, Ano XIX, Nº 979, de 27/3/1910.

45 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 12, Abril de 1914.

### 3. A conflitualidade social

Ainda em 1910 teve início um surto grevista sem precedentes. Nos últimos dois meses deste ano e ao longo de 1911 ocorreram mais de 60 greves por todo o país, um grande número das quais promovidas por trabalhadores rurais<sup>46</sup>. Mas a de Janeiro de 1912, o movimento adquiriu maiores proporções e consequências dramáticas.

Tudo começou quando os trabalhadores do concelho de Évora proclamaram a greve. A contestação teve origem no incumprimento, por parte dos lavradores, das tabelas salariais previamente acordadas e na indiferença do governador civil, conivente com o patronato. A iniciativa foi violentamente reprimida e culminou com o encerramento da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais. Estes passaram a reunir-se no campo, o que ocasionou ainda mais prisões. Os delegados das outras organizações operárias do distrito proclamaram a greve geral, à qual aderiram mais de 20.000 trabalhadores de ambos os sexos. As autoridades ripostaram com nova carga policial e militar<sup>47</sup>.

Deste acto repressivo resultaram uma morte, numerosos feridos, prisões e o encerramento de diversas associações. A 29, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa decretou uma greve de solidariedade com os trabalhadores alentejanos, que se estendeu a outras localidades das imediações da capital e da Margem Sul. Em poucos

46 A. H. de O. MARQUES, *A 1ª República portuguesa ...*, Lisboa, 1980, pp. 45-46.

47 Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 58-59

dias, a agitação alastrou ao resto do país, incluindo a cidade do Porto, onde se promoveram comícios e manifestações de rua<sup>48</sup>.

Os operários agrícolas montemorenses, além de acompanharem os de Évora nas paralisações, ajudaram financeiramente os companheiros presos e respectivas famílias<sup>49</sup>, apesar das suas próprias dificuldades.

O associativismo rural não se deixou intimidar por este episódio repressivo. Se à data dos confrontos existiam 32 sindicatos de trabalhadores rurais, em Janeiro de 1913 eram já 94<sup>50</sup>; e em Abril do mesmo ano 127<sup>51</sup>.

Em Agosto de 1912 teve lugar, precisamente em Évora, o I Congresso dos Trabalhadores Rurais. Nele participaram delegados de 39 sindicatos, representantes de 12.600 trabalhadores<sup>52</sup>. Nesta assembleia constituiu-se a Federação dos Trabalhadores Rurais. Por seu turno, esta última fundaria em Dezembro desse ano o seu órgão oficial, *O Trabalhador Rural*<sup>53</sup>, enquadrado na corrente do sindicalismo revolucionário<sup>54</sup>. Os operários agrícolas alentejanos, incluindo os

48 Id., *ibid.*, pp. 61–64. *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 2, Janeiro de 1913. Manuel Joaquim de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1974, pp. 90–93. A. H. de O. MARQUES, *A 1ª República portuguesa ...*, p. 47.

49 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 4, Março de 1913.

50 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 2, Janeiro de 1913.

51 Id., Ano II, Nº 10, Janeiro de 1914.

52 Costa JÚNIOR, *Movimento operário português*, Lisboa, Verbo, 1964, p. 76.

53 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, p. 94.

54 Implícita em todos os números do jornal, mas claramente expressa no seu número 15, Ano II, de Agosto de 1914.

montemorenses, tomavam ainda regularmente conhecimento das propostas e ideias divulgadas por outros periódicos de pendor revolucionário, como *O Sindicalista e A Revolta*, este último órgão da Federação Anarquista do Sul<sup>55</sup>. Apesar da sua elevada taxa de analfabetismo, havia sempre alguém com instrução, que lia para os companheiros.

A 6 e 7 de Abril de 1913 realizou-se novamente em Évora o II Congresso dos Trabalhadores Rurais. Estiveram presentes cerca de 70 associações, incluindo as 4 do concelho de Montemor-o-Novo, cada uma com 2 delegados. O evento começou a ser preparado com meses de antecedência. Comissões de propaganda percorreram o Alentejo em acções de esclarecimento<sup>56</sup>, reveladoras da capacidade organizativa e mobilizadora deste grupo profissional. Nesta reunião magna foram aprovadas resoluções respeitantes a salários, horários de trabalho e aproveitamento de terrenos incultos. Apesar da sua importância, nenhum dos jornais de grande tiragem, todos republicanos, noticiou o evento<sup>57</sup>.

De facto, o fosso entre o poder central e os trabalhadores ia-se acentuando. As tímidas medidas de alcance social adoptadas a partir de 1911 pelos ministérios republicanos eram insuficientes para conter a intensificação do movimento reivindicativo. Mas a dura resposta governamental, principalmente a empreendida pelo primeiro ministério de

55 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 2, Janeiro de 1913. Id., Nº 5, Abril de 1913. A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, p. 70.

56 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 4, Março de 1913.

57 Id., Nº 5, Abril de 1913.

Afonso Costa, acabou por conduzir à decadência do movimento sindical rural, devido à prisão e deportação dos seus principais dirigentes. Em Maio de 1913, a União dos Sindicatos de Évora, onde funcionava a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi encerrada por 4 meses. Por esse motivo, *O Trabalhador Rural* suspendeu a publicação por igual período de tempo, reaparecendo em Outubro<sup>58</sup>.

Muitas associações de classe do Alentejo e Baixo Ribatejo extinguiram-se nesta altura<sup>59</sup>. Algumas, porém, lograram sobreviver à devastação, como as dos rurais do concelho de Montemor-o-Novo. A da sede do município e a do Escoural participaram no Conselho Federal realizado na capital alentejana a 12 de Outubro desse ano, no qual desempenharam um papel de relevo. Francisco Pereira, dirigente da Associação montemorense desde a sua fundação, presidiu aos trabalhos. E o delegado da congénere do Escoural, Ricardo Zôrro, secretariou a reunião<sup>60</sup>.

Francisco Pereira, em nome da sua Associação, convidou o sindicalista Joaquim Candieira<sup>61</sup> a proferir uma conferência em Montemor-o-Novo, a 1 de Março de 1914<sup>62</sup>, pouco tempo depois da sua libertação, no âmbito da amnistia proposta por Bernardino Machado e

58 Id., Nº 7, Outubro de 1913.

59 F. C. ROCHA e M. R. LABAREDDAS, *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, pp. 25–26.

60 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 8, Novembro de 1913.

61 Sobre este grande dirigente do operariado agrícola, veja-se: António VENTURA, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910–1914)*, Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 46.

62 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 11, Março de 1914.

aprovada pelo parlamento a 20 de Fevereiro desse ano<sup>63</sup>. Este organizador do associativismo rural alentejano<sup>64</sup> fora acusado de “agitador” durante o primeiro Ministério de Afonso Costa<sup>65</sup>. Condenado a dois anos e meio de prisão, ainda estivera detido “longos meses”<sup>66</sup>.

O 1º de Maio seguinte foi assinalado pelos mesmos trabalhadores rurais de Montemor com uma sessão solene, depois de malograda a tentativa de uma comemoração conjunta com a Associação operária mutualista, como acima descrevemos. Desta vez o convidado principal foi Manuel Ferreira Quartel<sup>67</sup>, outro destacado dirigente sindical<sup>68</sup> recentemente libertado e cujo rosto, ainda marcado “*pelo sofrimento de mártir dos algozes*”, causou forte impressão a Francisco Pereira, quando o foi esperar à estação ferroviária<sup>69</sup>. Quartel participara, entre 14 e 17 de Fevereiro desse ano, no histórico Congresso Nacional Operário de Tomar, como delegado da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais<sup>70</sup>.

Vendas Novas, por seu turno, assinalou o dia do trabalhador com um grande cortejo. A partir da sede das Associações dos

63 João Bonifácio SERRA, “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3 (dir de António REIS), Lisboa, 1990, p. 42 (13–84).

64 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, pp. 93–94.

65 De Janeiro de 1913 a Fevereiro de 1914.

66 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 10, Janeiro de 1914.

67 Id., Nº 13, Maio de 1914.

68 Sobre este sindicalista veja-se: António VENTURA, *Subsídios para a história do movimento sindical ...*, pp. 42–43.

69 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 13, Maio de 1914.

70 Id., Nº 12, Abril de 1914.

Trabalhadores Rurais e dos Corticeiros, o desfile percorreu as ruas da vila. Nele se incorporaram outros sectores profissionais, como os sapateiros e os caixeiros, a Sociedade Filarmónica Operária e o Grupo Mocidade Recreativa, todos com os respectivos estandartes cobertos de crepes pretos, em sinal de luto e de protesto. No final houve comício, no qual pontificou António Henriques<sup>71</sup>, outra grande figura do sindicalismo operário<sup>72</sup>.

Após um período de relativa acalmia, a agitação social reacendeu-se. Em princípios de 1916, durante o segundo governo de Afonso Costa, surgiram em Lisboa e um pouco por todo o país manifestações de protesto e assaltos espontâneos a padarias e outros estabelecimentos comerciais, por parte da população esfomeada e enfurecida. As forças policiais ocuparam a sede da UON e prenderam quem lá se encontrava, o mesmo sucedendo com outros sindicatos<sup>73</sup>.

Os acontecimentos da capital tiveram fortes repercussões em Montemor-o-Novo. Na sede do concelho, os operários agrícolas empreenderam manifestações de protesto e cortaram as linhas telegráficas. Em Vendas Novas a agitação foi semelhante. Mas o ponto alto da revolta ocorreu em Cabrela. Aqui, “*os trabalhadores armados tomaram uma atitude mais hostil, mais ameaçadora*”. As autoridades mandaram “*para aquela vila força pública a fim de manter*

71 Id., Nº 13, Maio de 1914.

72 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, pp. 93–94.

73 A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, pp. 91–93. M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, p. 107.

*a ordem*". Mas como esta "foi recebida hostilmente" pelo povo, efectuaram-se "algumas prisões" e foram apreendidos machados aos manifestantes. Entre os detidos encontrava-se Luís António, presidente da Associação local dos Trabalhadores Rurais. As detenções não intimidaram os revoltosos. No dia seguinte, "os agitadores de Cabrela", apoiados pelos de Vendas Novas, "percorreram algumas freguesias" do concelho, "tentando arrastar à desordem os ranchos de diversos lavradores". Évora e o Redondo foram, pelos mesmos dias, alvo de distúrbios idênticos<sup>74</sup>.

Nos últimos dias de Maio de 1917, já durante o terceiro ministério afonsista, o administrador do concelho comunicava à câmara ter já requisitado um reforço policial para Vendas Novas, "em vista dos últimos acontecimentos (...) e com o fim de evitar tumultos graves"<sup>75</sup>. Não obstante, os "incidentes desagradáveis" repetiram-se na mesma vila a 25 de Junho<sup>76</sup>. Tal ocorrência levou o presidente da câmara, Jaime Arnaldo Lopes Brejo, a oficialiar a 22 grandes produtores cerealíferos do concelho, no sentido de os convencer a vender à edilidade a farinha possível, da qual havia grande falta, quando tinha conhecimento de que pelo menos alguns deles possuíam os celeiros cheios.

74 *O Meridional*, Ano XXVI, Nº 1.281, de 6/2/1916.

75 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias (1916–1918)*, acta de 28/5/1917, fls. 79v.–82.

76 *Id.*, A7 C39, *Registo da Correspondência Expedida (1915–1918)*, officio de 26/6/1917, para o lavrador José Joaquim Nunes, fl. 132 v.



Apelava para o seu patriotismo e advertia-os para o perigo de os incidentes se repetirem nesta e em outras localidades<sup>77</sup>.

Por estas missivas depreendemos que os “*incidentes*” de Junho e muito provavelmente os “*acontecimentos*” de Maio tivessem consistido em assaltos a padarias, muito frequentes na época por todo o país.

Em Setembro de 1917, os empregados dos correios de Montemor aderiram em peso à greve geral nacional do pessoal dos correios e telégrafos. No dia 13, permaneciam já inactivos “*há mais de oito dias*”<sup>78</sup>, começando o serviço a normalizar apenas no final do mês<sup>79</sup>.

#### **4. O associativismo operário e as câmaras republicanas**

A nível local, as relações entre os corpos administrativos e as associações laborais seriam mais pacíficas, a ajuizar pelo que ocorreu em Montemor-o-Novo, onde existiu alguma cooperação entre o órgão dirigente dos trabalhadores rurais e as câmaras de gestão republicana. Além dos exemplos acima descritos ocorridos em 1910, em 1912, a pedido da municipalidade, a Associação dos Trabalhadores Rurais disponibilizou uma lista de associados desempregados, a fim de lhes ser distribuído trabalho nas obras municipais<sup>80</sup>.

77 Id., *ibid.* Além do ofício indicado na nota anterior, outros de teor idêntico, entre os fólios 131 e 139 do mesmo livro.

78 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 799, de 13/9/1917.

79 Id., Nº 802, de 25/9/1917.

80 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B180, *Actas das Vereações Camarárias (1911–1912)*, acta de 26/6/1912, fl. 185 v.

A mesma Associação ajudou a angariar fundos para a criação, em Janeiro de 1914, do Asilo de Mendicidade, destinado a recolher os idosos desamparados do concelho<sup>81</sup>. E na festa do primeiro aniversário desta instituição de beneficência, o seu representante teve direito a um lugar destacado, junto à mesa e a par do delegado da Associação Operária 1º de Maio<sup>82</sup>.

Em 1915, voltou a colaborar com a câmara, apresentando uma listagem, tal como a Associação Operária, de 40 famílias especialmente carenciadas pela falta de trabalho, motivada pelo inverno prolongado<sup>83</sup>.

Em Maio do mesmo ano, desfilou na “grandiosa manifestação” de regozijo pela queda da ditadura de Pimenta de Castro, organizada pelo Centro Republicano local, a par de outras associações<sup>84</sup>.

E a Cooperativa de Consumo, que apesar de possuir uma administração autónoma tinha sido criada pela Associação dos Trabalhadores Rurais montemorenses, manteve durante a guerra uma colaboração aparentemente pacífica com as comissões de subsistência republicanas.

Algumas iniciativas promovidas pela Associação para debater questões laborais ou o aumento do custo de vida tiveram lugar no Teatro Municipal, disponibilizado para o efeito pela edilidade.

81 *A Folha do Sul*, Ano 22º, Nº 1648, de 1/1/1919.

82 *O Meridional*, Ano XXIV, Nº 1225, de 3/1/1915.

83 *Id.*, Nº 1232, de 21/2/1915. Nº 1233, de 28/2/1915.

84 *Id.*, Nº 1245, de 23/5/1915.

### **5. A repressão sidonista**

O culminar da contestação dos montemorenses, bem como da repressão que sobre eles se abateu, ocorreu durante a ditadura sidonista. O «Presidente Rei» organizara o movimento insurreccional de 5 de Dezembro de 1917 com o intuito declarado de pôr termo às lutas interpartidárias, repor a acalmia social e a ordem pública. Tais promessas, aliadas ao seu modo de actuação populista, granjearam-lhe inicialmente numerosos apoios e uma atitude de expectativa da parte do movimento sindical. Porém, Sidónio Pais não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais.

A sua acção económica teve efeitos desastrosos, com a subida, ainda mais vertiginosa, do custo de vida e o desaparecimento completo de alguns géneros que ainda se encontravam no mercado. O açambarcamento atingiu proporções inéditas, com a conivência dos próprios governadores civis<sup>85</sup>.

O operariado depresta concluiu que a repressão dezembrista superava, em violência e intolerância, a do «racha sindicalistas» Afonso Costa. Porém, experimentado na luta reivindicativa e acicatado pelas condições de vida insuportáveis, não se deixou abater, antes reforçando o movimento grevista. E a UON, apoiada por socialistas e anarco-sindicalistas, chegou a preparar uma greve geral para 18 de Novembro de 1918. O evento acabou por fracassar, devido a vários factores: a selvática perseguição aos trabalhadores e às suas

85 ROCHA, F. C., LABAREDAS, M. R., *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 40.

estruturas organizativas; as perturbações causadas pela pneumónica; e a desmobilização de muitos potenciais aderentes, esperançados nas consequências da assinatura do armistício, a 11 do mesmo mês<sup>86</sup>.

A vila e o concelho de Montemor-o-Novo sentiram duramente os efeitos da ditadura do ex-ministro de João Chagas. O novo governador civil de Évora, major José Marcelino Carrilho, substituiu a câmara democraticamente eleita por uma comissão administrativa da confiança do governo<sup>87</sup>.

Esta decretou de imediato a extinção das 8 horas de trabalho, anteriormente atribuídas ao pessoal empregado nos serviços da limpeza pública<sup>88</sup>.

O relacionamento com o professorado primário também se deteriorou<sup>89</sup>. A articulação com as comissões administrativas das juntas de paróquia tornou-se bastante tensa. Estas queixavam-se da falta de bens de consumo, do açambarcamento e do estado intransitável das estradas e caminhos. E alertavam insistentemente para o clima de indignação predominante nas suas áreas administrativas e para o perigo iminente de “*conflitos*” ou “*alterações da ordem pública*”.

As retaliações da ditadura relativamente aos adversários políticos não pouparam estas comissões administrativas, como sucedeu,

86 A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, pp. 129–138.

87 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias (1916–1918)*, acta de 12/1/1918, fl. 164. *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 842, de 21/3/19178.

88 Id., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias (1916–1918)* acta de 18/2/1918, fl. 183v.

89 Id., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofícios de 26/9/1918 e de 26/9/1918, de 29/9/1918 e de 30/9/1918.

por exemplo, no Escoural. Quando, a 28 de Abril, Sidónio Pais se fez eleger presidente da República, depois de alterar a lei eleitoral em vigor, Democráticos, Evolucionistas e Unionistas promoveram uma grande campanha pela abstenção, invocando a ilegalidade do sufrágio. Os escouralenses, de acordo com as advertências dos partidos republicanos, não votaram. E as autoridades, “*por vingança*”, desmembraram-lhe a freguesia, através da desanexação das paróquias de S. Cristóvão e de S. Romão<sup>90</sup>.

E em Cabrela, a comissão administrativa local foi substituída “*por um único homem*”, que acumulava várias funções: presidente da junta de paróquia, regedor, substituto do juiz de paz e fiel do celeiro municipal. A sua administração era considerada, pela imprensa republicana, “*uma verdadeira calamidade*”<sup>91</sup>.

A dificuldade de relacionamento da câmara sidonista com as instituições e corpos sociais do concelho foi particularmente evidente no caso da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais. Em Setembro de 1918, o presidente da direcção deste sindicato operário solicitou à edilidade a cedência do Teatro Municipal. O pedido destinava-se à realização de uma assembleia de trabalhadores, na qual seriam “*apreciadas as reclamações de carácter económico da União Operária Nacional*”, provavelmente já no âmbito da preparação da greve geral projectada para 18 de Novembro seguinte. Contrariamente ao sucedido com as vereações republicanas, esta

90 *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 891, de 8/9/1918.

91 *Id.*, Ano 18º, Nº 903, de 13/2/1919.

indeferiu o pedido, com a alegação de que as instalações apenas se destinavam a espetáculos<sup>92</sup>.

A recusa não demoveu os organizadores do evento, que transferiram o encontro para a sua própria sede. De acordo com a imprensa republicana, a iniciativa decorreu ordeiramente, com a presença exclusiva dos associados. Depois de terminado o evento, “*mas achando-se ainda na sede (...) muitos trabalhadores*”, entraram de rompante o administrador do concelho, tenente Francisco José da Silva Santos Júnior, acompanhado por dois polícias e alguns agentes da Guarda Nacional Republicana. Prenderam a Mesa do encontro, constituída pelos seguintes elementos: o já nosso conhecido Francisco Pereira, presidente da agremiação; o pedreiro e sindicalista Agostinho José Maria de Sampaio; e António Vaz, delegado da UON, que viera proferir a conferência de fundo<sup>93</sup>.

Os operários presentes protestaram. Seguiram a força policial e “*foram postar-se, em grande número, diante da administração do concelho, pedindo a liberdade dos seus camaradas e protestando contra a falta de pão*”<sup>94</sup>. Perante a contestação e o engrossar da multidão que “*ia aparecendo de todos os lados*”<sup>95</sup>, o administrador do concelho requisitou mais força policial. A guarda tomou o Terreiro de S. João de Deus pela força e tentou fazê-lo evacuar. Porém, como

92 A.H.M.M.N./C.M.N., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 9/9/1918.

93 *Democracia do Sul*, Ano 17º, N° 894, de 19/9/1918; e N° 895, de 22/9/1918.

94 *Id.*, N° 894, de 19/9/1918.

95 *O Meridional*, Ano XXVIII, N° 1.418, de 22/9/1918.

*“alguns trabalhadores mais exaltados recalcitrassem, deu-se um conflito entre um popular e um guarda”, quando este agrediu o civil “com uma coronhada. Nessa altura, toda a serenidade abandonou” as forças da ordem. “A pistola do senhor administrador do concelho e as armas dos guardas começaram a disparar tiros nervosamente, doidamente, e dez minutos depois desta alucinação jaziam no chão dois trabalhadores mortos, havendo vários feridos, um dos quais tão gravemente que veio a falecer”<sup>96</sup>.*

As três vítimas mortais eram António Joaquim, Raul José Sabino e José Cabeçana. O tenente Santos Júnior foi acusado de *“assassinar voluntariamente”* António Joaquim<sup>97</sup>. Os outros teriam sido alvo casual das balas disparadas pela guarda, acusada de fazer *“fogo sobre a multidão com pontarias baixas, muitas delas para as embocaduras das ruas”* adjacentes ao Terreiro<sup>98</sup>.

Os vestígios da refrega ficaram assinalados nas paredes e nas portas dos edifícios do Terreiro, *“cheias de sinais produzidos pelas balas”<sup>99</sup>*. Mas os confrontos não ficaram por aqui. Houve *“mais correrias e alguns tiros no Rossio”*, onde o povo revoltado feriu dois guardas e um cabo da GNR<sup>100</sup>.

96 *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 894, de 19/9/1918.

97 *Id.*, Nº 895, de 22/9/1918.

98 *O Meridional*, Ano XXVIII, Nº 1418, de 22/9/1918.

99 *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 895, de 22/9/1918.

100 *Id.*, Nº 894, de 19/9/1918.

Os presos acabaram por ser soltos. António Vaz, na estação do caminho-de-ferro da Torre da Gadanha, por pressão dos ferroviários. E os outros uns dias mais tarde<sup>101</sup>.

Pelo menos nos dois fins-de-semana seguintes, a vila martirizada foi ocupada por um destacamento de tropas, acontecimento ironizado deste modo na Democracia do Sul: “(...) *gente de Montemor há-de ser feroz e aguerrida. E então armamento? São capazes de até terem tanques, os mafarricos! (...) Ora desta maneira, como é possível enviar tropas para França? De modo algum. As que há até são poucas para mandar para Montemor*”<sup>102</sup>.

A greve geral convocada pela UON para 18 de Novembro ficou bastante aquém do desejado. Mas mobilizou os ferroviários do Sul e Sueste, os operários da construção civil, os gráficos, e o operariado agrícola dos distritos de Évora e de Beja, surgindo, neste contexto, as ocupações de terras no Vale de Santiago acima referidas<sup>103</sup>.

As autoridades fizeram numerosas detenções, incluindo, no dia 21, a de Abel dos Santos, membro da Associação dos Rurais de Montemor. Prometeram-lhe a liberdade se denunciasse o paradeiro de Francisco Pereira e de Joaquim Vidigal. Como não cedeu, esteve detido 63 dias<sup>104</sup>.

101 Id., Nº 895, de 22/9/1918.

102 Id., Nº 898, de 3/10/1918.

103 ROCHA, F. C., LABAREDAS, M. R., *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 42 e segs.

104 *A Folha do Sul*, Ano 22º, Nº 1.683, de 7/5/1919.



O administrador do concelho, apesar dos graves incidentes de 15 de Setembro, continuava em funções, para grande indignação da opinião pública. Por esses dias, montou uma perseguição a outro trabalhador rural, José Vidigal da Cruz, por ser, segundo a imprensa republicana local, “*um tanto altivo e dedicado ao engrandecimento da sua Associação*”. No entanto, o sindicalista conseguiu escapar-lhe durante meses. Protagonizou aventuras rocambolescas: manteve-se escondido na própria casa, quando esta era devassada pelos perseguidores; e atravessou, com risco de se afogar, ribeiras caudalosas, para despistar os cães polícias<sup>105</sup>.

A 3 de Dezembro, em consequência de mais uma greve dos trabalhadores agrícolas, foi preso outro membro da mesma Associação, António Silvestre Cardoso. Este fazendeiro, que completava o magro rendimento da sua courela com trabalho à jorna, era casado e pai sete filhos. Ficou detido na cadeia local até 1 de Janeiro, data em que foi transferido, com Abel dos Santos, para os calabouços do governo civil de Lisboa, ambos acompanhados da informação de “*agitadores*”. Foram soltos a 23 de Janeiro de 1919<sup>106</sup>, nas vésperas da queda do governo de Tamagnini Barbosa.

## **6. O rescaldo da Guerra**

A 11 de Novembro de 1918 foi assinado o armistício que pôs termo à Primeira Grande Guerra. Portugal pouco festejou o evento,

105 Id., N<sup>o</sup> 1679, de 23/4/1919.

106 Id., N<sup>o</sup> 1.683, de 7/5/1919.

devido à proibição de manifestações públicas, decretada por Sidónio Pais. A ferocidade da repressão dos sectores que aderiram à paralisação de 18 desse mês isolou ainda mais o governo do ditador, apresando o seu assassinato, a 14 de Dezembro<sup>107</sup>.

Com a demissão do último governo de maioria sidonista, a câmara arbitrariamente demitida em Janeiro de 1918 retomou funções. Reintegrou os funcionários demitidos por razões políticas. Repôs as regalias laborais e salariais perdidas. E restabeleceu o diálogo com as organizações sindicais e mutualistas, com os professores, com as juntas de paróquia e a população em geral.

Os montemorenses puderam finalmente expressar o júbilo pelo fim da guerra, através das calorosas recepções públicas aos conterrâneos que iam regressando das frentes de combate.

A perseguição ao movimento sindical abrandou significativamente a partir do governo de José Relvas<sup>108</sup>, embora as dissidências políticas e a instabilidade governativa dificultassem o retorno à normalidade.

A 3 de Março de 1919, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Escoural reabria as suas portas, encerradas compulsivamente por ocasião do movimento grevista do Novembro anterior<sup>109</sup>. Nos princípios de Junho, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor

107 Alberto FRANCO e Paulo BARRIGA, *O homem que matou Sidónio Pais. A empolgante história de José Júlio da Costa*, Odemira, Câmara Municipal, 2008.

108 J. B. SERRA, "Do 5 de Outubro ao 28 de Maio ...", p. 71.

109 *A Folha do Sul*, Ano 22º, Nº 1668, de 15/3/1919.

---

reuniu para eleger os delegados ao congresso de Coimbra e ouvir um operário corticeiro de Évora descrever o significado das ocupações no Vale de Santiago e as “atrocidades cometidas” nessa altura pelas forças da ordem. No final da sessão, os operários agrícolas montemorenses, em mais uma demonstração de solidariedade, reuniram algum dinheiro, destinado às famílias dos operários presos durante aquela ousada iniciativa<sup>110</sup>.

Montemor, como o país em geral, esforçava-se por recuperar a normalidade. Porém, a conjuntura internacional prenunciava tempos difíceis, para uma Europa que procurava erguer-se dos escombros da Guerra. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, abriu o caminho a 48 anos de ditadura. Todavia, os trabalhadores montemorenses, experimentados na luta contra os governos republicanos e os seus interregnos ditatoriais, jamais baixaram os braços, mantendo sempre acesa a esperança em dias melhores.

110 Id., N° 1693, de 11/6/1919.

---

## ***A greve de 70 dias no Sul e Sueste (1920), segundo os Diários de José António Marques***

---

O texto que vamos apresentar é a crónica de uma longa greve nos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste em 1920, acontecimento histórico no qual o narrador é observador e participante.

Trata-se da transcrição de parte de um documento, escrito por José António Marques, operário ferroviário, registado pelo próprio em cadernos, sob a forma de registos diários<sup>1</sup>. José António Marques nasceu no dia 1º de Maio de 1900, iniciando os seus diários por volta dos 18 anos, coisa que fez ao longo de toda a sua vida, tendo parado apenas 3 anos antes de morrer, em 1993. Os seus apontamentos versam sobre uma multiplicidade de acontecimentos ocorridos no Barreiro, de tal forma, que, sob o ponto de vista histórico os seus escritos constituem uma fonte extraordinária para o conhecimento da vida quotidiana da população do Barreiro, na primeira metade do século XX, com especial enfoque na comunidade operária ferroviária. Inseto no seu primeiro caderno, encontra-se o testemunho sobre um facto datado

<sup>1</sup> Estes manuscritos constituem uma parte do importante espólio que José António Marques legou à Câmara Municipal e está depositado no Arquivo Municipal do Barreiro. O documento a que nos reportamos tem o título que José António Marques lhe atribuiu: *Registo dos factos mais notáveis nos anos 1918 a 1920*, com a cota AMB/EJAM/Lv.1

de 1920: a greve de 70 dias, que teve lugar na Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, empresa na qual trabalhava José António. A greve teve início a 30 de Setembro e terminou a 9 de Dezembro de 1920.

José António é ele próprio autor e actor, no processo histórico que descreve, transmitindo a visão singular de um operário sobre o mundo que o rodeia, num dos pólos mais industrializados do país, habitado por uma população operária profundamente politizada. Assim era o Barreiro nas décadas iniciais do século passado.<sup>2</sup>

É, portanto, através do seu olhar, da sua compreensão do mundo e das suas emoções, que vamos acompanhando, diariamente, o desenrolar desta luta. Ao longo de 2 meses, intensos e intermináveis, assistimos à tomada de consciência de José António, jovem ferroviário de 18 anos que conta, dia-a-dia, como tal acontecimento pôs à prova a capacidade de resistência da classe. Em simultâneo, as suas notas transportam-nos para os locais do quotidiano, num quase registo cinematográfico, animado e colorido, que nos coloca em cenários de grande conflitualidade social, como os que se viviam no Barreiro, e de resto em todo o país, no final da I República.



*José António Marques aos 18 anos.*

*Espólio JAM, Cx. 24 —*

*Arq. Mun. do Barreiro*

<sup>2</sup> Quando José começa a escrever os seus diários em 1918, um Relatório da Comissão Administrativa Municipal, em breve caracterização económica e social, referia-se ao Barreiro nos seguintes termos: «A importante vila do Barreiro situada a 40 quilómetros de Lisboa, conta hoje cerca de 12.000 habitantes. Além das vastas oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e Companhia União

Através das suas palavras chegamos ao desfecho deste processo, dramático, para muitos dos intervenientes. Forçados a retomar o trabalho, os ferroviários, desalentados, foram vencidos pela fome e derrotados nas suas aspirações. No final enfrentam os despedimentos e as perseguições.

Para tentar compreender o contexto em que surgiu a greve de 30 de Setembro de 1920, vamos recuar ao início do ano, recorrendo às notas de José António.

Escreve ele que, no dia 14 de Janeiro, uns 80 operários abandonaram as Oficinas *«falando que arrebetava a greve»*. No mesmo dia, no Barreiro, também os corticeiros entraram em greve.

No mês de Fevereiro, no dia 12, refere que o pessoal da CUF entrou em greve e a 24 do mesmo mês, os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste (CFSS) estavam de novo paralisados. Dois dias depois paravam os ferroviários do Minho e Douro. Em 4 Março, José António, de serviço em Faro, escrevia:

*«Fui à primeira reunião de ferroviários. Na cidade correu o boato que se tinham declarado em greve os correios e telégrafos.»* Neste dia ainda, anotava ele, no seu comentário habitual sobre o estado do tempo: *«Fez um dia lindo e peras e a noite de luar, mas fria»*, prosseguindo depois com outros assuntos: *«Soube que*

no Barreiro principiou o trabalho. Às 14h retirou para Lisboa o Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro. Fez 17 anos a Maria Gertrudes Maurício<sup>3</sup>».

No dia 5 anotava: «*Soube-se que por causa da greve caiu o governo*» e no dia 25 Março «*a reunião de ferroviários que estava marcada não se realizou, por ter sido proibida*». <sup>4</sup>

Em 14 de Abril, segundo notícia do *Sul e Sueste*, suicidou-se nas Oficinas Gerais um servente de 20 anos. Deixou uma carta, na qual se dizia «*cansado da vida e aborrecido com a má organização social*»<sup>5</sup>.

A 5 de Junho, entre os vários acontecimentos de que fala José António, lê-se o seguinte: «*pelas 12h declarou-se em greve o pessoal da construção da linha do Barreiro/Seixal*».

Em 1 de Julho nova greve estava a decorrer no Sul e a 3, seguiram-se-lhes os Caminhos de Ferro do Vouga.

Em 4 de Agosto, durante uma reunião de ferroviários no Barreiro, registou-se um tiroteio, na sequência do qual foi tomada a Rotunda das Máquinas pela GNR. O Barreiro estava em estado de sítio. Escreve José: «*Á noite as ruas são patrulhadas por forças de*

3 Namorada de José António Marques.

4 Terá sido na sequência desta greve que foram presos Leopoldo Calapez e Manuel Dionísio, membros da Associação de Classe, por trazerem consigo exemplares do *Bandeira Vermelha*, conforme regista o jornal *O Sul e Sueste*, nº21, 31 de Março, 1920. Ainda segundo *O Sul e Sueste*, a policia efectuou buscas às casas de Miguel Correia e António José Piloto, destacados militantes anarquistas do Barreiro, igualmente membros da direcção da Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste. Dias depois António José Piloto, Presidente da Associação, viria a ser preso pela Polícia Cívica em 10 de Abril. Cf. *O Sul e Sueste* nº22, 23 de Abril, 1920.

5 *O Sul e Sueste*, nº22, 23 de Abril, 1920.

*Cavalaria, Infantaria e GNR, principalmente a Rua Miguel Pais. Quando regressava a casa, mais o Eugénio da Silva, perto da 1 da madrugada, fomos abordados por praças da GNR, que procuraram donde vínhamos. O Sebastião Gomes e o José Pequeno fugiram, para a S. Instrução, por motivo de estarem a fazer experiências com revólveres. Deu resultado a Guarda andar em procura deles.»*

No dia 15 de Setembro os ferroviários fizeram uma reunião geral, onde discutiram, entre outros assuntos, a questão dos vencimentos<sup>6</sup>.

O problema da insuficiência dos salários e as deficientes condições de trabalho, aliados à carestia de vida e à fome, eram motivo permanente de protestos e justificavam a maior parte das greves no Sul e Sueste<sup>7</sup>. A estas reivindicações juntavam-se os pedidos de readmissão de ferroviários despedidos em processos grevistas anteriores, os protestos contra as perseguições políticas, pela libertação de ferroviários presos e pelo cumprimento da lei das 8 horas de trabalho<sup>8</sup>.

6 Em 14 de Março de 1920, *O Sul e Sueste*, insurgia-se contra os baixos salários de algumas categorias profissionais e exemplificava: «Pessoal efectivo auxiliar, ou eventual 70\$00; pessoal feminino 50\$00; aprendizes, boletineiros e praticantes 50\$00; reformados 50\$00; pensões de sobrevivência 35\$00». *O Sul e Sueste* nº20, 14 de Março, 1920.

7 Em 16 de Agosto escrevia-se no *Sul e Sueste*, a propósito dos salários e das condições de trabalho dos ferroviários: «Chega a ser ridículo o vencimento da maioria dos ferroviários, comparável com os de certos moços de escritório, no entanto as suas responsabilidades são enormíssimas, e o seu trabalho extenuante e arriscado. Dia a dia os lares ferroviários são assaltados por doenças provenientes da sua má alimentação e das intempéries a que estão sujeitos, devido à falta de conforto tanto interior como exterior e não há meio de aparecer uma creatura, que dentro dos processos legais, legítimos e humanos ponha termo a tal situação...». «Terrível Situação», *O Sul e Sueste*, nº33, 16 de Agosto, 1920, p.2

8 Nesta altura trabalhava-se 10 horas nas Oficinas dos CFSS, contra o que estipulava a lei das 8 horas, aprovada em 7 de Maio de 1919. *O Sul e Sueste*, nº25, 20 de Maio, 1920.



No dia 20 Setembro lê-se no diário de José António Marques: *«Princípios das forças da GNR a guardar os comboios, tanto de passageiros como mercadorias.»*

No mesmo dia, Miguel Correia dirigente da Associação de Classe, foi suspenso tal como outros ferroviários. Nos dias seguintes mantém-se o mesmo cenário: *«Continuam as forças militares na estação, fazendo-se a partida dos comboios e vapores militarmente»* e *«no dia 29 pelas 16h, foram tomadas as Oficinas Gerais por forças militares.»*

Chegados ao dia 30 de Setembro de 1920, escreveu José António Marques *«pelas 17 horas, o pessoal do caminho de ferro do Sul e Sueste declarou-se em greve»*.

Tinha assim início a longa paralisação que viria a terminar 70 dias depois. Nessa noite, conta José, a estação do Barreiro estava às escuras e parecia um deserto, não se ouvindo o silvo de uma locomotiva sequer. O silêncio foi interrompido, pelas 22 horas, com a chegada dos tripulantes dos vapores que terminaram as carreiras em Lisboa e regressavam ao Barreiro, a bordo do catraio do Mariano.

Em 2 de Outubro prosseguia a greve e ele escrevia: *«Chegou mais tropa, para render a que se encontrava já há dias na Estação do Barreiro. Fizeram os militares um comboio, às 18h para Setúbal e a Central Eléctrica já trabalha.»*

A 3 continuava a greve e José anotava que a falta de pão fazia-se sentir há 8 dias, no Barreiro: *«Só apanha quem for às bichas.»* Depois prossegue: *«Pelas 11h40, encalhou em frente da Estação, o vapor Minho, tripulado por marinheiros e praças do exército. Às 12h40 partiu um comboio, dizia-se que seguiu para Beja. Foram*

---

*transferidas as Festas do Lavradio, por motivo da greve. Á noite corria o boato andavam a fazer rusgas a casas de ferroviários. Quando cheguei a casa estava a família toda em cuidado.»*

No dia 5 a paralisação prosseguia no Sul e Sueste e entrou em greve a CP. Sem nada para fazer, José juntou-se a outros rapazes e o bando de amigos resolveu sair para o campo, armar aos pássaros nos arrabaldes da vila. *«Declarou-se, pelas 5 h da madrugada a greve na C.P. Fomos armar aos pássaros, para o Pinhal da Brenha, apanhámos só 3.»*

No dia 7 de Outubro José escreve no seu diário que, o Barreiro continuava em estado de sítio: *«Chegaram mais forças de Infantaria e Cavalaria da GNR. A Associação dos Ferroviários encontrava-se cercada por forças da GNR e Infantaria e as ruas patrulhadas por cavalaria, etc.»*

Havia perseguições e prisões indiscriminadas, no intuito de obrigar os ferroviários a voltar ao trabalho. *«Ao desembarcar do vapor, na estação do Barreiro, foram presos o José Café e o Amadeu Marinho, julgando a GNR tratar-se de maquinistas. Pelas 19h35 estive mais o Daciano no Mexilhoeiro. Fomos para ao pé dos maquinistas, e fogueiros de terra e mar, e outros ferroviários, que se encontravam junto a uma barraca, a ver os vapores a fazer carreiras de Lisboa a Barreiro. Regressámos a Barreiro, era quase noite. Soube que tinham chegado mais 30 praças de cavalaria da GNR, de Setúbal.»*

A 9, diz ele: *«Continua-se a efectuar prisões de ferroviários e pondo-se outros em liberdade.»*

No dia 13 continua a greve nos CFSS. José aproveitava o tempo: *«Fui passear ao campo mais o Carlos Sândalo e o Borrvalho.»*

*Sáímos do Largo Casal até à Quinta Nova do Gandum. Encontrámos por acaso o Comité Local, por cima da Paiva. Era o António José Piloto e o maquinista Horta.»*



*Escola de Praticantes de Estação dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste, 1921.*

*Espólio JAM, Cx. 24, Arquivo Municipal do Barreiro*

Haviam passado 3 semanas, desde o início da greve. Registrava-se agora algum desânimo, entre os ferroviários. A presença dos militares, em constantes patrulhas pela vila era opressiva. No jornal local *Acção*, escrevia-se que «A tática adoptada pelo governo foi mobilizar diversas unidades do exército para com elas normalizar os serviços ferroviários, mas isso que ainda só veio agravar mais

*a vida interna do país, só tem protelado a questão, que particularmente também tem originado incalculáveis prejuízos».*<sup>9</sup>

Alguns ferroviários começavam a regressar ao trabalho. A tensão acumulava-se como um rastilho e os ânimos exaltados dos operários em greve, faziam explodir os conflitos. No dia 24 de Outubro, ao fim da tarde, registaram-se incidentes.

*«Às 18h55 foi corrido o Guerra, escriturário amarelo, vindo alguns sobre ele, pela Rua Eusébio Leão. Pelas 19h20 foi também o amarelo José d'Almeida, o 'Rato Cego'. Às 20h50, atiraram da janela do Alfredo Figueiras uma carta, com os dizeres 'Viva os Ferroviários' e foi corrido, por uma claque de ferroviários, o sobrinho do 'Rato Cego'. Por fim até perdeu a fala. Eu, e outros, mandámo-lo embora para casa.»*

No dia seguinte, José prossegue no seu relato: *«Continua a greve e todo o dia andaram pela vila bastantes camiões, em transporte de carga e passageiros, de várias partes do Alentejo. Correu o boato de, ficar hoje, a situação dos ferroviários do Estado resolvida. Pelas 23h houve descargas na estação, sobre umas embarcações.»*

No dia 26 de Outubro continuava a greve. Escreve ele que, tendo havido reunião com o Ministro do Comércio, nada ficou resolvido. Saíram nesse dia, do Barreiro para o Alentejo, 12 camiões carregados de sacaria de adubos da CUF.

No dia seguinte terminavam sem êxito as negociações entre o Governo e o Comité. A situação nas casas dos ferroviários

9 Acção, nº 2, 24 Outubro, 1920

agravava-se, alguns arranjavam meios para tentar garantir a subsistência da família. Escreve José António no seu diário: *«Pelas 20h45 passaram pelo Largo Casal 2 indivíduos, a vender sardinha fresca. Meteram-se pelo beco do Formiga, correndo o boato que eram ferroviários, disfarçados.»*

No dia 30 de Outubro houve mais prisões. Pelo Barreiro dizia-se que a Ponte de Faro tinha ido pelos ares e *O Século* noticiava que, os grevistas tinham tirado os carris perto de Ourique. Nesse dia, à tarde, houve reunião de ferroviários no campo. José não faltou:

*«Fomos a caminho do campo ao sítio combinado para a reunião. Às 15h15 fomos até ao Pinhal do Brenha, mas como não víssemos nenhum camarada fomos para a estrada. A primeira vedeta, no cruzamento, era Luiz Fonseca, a 2ª vedeta, na Quinta dos Arcos, o José Oliveira. Juntaram-se perto de 800 ferroviários. [...] Aberta a sessão, a maioria dos ferroviários, assentaram-se no chão. Presidente da reunião, o Piloto. O primeiro a falar foi o Custódio Boavida, sobre o estado actual da greve. Também falou o chefe dos maquinistas, Horta. Falou sobre o pessoal de tracção, principalmente os maquinistas, depois o José Leal, maquinista, sobre os últimos decretos do governo do Sr. António Granjo. [...] Até falou o Cebola, dizendo é agora o princípio da greve por violências. [...] Também falou o militar do Batalhão de Sapadores, Luís Monteiro, disse sobre o mesmo caso do Cebola isto aqui só por meio de violências, que andar a pedir aos ministros por esmola, de ministério para ministério, de dia para dia, não dá resultado. [...] E ele disse na greve de Novembro, há 2 anos, tinha queimado a caldeira da máquina 14, e era militar, dizendo o melhor era já formar uma comissão para*

*se tratar das violências e actos de sabotagem. [...] A seguir falou o chefe de estação, Fernandes Júnior, sobre a venda da linha. Depois falou o Chefe do Escoural, o Carvalho, sobre alguns assuntos da greve e sobre um assunto que se tinha passado com outro ferroviário, que vinham a pé em Poceirão e tiveram que negar que eram ferroviários. [...] Em seguida falou o revisor Ferreira, sobre muitos assuntos ferroviários, dizendo o melhor era as violências, já não há outro meio a fazer. Depois disse, há dias, por não ter que comer, cozi uns caranguejos. [...] No fim falou o Piloto, disse nem que viessem forças para nos prender, não retirava ninguém do lugar que estamos, sendo aprovado por todos. Dizendo também: camaradas não tomai o trabalho sem ver a vitória final, senão ficamos desgraçados. [...] Também falou sobre os 100 contos, que o governo vai fazer de despesa com os reis da Bélgica que brevemente chegarão a Lisboa e dos 300 contos para a ordem pública, que foram aprovados sem discussão e para nós trabalhadores que produzimos não há verba, e não se aprova. [...] Sobre os amarelos, o Batalhão de Sapadores e o roubo nas Oficinas de 400ks de metal branco e sobre os camaradas a pedir o dinheiro à classe, disse façam o menos possível, o dinheiro em caixa é pouco. [...] Empregar as violências, não ter dó dos passageiros, que eles não têm dó dos nossos filhos e dos ferroviários estarem a morrer de fome. [...] E que o Sr. António Granjo condenou o vagão fantasma, mas está pronto a mandá-lo fazer. [...] E condenou os ferroviários que frequentam tabernas e teatros, dando vivas aos ferroviários do SS, CP, MD e ao Comité, respondendo os camaradas com vivas ao Miguel Correia [...] O Piloto disse no final não haja receios alguns, é olhar para a frente, e não para trás. [...] Terminou*

*a reunião às 19h50. Destroçaram uns para um lado, outros para diversas partes. Vim só, em direcção à estrada, era escuro mas a noite estava linda. Ainda veio um cão atrás de mim, ouvi falas de pessoas conhecidas. Saltei o valado, caindo na estrada, aonde vinham muitos ferroviários.»*

Conta José que, nos dias seguintes, foram presos mais ferroviários e alguns, desesperados, estavam resolvidos a ir contratados para África, para os caminhos-de-ferro de Moçâmedes.

No dia 3 de Novembro a greve prosseguia e as perseguições aumentavam. A polícia, na tentativa de pôr os comboios em funcionamento, prendia indiscriminadamente qualquer ferroviário que encontrasse. Procurado pela Polícia, José António vê-se forçado a sair de casa e esconder-se num terreno que seu pai tinha, fora do Barreiro. Alguém lhe leva o almoço e os jornais e ele sente-se como se estivesse já na prisão. *«Foi preso o guarda-freio Cebola e pelas 10h25 fui avisado para fugir de casa, andando em minha procura a Polícia dos CFSS e o Sr. Alexandre, e alguns da Segurança do Estado, e o Secreta Alberto Silva. Fui para o terreno do meu pai. Foi o almoço e jornais, parecendo já um preso. Às 18h05 regresssei a casa, não fui à vila.»*

No dia 7 de Novembro começou o vagão fantasma. O Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro cercou o Lavradio *«sendo presos alguns ferroviários, entre eles o maquinista António Feio, Francisco A. Silva e Manuel Nunes. Estes seguiram no comboio 19, à frente do célebre vagão fantasma para Setúbal. No cabeçote da máquina soldados da GNR, tendo instruções de fuzilar os ferroviários que transitavam no dito vagão. [...] No dia seguinte foram para o vagão fantasma, o Luís Carvalho, fiel de estação, Francisco*



Reportagem do jornal O Século, 1917. Espólio JAM, Cx. 24 – Arquivo Municipal do Barreiro

*Candeias, chefe, e António Camacho, revisor de material. À noite recolheram ao Governo Civil.»*

O braço de ferro entre os ferroviários e a empresa continuava, mas a situação agravava-se de dia para dia para estes. Alguns estavam já a «trabalhar na agricultura no Lavradio, em Alhos Vedros, Moita, etc. e outros na Companhia União Fabril e na grande fábrica que se encontra em construção, na Verderena.»

A 9 escrevia José: «Fui à vila à noite, soube que tinha ordem de prisão, como o Carlos Garcias. Este passou dois dias no Teatro República. Por esse motivo, a polícia andava em rondas, à procura também do Artur e do Custódio. Foi preso o filho do Brito.»

No dia 11 de Novembro, o Tenente-coronel Raul Esteves intimou os ferroviários para se apresentarem ao serviço, até dia 25. As



prisões continuavam, quem fosse apanhado era levado e metido à força no vagão fantasma.

O desespero instalava-se, e, no dia 12, houve mais um suicídio: matou-se com um tiro o bilheteiro António Paiva.

No dia 13 a greve continuava e as caldeiras das Oficinas estavam a trabalhar, com militares do Batalhão de Sapadores. Diz José António: *«Às 17h50 tocou a buzina, pela primeira vez, após 44 dias em greve.»*

No outro dia, à noite, o Largo Casal estava apinhado de ferroviários, ansiosos por notícias, que não chegavam. Corria o boato que tinham roubado a buzina das Oficinas mas, no dia 16, a buzina tocou às *«7h20, às 7h25, às 7h37, às 9h30, às 10h, às 11h45 e 11h52»*.

Houve desordens, numa taberna do Largo Casal e entretanto chegaram ao Barreiro mais 40 praças do Batalhão de Sapadores. Havia várias locomotivas avariadas, pois os militares não sabiam trabalhar com elas.

No dia seguinte não tocou a buzina das Oficinas. Ao meio-dia chegou farinha ao Barreiro, há já 7 dias sem pão. Soube-se que ficou formado o novo governo e às 20h15, foi corrido do Largo Casal, o Manuel Sacristão, por ser amarelo.

Continuava a greve, mas havia carreiras de vapores para Lisboa, feitas por militares, e umas 10 locomotivas a trabalhar.

*«Pelas 20h10 atiraram foguetes. Diziam os boateiros, que era a greve resolvida, soube-se mais tarde que era o aniversário do 22 de Novembro. Por motivo do boato, da greve resolvida, havia já cervejas e no Largo Casal, não se podia passar, estavam perto de 300 ferroviários e de outras classes. Vinham saber notícias...»*

No dia 25 de Novembro, terminou o prazo para admissão dos requerimentos e até esse dia, tinham entrado apenas 5 nas Oficinas. Da parte da tarde, Raul Esteves e mais oficiais *«passearam pela vila. Patrulhas de Infantaria e Cavalaria não autorizavam grupos pelas ruas, nem nos estabelecimentos. O governo pediu a demissão»*.

Quinze dias antes do final da greve o estado de ânimo de José e, por ventura, o da maioria dos seus camaradas, parece denotar já um grande cansaço. O desalento que o assalta revela-se na frase *«Fez um dia tristíssimo, todo o dia.»*

Em 30 de Novembro regista no seu diário *«Continuação da greve. Três indivíduos desconhecidos deram uma tarefa no Inspector Carvalho. No dia 1, julgando haver reunião dos ferroviários, forças da GNR a pé, de cavalaria e engenharia e alguns camiões, foram para o Vale Romão. Ainda prenderam um fulano três vezes, apalmando quem passava e revistando carroças, burros, etc.»*

No dia 3 de Dezembro escreve: *«Às 19h10 encontravam-se no Largo Casal muitos ferroviários, à espera de fresquinhas. Neste momento chegou uma força da GNR, a cavalo, a maioria meteram-se pela Leitaria do Lá-vai. A Guarda, ao ver isto, fizeram cerco à dita Leitaria. Desapearam 4 praças e 1 Cabo, estiveram a apalpar todos, sendo perto de 60 ferroviários. Alguns tentaram sair pela porta de trás mas, deram com a Guarda. O Farto Velho, o tempo que teve, foi esconder o revólver na boca do fogareiro. Não prenderam pessoa alguma, sendo um grande alvoroço por toda a vila.»*

Ainda nesse dia soube-se *«que o Comité foi chamado pelo ministro e suprimido o 'vagão fantasma', sendo soltos todos os grevistas na linha do Douro e Minho.»*

No dia 4 continuava a greve e a situação entre os ferroviários era cada vez mais insuportável. *«A maioria dos ferroviários encontrava-se no Largo, ‘esmorecidos’. Em casa soube que foram demitidos o João de Beja e o Maneca. Fizeram requerimento e a resposta foi, que, estavam já preenchidos os lugares.»*

No dia 6 era esta a situação no Barreiro: *«estavam proibidos os ajuntamentos pelas ruas e estabelecimentos, era só aviar-se e sair logo. Os jornais traziam que a vila estava entregue ao poder militar. Foi substituído o Administrador do Concelho [pelo] Sr. Capitão Loureiro. Saí de casa, cheguei ao Largo Casal, fui depois até à praia, encontravam-se muitos ferroviários. Depois juntei-me de conversa com o Luís Penim, e outros, com respeito à nossa situação. Depois fomos pela praia, Jardim Público, Bairro Operário, etc. Pelas 17h50 chegou uma ordem que iam prender os ferroviários como vadios. Já foram presos 2, no Barreiro-A, como tal.»*

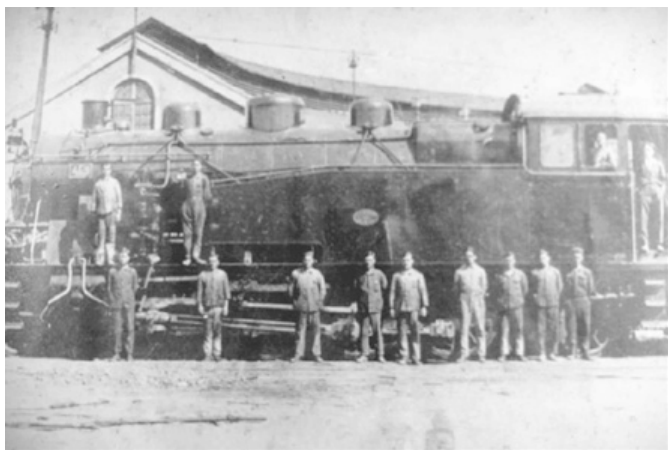
Na cadeia dos Paços do Concelho estava preso Júlio Veríssimo, Presidente da Câmara Municipal. Escreve José António: *«Fui ter com um oficial dizendo: parece mal estar esse homem nessa prisão, como Presidente do Senado da Câmara. Resposta do oficial: não conheço como tal, mas sim ferroviário, e se é por causa disso, ele segue já para entrar na cadeia. Seguiu depois para o vapor às 17h55. Correu o boato que vão tomar a Associação de Classe, para quartel da GNR. Regressei a casa.»*

No dia 7 de Dezembro escreve: *«andou toda a manhã o Capitão Loureiro como Administrador do Concelho e prendeu 7 ferroviários, depois mandou 3 embora. Continuavam as patrulhas pelas ruas da vila. Chegaram mais 150 praças da GNR, que*

*fizeram aquartelamento na Associação de Classe e nas Cocheiras do Daciano. Não era permitido andar nas ruas, e, alguns empregados da Fábrica Herold, pediram um salvo-conduto. À noite houve reunião de ferroviários e corticeiros.»*

No dia 8 ansiava-se pelo fim da greve.

*«Chegou a notícia que a Comissão de Melhoramentos esteve no Ministério, mas não ficou nada resolvido. Saíram manifestos aos ferroviários e ao público, com os dizeres: apresentação dos ferroviários em massa, amanhã.»*



*Rotunda das máquinas, Barreiro, início séc. XX. Foto Sindicato Ferroviários do Sul*

No Largo Casal, cheio de ferroviários, esperava-se pelo Comité.

No dia 9 de Dezembro, profundamente desalentado, José António escreveu: *«Terminou a greve dos ferroviários. Após 70 dias em greve perdemos, pelo motivo de fome, em diversos lares».*

Eis que chegava ao fim uma das mais longas paralisações registadas no Sul e Sueste, na qual a classe ferroviária sofreu uma derrota profunda. As reclamações não foram atendidas, muitos homens perderam o seu posto de trabalho e outros foram parar à prisão.

*«Estiveram muitíssimos ferroviários no Largo Casal. Veio ordem para irem todos para o Largo dos Aliados. Em frente da Igreja da Senhora do Rosário falou o Rosa de Tunes e pelas 11h30 seguimos em massa, pela Rua Miguel Pais. Eram perto de 2000 homens para se apresentar ao serviço. Ao chegarmos em frente da minha loja, um alferes e 2 praças da GNR a cavalo, não deixaram passar pessoa alguma. Formou-se uma comissão e foram à estação. Foi respondido à dita não pode ser ninguém admitido sem requerimento. Respondeu o pessoal, todos à uma, vamos embora. Regressamos ao Largo dos Aliados e só apareceram uns 300 ferroviários. A maioria foi fazer requerimentos e outros já os tinham feitos, nas algibeiras. Quando regressámos ao Largo, passou pela Rua Miguel Pais uma força de cavalaria da GNR, acelerada, para a estação. No Largo, estive numa das janelas da Igreja, falando, o Custódio Boa Vida, dizendo não se faz requerimentos, que foi uma comissão a Lisboa. Quando terminou, uma mulher que estava a ouvir fugiu, e a maioria dos ferroviários idem. / Mais tarde [...] encontrava-se grande bicha nos Paços do Concelho, ao papel selado. Ao fim da tarde, já estavam 3 terços do pessoal com requerimentos metidos. / Encontravam-se muitos ferroviários pela praia, à espera de notícias de Lisboa. Avistou-se ao longe o Catraio do Mariano, todos a andar, e ele foi para a doca da CUF. Vieram com a notícia, que a Comissão ficou em Lisboa. Retirámos para o Largo Casal, fazendo bastante*

---

*frio. No Largo estavam poucos ferroviários. Fui para a Sociedade de Instrução, mais o Custódio e o Aurélio.»*

*No dia 10 «Levantei-me às 7h30, estive com Rafael Soeiro e fomos até às Oficinas. Estavam perto de 60 ferroviários. Retirei e fui para a vila. Comprei, no José Café, por motivo de não haver papel selado, papel de 25 linhas. Estavam muitos ferroviários e mulheres, a comprar também. Entrou um ferroviário com “Batalhas”, debaixo do sobretudo, a vender. / Pelas 12h30 fiz entrega do meu requerimento na mesa. Regressei ao Largo Casal, uns faziam requerimentos, outros em procura de papel selado. No Largo estava grande número de ferroviários, ao sol. Chegou um camarada, dizendo que vinha no jornal o nome de 400 ferroviários despedidos do SS, Douro e Minho. / Soube que estavam a chamar alguns, que tinham metido os requerimentos de manhã. O Eugénio Silva veio despedido. Estavam muitos ferroviários a trabalhar nas Oficinas. / Mais tarde, uma grande claque, fomos até às Oficinas, estava grande porção de ferroviários, à espera que chamassem pelos nomes. Entrei pelo escritório, trazes fato de ganga, não, mandou-me a casa buscar.»*

Depois de vestir-se no escritório foi ter com o encarregado que lhe perguntou:

*«Tens ferramenta, não, mandou-me à Gare. Neste momento chegou um comboio feito por militares. Pelas 17h12 o João da Luz mandou-me embora, fui para a vila. Falei com a Maria Gertrudes e regressei à Sociedade Instrução. Estive a jogar à bisca, mais o Júlio Martins... / O primeiro comboio, feito pelo pessoal foi para Setúbal, máquina nº 28, maquinista António de Oliveira, fogueiro o Balbino.»*

E o relato de José António continua...

## ***O “Caso José Diogo” no Contexto das Movimentações Sociais nos Campos do Sul, em 1974***

### ***1. As primeiras convenções de trabalho rural no distrito de Beja***

Após um interregno de mais de uma década em termos de lutas reivindicativas e sem possuírem qualquer estrutura organizativa à data do 25 de Abril, os assalariados rurais do Baixo Alentejo, impulsionados pela Comissão Pró Sindical da freguesia de Pias, concelho de Serpa, realizam, em Beja, a 2 de Junho de 1974, a sua primeira reunião à escala distrital<sup>1</sup>. Sete dias depois, a 9 de Junho, também em Beja, reúne-se a Comissão Distrital Pró Sindicato onde é constituído um Secretariado, cujos elementos mais activos são Manuel Godinho Tagarroso, Francisco de Ascensão Baptista, ambos de Pias, e José Baptista Mestre Soeiro, da Cabeça Gorda, todos do PCP, e é aprovado o caderno reivindicativo da classe<sup>2</sup>, na base do qual se iniciam as negociações com a ALA (Associação Livre de Agricultores), organização dos grandes proprietários agrícolas onde domina o

1 Constantino Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974–1975*, Coimbra, Almedina, 2008, p.55.

2 *Idem*, *Ibidem*, p. 56.

sector do capitalismo agrário dos *campos do Sul*, a qual, em Beja, a 21 de Maio de 1974, elege a sua “Comissão Provisória Distrital”, constituída por Raul Miguel Rosado Fernandes, José Rodrigues Palma Júnior e Henrique de Mira Coroa<sup>3</sup>.

Por decisão da Comissão Distrital Pró Sindicato, as negociações pela assinatura do contrato colectivo de trabalho iniciam-se a nível concelhio, uma vez que, segundo os próprios, as debilidades organizativas do sindicato não permitem que tal aconteça à escala distrital.

No concelho de Beja, por onde o processo negocial começa, os empresários agrícolas recusam em bloco as propostas dos trabalhadores. Só uma greve rural, que se estende por doze freguesias do concelho e que decorre de 13 a 19 de Junho, em pleno período de ceifas, é que obriga os grandes proprietários a aceitar uma convenção de trabalho agrícola, assinada a 19 de Junho de 1974<sup>4</sup>.

Este acordo, para vigorar durante noventa dias, e que é o primeiro contrato de trabalho referente ao mundo rural assinado em todo o Alentejo a seguir ao 25 de Abril, prevê pelas 8 horas de trabalho o salário de 190\$00 para os tractoristas, 160\$00 para os outros trabalhadores, 120\$00 para as mulheres e a semana de 44 horas, sendo o trabalho realizado nos domingos e dias feriados pago a dobrar e as horas extraordinárias, nomeadamente as 4 horas de sábado, remuneradas com um acréscimo de 50%. Garantia-se ainda trabalho para todos os homens e mulheres cabeça de casal e para as

3 Idem, *Ibidem*, p. 52.

4 Idem, *Ibidem*, p. 66.



restantes mulheres trabalho correspondente a metade do período de tempo de vigência do acordo<sup>5</sup>.

Para se ter uma ideia do alcance desta vitória dos assalariados rurais é importante ter em consideração que, em 1973, no distrito de Beja, o salário diário médio de um trabalhador geral não ultrapassa para os homens os 80\$00 e para as mulheres os 45\$00<sup>6</sup>.

A este contrato sucedem-se reuniões nos outros concelhos do distrito entre os trabalhadores e os grandes proprietários agrícolas organizados na ALA, com vista às assinaturas das respectivas convenções, sendo a proposta dos assalariados rurais o acordo de Beja, entretanto em vigor.

Em 23 de Julho de 1974, par além de Beja e Serpa, concelho este onde os trabalhadores também recorrem à greve, o que ocorre de 30 de Junho a 5 de Julho, estão assinadas convenções de trabalho rural nos concelhos de Vidigueira, Aljustrel, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura e Alvito. A convenção de Mértola é assinada a 31 de Julho e a de Castro Verde na segunda quinzena do mês de Agosto. As tabelas salariais e demais direitos associados são confirmados, posteriormente, por portaria do ministério do Trabalho<sup>7</sup>.

Todas estas convenções reproduzem a de Beja, embora com a introdução em alguns concelhos de cláusulas suplementares. Por exemplo, em Castro Verde é estabelecido um salário diário de

5 Idem, *Ibidem*, p. 67.

6 Cf. *Estatísticas Agrícolas, distrito de Beja, 1976*.

7 Idem, *Ibidem*, p. 68.

130\$00 para os trabalhadores com mais de 65 anos e menos de 70 e acorda-se que a distribuição dos trabalhadores, o que materializa a garantia de emprego aceite pela entidade patronal, só seja feita pelos empresários agrícolas cujas explorações possuam uma área igual ou superior a 150 hectares<sup>8</sup>.

## ***2. Os primeiros passos da organização partidária em Beja***

Como pano de fundo a estas primeiras lutas dos assalariados rurais do distrito temos as movimentações dos partidos políticos com o intuito de se organizarem na região.

Para além das principais organizações políticas, PPD (Partido Popular Democrático), PS (Partido Socialista), MDP/CDE (Movimento Democrático Português / Coligação Democrática Eleitoral) e PCP (Partido Comunista Português), que vê a sua primeira sede aberta no dia 26 de Abril, em Pias, concelho de Serpa<sup>9</sup>, também a extrema-esquerda se tenta implantar no distrito. Em Baleizão, concelho de Beja, surge um auto denominado “Comité Alentejo Vermelho”, mantendo ligações informais ao CARP (M-L) – Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista) e, em Beja, pontificam dois grupos. Uma estrutura do CARP (M-L) e uma “Comissão de Unidade

8 Idem, *Ibidem*, p. 69.

9 “Os centros de trabalho da Direcção Regional do Alentejo e Algarve”, *O Militante*, 4 de Outubro de 1975.

Popular”, organização legal do PCP (M-L) – Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista), facção Mendes<sup>10</sup>.

Na explicação desta realidade não será estranho o facto de três dirigentes do PCP (M-L), fundado em Paris em 1970, serem Ângelo Barreto (Ortigão), Eduino Gomes (Vilar) e Carlos Janeiro (Mendes), naturais, respectivamente, da Amareleja, Ervidel e Pias, localidades do Baixo Alentejo, e de terem feito os estudos secundários no Liceu de Beja, o que possibilitou a permanência de uma rede de contactos com a região<sup>11</sup>.

### **3. *Columbano Líbano Monteiro***

No concelho de Castro Verde, à semelhança dos outros concelhos do distrito, depois de assinada a primeira convenção de trabalho rural, os trabalhadores temporários são distribuídos pelos agricultores, em reuniões por freguesia convocadas pelo sindicato para esse efeito, onde não comparecem muitos dos empresários agrícolas, que se colocam à margem deste processo, invocando a ilegalidade quer da distribuição dos trabalhadores, quer das próprias convenções de trabalho.

De entre estes proprietários agrícolas que se colocam à margem do processo encontra-se Columbano Líbano Monteiro, veterinário e ex-presidente da Câmara Municipal de Castro Verde durante

<sup>10</sup> Dados colhidos pelo autor a partir de duas entrevistas realizadas pelo próprio, em Maio de 2011, a Alberto Matos, militante do PCP (M-L), facção Mendes, em 1974, e a Raul Janeiro, irmão de Carlos Janeiro (Mendes), nesta data já desligado do PCP (M-L), mas com ligações informais a militantes da extrema-esquerda de Baleizão.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*.

---

catorze anos, distribuídos pelas décadas de 1940 e 1950, e figura temida pela comunidade castrense, sobretudo pelo zelo com que exerce, na qualidade de presidente do Município, as funções de informador institucional da PIDE.

Columbano é, de facto, um devotado e convicto homem do Estado Novo.

Em 1948, aquando da preparação dos cadernos eleitorais para as eleições do ano seguinte, para a Presidência da República e Assembleia Nacional, Columbano entra em litígio com o presidente da Comissão Recenseadora local. Ao contrário deste, que confiante num resultado eleitoral favorável, pretende apenas cuidar dele “na altura própria”, Columbano defende que constem apenas nos cadernos eleitorais “os chefes democratas e um ou outro menos comunista, cortando-se todos os outros”, conforme faz notar em ofício datado de 17 de Março de 1948, endereçado ao Governador Civil de Beja<sup>12</sup>.

A julgar pelo conteúdo de um mapa, datado de 1949, existente no Arquivo Municipal de Castro Verde, intitulado “Mapa Estatístico do Recenseamento Eleitoral do Concelho de Castro Verde, Ano de 1949”, Columbano teria imposto a sua vontade ao Presidente da Comissão Recenseadora, uma vez que, nesse mapa, à frente do número de eleitores de cada uma das cinco freguesias do concelho (Casével, Castro Verde, Entradas, S. Bárbara de Padrões e S. Marcos da Ataboeira) vem quantificado, em percentagem, as opções políticas

<sup>12</sup> Cf. Ofício confidencial n.º 6, da Câmara Municipal de Castro Verde, de 17 de Março de 1948, – Arquivo Municipal de Castro Verde.

dos inscritos – 87% nacionalistas; 10% indiferentes; 3% oposicionistas<sup>13</sup>. Os resultados eleitorais não se tratavam na altura própria, mas sim na constituição dos cadernos eleitorais.

Em Fevereiro de 1949, Columbano empenha-se pessoalmente na eleição de Carmona, redigindo e fazendo distribuir um panfleto intitulado “Ao povo deste Concelho”<sup>14</sup>, onde, após contrapor o que considera ser a desordem da Primeira República à ordem do seu tempo, personificada no candidato General Carmona, termina sublinhando o carácter livre das eleições que se estavam a disputar. Afirmção que não deixa de ser peculiar, sobretudo quando confrontada com o defendido pelo próprio em matéria de organização dos cadernos eleitorais para estas mesmas eleições.

De 1941 a 1965, a Câmara Municipal de Castro Verde recebe 588 pedidos de informação sobre o “comportamento moral e político” de cidadãos naturais ou residentes no concelho”, dos quais 457 são provenientes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado). Destes 588 pedidos de informação, 314 reportam-se aos anos 40 e 50, período em que Columbano Líbano Monteiro exerce o cargo de presidente da Câmara<sup>15</sup>. Nas respostas, Columbano destaca-se pelo zelo que coloca nas informações que presta. À falta de dados objectivos,

13 Constantino Piçarra, *Afinal, o fascismo sempre existiu – 3* – in “O Campaniço”, Castro Verde, Maio/Agosto, 1994, p.14.

14 Cf. Comunicado: “Ao povo deste concelho”, de Fevereiro de 1949 – Arquivo Municipal de Castro Verde.

15 Constantino Piçarra, *Afinal, o fascismo sempre existiu – 1* – in, “O Campaniço”, Castro Verde, Janeiro/Fevereiro, 1994, p.15.

socorre-se da sua consciência, do seu pensamento ou das inclinações políticas dos familiares da pessoa sobre quem é solicitada a informação. Eis três exemplos bem elucidativos do que se afirma: Em ofício datado de 17 de Março de 1956 refere sobre um cidadão em relação ao qual a PIDE pede informações: “Politicamente , se bem que não seja ou eu não saiba que tem qualquer actividade, diz-me a consciência que deve ser mais de lá que de cá”<sup>16</sup>. Mais tarde, em Junho de 1958, informa a polícia sobre outro cidadão: “Como eu não sabia e ainda hoje não saiba, em boa verdade, quais sejam as tendências políticas dele, menciono apenas que o irmão dele é da vanguarda comunista”<sup>17</sup> e, em Fevereiro de 1956, responde à PIDE nos seguintes termos, “nada me sabem dizer dele a não ser que nada há a apontar ao seu porte, quer moral quer político. Penso, contudo, que, politicamente, deva se russo, como outros que lá há encobertos”<sup>18</sup>.

#### **4 – O “caso José Diogo”**

Eis um esboço do perfil político de quem emprega, como tractorista, no início de Julho de 1974, José Diogo, um antigo emigrante na Suíça durante sete anos, residente em Casével, freguesia do concelho de Castro Verde.

16 Cf. Ofício confidencial n.º 9/56 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 17 de Março de 1956 – Arquivo Municipal de Castro Verde.

17 Cf. Ofício confidencial n.º 14 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 19 de Junho de 1958 – Arquivo Municipal de Castro Verde.

18 Cf. Ofício confidencial n.º 7/56 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 21 de Fevereiro de 1956 – Arquivo Municipal de Castro Verde.

Quando a convenção de trabalho para este concelho é assinada na segunda quinzena de Agosto de 1974, Columbano passa a pagar aos tractoristas 180\$00 pela jorna diária, menos 10\$00 que o convenicionado, e não cumpre o resto das cláusulas do acordo de trabalho. Assim, no início de Setembro, após pressão dos seus trabalhadores, liderados por José Diogo, Columbano acede, por fim, a respeitar o horário de trabalho de oito horas e o pagamento de horas extraordinárias. Pouco tempo depois, no contexto de um desentendimento relativo a um transporte de palha, José Diogo é despedido<sup>19</sup>.

Após uma semana de desemprego, dia 30 de Setembro de 1974, José Diogo desloca-se a casa de Columbano para lhe pedir trabalho. O encontro com o antigo patrão não corre da melhor maneira e da discussão resulta o esfaqueamento de Columbano que, dias mais tarde, vem a falecer. José Diogo, acusado de homicídio, dá entrada na prisão de Beja, aguardando aí julgamento<sup>20</sup>.

Numa conjuntura em que os assalariados rurais lutam pela assinatura de um contrato colectivo de trabalho à escala distrital, com manifestações de rua importantes, como a que ocorre a 25 de Outubro de 1974, em Beja, José Diogo, simpatizante do PCP, como a maioria dos trabalhadores agrícolas neste período, trata de procurar apoio, para si e para a sua família, junto das formações políticas situadas à esquerda.

19 Cf. Carta de José Diogo, publicada no jornal "A Verdade", n.º 9, de Novembro de 1974.

20 Idem, *Ibidem*.

Com o silêncio do PCP e do “Avante”, bem como do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, o auto denominado “Comité Alentejo Vermelho” assume a defesa política de José Diogo, envolvendo nisso os jornais a “Voz do Povo” e “A Verdade”.

Em 5 de Novembro de 1974, a “Voz do Povo” toma posição sobre o caso, por solicitação do “Comité Alentejo Vermelho”, referindo que se solidariza com a exigência de libertação imediata de José Diogo, embora sublinhe não se estar em presença de um acto de justiça popular.

O jornal “A Verdade”, da segunda quinzena de Novembro do mesmo ano, publica na íntegra uma carta de José Diogo onde este relata os acontecimentos de 30 de Setembro, que tem a particularidade de terminar com um “Viva o PCP”, apela à sua libertação e garante-lhe publicamente o apoio da “Comissão de Unidade Popular” de Beja.

Portanto, a partir de finais de 1974, José Diogo passa a ser apoiado e, simultaneamente, bandeira política da UDP – União Democrática Popular –, do PUP – Partido de Unidade Popular – e da FEC (M-L) – Frente Eleitoral dos Comunistas (Marxista – Leninista), tudo frentes eleitorais de diversas organizações comunistas marxistas leninistas que, em finais de 1975, constituem o PCP R – Partido Comunista Português Reconstruído. Para além destas organizações, José Diogo é, ainda, apoiado financeiramente, juridicamente e politicamente pela AEPPA – Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas –, onde se destaca como seu advogado Amadeu Lopes Sabino, e pelo GAC – Grupo de Acção Cultural “Vozes na Luta” – que faz mesmo uma canção dedicada ao tractorista de Castro Verde.



A marcação do julgamento de José Diogo para o Tribunal de Ourique, dia 12 de Maio de 1975, despoleta a primeira grande campanha de mobilização do povo do distrito de Beja, liderada pela UDP, no sentido da exigência da libertação deste operário agrícola e da denúncia da paralisia do Estado face à necessidade do desmantelamento total do aparelho repressivo e corporativo do Estado Novo<sup>21</sup>.

Antecedida de duas sessões de “cantos populares”, realizadas em Beja e Moura, no dia 1 de Maio, efectua-se, em Castro Verde, a 11 deste mês, organizada pela AEPPA e pela UDP, uma grande manifestação de apoio a José Diogo, com cerca de mil pessoas, segundo relato da “Voz do Povo”, que conta com a presença do GAC e que culmina numa manifestação que percorre, ao fim da tarde, as principais ruas da Vila. Perante esta mobilização popular, o julgamento é adiado, com a justificação do “clima emocional” criado e marcado para 8 de Julho, em Lisboa, na Boa Hora<sup>22</sup>.

A aproximação da data deste segundo julgamento gera nova onde de mobilização, desta vez assente numa articulação mais estreita entre a UDP e o PUP, aproximação facilitada pela decisão tomada em Abril de 1975, de dissolução do PCP (M-L), facção Mendes e da recuperação para a organização do antigo nome de CMLP (Comité Marxista-Leninista Português)<sup>23</sup>.

21 Cf. “Voz do Povo”, n.º 40, de 6 de Maio de 1975 e n.º 42.

22 Cf. “Voz do Povo”, n.º 42, de 20 de Maio de 1975 e n.º 41, de 13 de Maio de 1975.

23 A dissolução do PCP (M-L), facção Mendes, ocorreu em Congresso, transformado por decisão aí tomada na 3.ª Conferência do CMLP (Comité Marxista Leninista Português), nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 1975.

---

A mobilização realizada tem, novamente, como resultado o cancelamento do julgamento e o seu adiamento para 25 de Julho de 1975, desta vez para a cidade de Tomar, zona do país onde, segundo comunicado emitido pela organização regional do Alentejo do CMLP, “o caso não é tão conhecido e onde as forças reaccionárias manobram mais á vontade”<sup>24</sup>.

Chegado o dia da terceira marcação do julgamento, em Tomar, com uma forte presença popular vinda de Lisboa, encabeçada pelas comissões de trabalhadores onde a UDP tem peso político, caso da Setnave, realiza-se no Claustro do Tribunal o julgamento popular de José Diogo, que resulta na sua absolvição e na condenação de Columbano como inimigo do povo português. Enquanto este julgamento se desenvolve, o juiz do tribunal oficial aceita libertar José Diogo mediante uma fiança de 70 mil escudos que, recolhida e entregue no mesmo dia, permite libertar o tractorista de Castro Verde ainda a tempo de vir a discursar no comício da UDP que nesse dia se realiza em Lisboa<sup>25</sup>.

24 Cf. Comunicado, sem data, emitido pela Organização Regional do Alentejo do CMLP – Arquivo da UDP do distrito de Beja.

25 Dados colhidos pelo autor a partir de entrevista realizada pelo próprio a José Diogo, em Maio de 2011.

## **Conclusão**

Deste caso, que também origina um filme documentário, de 1975, intitulado “Liberdade para José Diogo”, da autoria de Luís Galvão Teles, uma ideia final em termos de conclusão:

Tendo José Diogo esfaqueado Columbano, num acto individual, é certo, mas num contexto de luta dos assalariados rurais dos campos do Sul por melhores salários e garantia de emprego, e toda a batalha desenvolvida pela sua libertação ter decorrido num quadro de radicalização da luta dos assalariados rurais, facto que conduz às ocupações de terras no início do Verão de 1975, todo o movimento protagonizado pela UDP, PUP e FEC (M-L), passa ao lado do ponto nevrálgico da luta de classes no Alentejo, que se situa ao nível da posse da terra, para se centrar no desmantelamento do aparelho fascista e na denúncia e ataque ao direito burguês que, no caso vertente, segundo comunicado da AEPPA, de Abril de 1975, classificava como crime um acto que mais não era do que um episódio da luta de classes, ou seja do confronto mortal entre o proletariado e a burguesia<sup>26</sup>.

José Diogo é, pois, apresentado como um elemento de aglutinação e unidade dos comunistas marxistas-leninistas na reconstrução do partido, como uma vítima do direito burguês e uma bandeira de luta pela destruição do aparelho de Estado fascista, mas

<sup>26</sup> Cf. Comunicado da AEPPA, intitulado “Liberdade para José Diogo”, de Abril de 1975 – Arquivo da UDP do distrito de Beja.

---

nunca simbolizará uma proposta de reforma agrária semelhante ou divergente daquela que está a ser construída nos *campos do Sul*, no ano de 1975, com a qual estas organizações pretendessem afirmar-se junto dos assalariados rurais. Aspecto, a meu ver, revelador da pouca reflexão existente no seio dos grupos marxistas – leninistas sobre a questão agrária e da sua fraca implantação junto dos trabalhadores dos *campos do Sul*, a quem continuam a chamar camponeses, de que é exemplo o facto da primeira reunião importante da UDP sobre as ocupações de terras e a realização da reforma agrária só se ter realizado em 15 Junho de 1975, em Évora, a qual contou com a presença de cerca de meia centena de trabalhadores agrícolas<sup>27</sup>.

27 Cf. “Voz do Povo”, n.º 47, de 24 de Junho de 1975.

## ***1982: da Greve Geral à Madrugada Sangrenta***

Durante uma visita às festas de Campo Maior, o actual primeiro-ministro Pedro Passos Coelho declarou ser necessário não confundir o exercício do direito à manifestação e à greve com a postura daqueles *que pensam que podem incendiar as ruas e ajudar a queimar Portugal* (Público 2011). Num contexto em que se torna evidente a distinção entre «bons» e «maus» manifestantes, «pacíficos» e «violentos», «cidadãos» e «radicais» importa recordar eventos passados em que os primeiros se viam reduzidos à condição dos segundos.

Há trinta anos atrás, no ano de 1982, o país encontrava-se sob governo da Aliança Democrática (AD), formação política composta por PPD/PSD, CDS e monárquicos. O seu programa era a austeridade, embora a ordem discursiva de então fizesse expressar de outro modo a flexibilização da lei dos despedimentos (numa conjuntura de expansão de contratos-a-prazo), a imposição de tectos salariais, os aumentos de taxas e cortes ao nível da saúde e da habitação e, finalmente, a proposta de revisão constitucional a apontar para o fim das nacionalizações e da reforma agrária.

A radicalidade de tais medidas, consubstanciadas pela situação de crise vivida (com cerca de 400 000 trabalhadores desempregados), tem como resposta a convocação daquela que seria a primeira greve geral do então ainda jovem regime democrático. Sem

a participação da União Geral de Trabalhadores (UGT), o governo AD inicia de imediato uma campanha de difamação da CGTP-IN, insinuando uma aproximação da central sindical ao fenómeno da luta armada, ainda activo. Cerca de uma semana antes da greve, marcada para o dia 12 de Fevereiro de 1982, um engenho explosivo destrói parte da casa de Torres Couto, à altura líder da UGT. Na sequência deste acontecimento, em entrevista ao telejornal da RTP, o dirigente sindical insinua a existência de uma relação entre o atentado e a acção da Intersindical: *esta sabe que sem a nossa adesão a greve não terá o êxito que eles gostariam que tivesse e, por conseguinte, tem que recorrer a algumas forças anti-democráticas, a métodos desta natureza*<sup>1</sup>.

Entre acusações de que a iniciativa visava a destabilização do regime e promessas de protecção aos que optassem por não exercer o direito à greve, o governo envia um ofício à CGTP-IN onde afirma ter chegado ao seu conhecimento informações relativas a pressões *junto das populações, convidando-as a aderir à greve de dia 12 de Fevereiro, sob pena de retaliações graves*. No mesmo comunicado, as autoridades prometem *responsabilizar até às últimas consequências os elementos provocatórios passíveis de comportamento ilícito, bem como reforçar os serviços de segurança e de protecção às populações, garantindo genericamente o direito à segurança de todos, incluindo*

1 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».

*os que quiserem trabalhar*<sup>2</sup>. Paralelamente, o Ministério da Administração Interna (MAI) faz seguir para as forças policiais *vários textos que caracterizavam a acção dos sindicatos como perigosa manobra golpista contra... a democracia (O Diário 24 de Fevereiro de 1982).*

No dia da greve, as notícias não enfatizarão os cerca de 1.500.000 trabalhadores em greve (números da CGTP). Tampouco as inúmeras tentativas de intimidação a grevistas – do impedimento da organização de plenários e piquetes nos locais de trabalho às ameaças de não renovação de contratos-a-prazo, passando por processos disciplinares, suspensões, ou faltas injustificadas – foram alvo de destaque. A atenção acabará por se centrar em alguns actos de sabotagem, como o apedrejamento de autocarros em serviço ou o tão famigerado recurso à colocação de pregos na estrada. Num telex de 3,70 metros enviados pelo MAI aos meios de comunicação social, chega-se mesmo a mencionar *um pinheiro de pequeno porte (O Dia 19 de Fevereiro de 1982)*, utilizado no bloqueio de uma via.

A tese da insurreição, alimentada pelo então ministro da AI Ângelo Correia, acabará por apostar nos resultados da detenção de três pessoas, ao final do dia, ao redor de um automóvel estacionado na zona do Parque Eduardo VII. A apreensão de armas, de material de emissão radiofónica e de gravações onde se afirmava o apoio à greve, e a conseqüente suspeita de envolvimento das FP-25, levaram

2 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.

Ângelo Correia a juntar os pontos soltos. Por mais distanciados que estivessem um dos outros, todos eles foram juntos num puzzle, o qual, nas suas próprias palavras, assinalava *um plano subversivo e destabilizador tendente a alterar a ordem democrática* (*O Jornal* 19 de Fevereiro de 1982).

O discurso criado acabou por ter repercussões na actuação das próprias forças de segurança, constatando-se, ao longo do dia, várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores. Na Praça do Rossio, em Lisboa, a actuação da Polícia de Intervenção (PI) provoca vários feridos, inclusivamente entre jornalistas presentes no local, aos quais não valeu, segundo as declarações do profissional Joaquim Bizzaro ao jornal *O Dia*, ostentar o cartão de imprensa e gritar «somos jornalistas» (*O Dia* 13 de Fevereiro de 1982).

Mais tarde, já à noite, uma caravana de automóveis em festejo do sucesso da greve é sujeita a uma *operação stop*. Argumentando a procura por armas, os vários carros em desfile foram barrados e revistados, tendo alguns dos seus proprietários sido detidos e agredidos. De acordo com o relato do jornal *O Diário*, *Numa das viaturas descobriram uma faca ferrugenta, inutilizada, jazendo numa caixa de ferramentas. A condutora do veículo não foi dispensada de passar pela esquadra do D. Maria, «para identificação». Antes disso, os revistadores tinham informado os revistados de «hoje vamos acabar com a vossa seita toda»* (*O Diário* 14 de Fevereiro de 1982).

O cariz da operação policial que, conforme admitiu Ângelo Correia, contou com a coordenação de elementos da GEO (a polícia espanhola anti-terrorista), levou a que, face à falta de provas credíveis, o ministro recuasse nas suas posições. Perante questões



impertinentes de jornalistas, no âmbito do programa da RTP-2 «Clube de Imprensa», o ministro evitará explicações mais detalhadas sobre os acontecimentos, remetendo-as para a categoria de «segredos de Governo» (*O Jornal idem*).

Por sua vez, o juiz do 1.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa não deu sequer como indiciadas as acusações de crimes de rebelião e contra a segurança de Estado contra os três detidos do Parque Eduardo VII, limitando-se a acusação ao crime de posse ilegal de armas de guerra (*Diário Popular* 10 de Fevereiro de 1982).

As insinuações e acusações haviam, no entanto, sido criadas e difundidas, ajudando a preparar o terreno para os desafios do amanhã.

### ***A madrugada sangrenta***

No Porto, os festejos do 1.º de Maio organizados pela CGTP-IN decorriam, habitualmente, na Praça da República. Naquele ano, porém, a resposta à requisição do espaço público por parte do governo civil, então dirigido por Rocha Pinto (militar na reserva próximo do CDS), havia tardado. Oito meses depois do primeiro contacto, realizado a 4 de Maio, a União de Sindicatos do Porto (USP) renova o seu comunicado, obtendo, poucos dias depois, a informação de que as respectivas áreas já haviam sido requisitadas pela UGT a 27 de Abril de 1981, ou seja, ainda antes do 1.º de Maio de 1981. Semanas depois, a USP declarava não aceitar a decisão das autoridades, uma vez que, conforme estipulado por lei, qualquer indeferimento necessitaria de ser realizado no prazo de 24 horas seguidas à comunicação inicial, convocando a sua concentração para a Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça Geral da Liberdade.

O relatório produzido pela Procuradoria-geral da República (PGR) em torno dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto refere que, embora não se possa contestar o direito da UGT a usufruir daqueles espaços, *a falta de resposta atempada aos avisos feitos pelas organizações sindicais em nada contribuíram para clarificar a situação e esclarecer, com a devida antecedência, os direitos de cada uma dessas organizações* (USP 1983, 91). Fonte próxima do governo chega mesmo a afirmar ao *Expresso* que, não obstante o âmbito legal da decisão de Rocha Pinto, a mesma *foi incorrecta sob o ponto de vista político e até humano* (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12).

O cenário de duas centrais sindicais rivais a partilhar o mesmo espaço é adensado pela chegada de informação à PSP do Porto a denunciar, por um lado, o reforço dos efectivos sindicais para aquele dia, oriundos de Lisboa e, por outro, o armazenamento de matracas, tubos e correntes de ferro por parte de elementos próximos da USP. Estas informações, segundo as declarações do Major Ramos de Campos, chefe da Secção Técnica – Informações e Operações – do comando distrital da PSP do Porto, foram fornecidas por *fonte estatal de alta fidelidade* (USP 1983, 135). A gravidade da situação exigia a presença da PI, chefiada pelo 1.º comissário Magalhães Teixeira e pelo 2.º comissário Magalhães Lima, um dos responsáveis pelos acontecimentos vividos meses antes no Estádio da Luz, em Maio de 1981, aquando da vitória do Benfica no campeonato nacional.

Na noite de dia 30, véspera do dia do trabalhador, os primeiros registos de confrontos ocorrem entre as 21h30 e as 21h45, resultando de pequenas “escaramuças” junto ao palco da UGT (Praça Humberto Delgado) entre simpatizantes da Intersindical e as forças de

segurança da UGT. Dá-se então uma primeira carga policial que culmina no estabelecimento de um cordão de segurança entre os apoiantes das centrais sindicais. O relatório da PGR menciona o lançamento de pedras contra esta linha, contrariado por ocasionais cargas contra os seus autores. Destas resultaram alguns feridos, em particular o subchefe José Gonçalves, *privado de oito dentes (idem, 94)*. No entanto, a grande parte das pessoas encontrava-se dispersa *pela Avenida dos Aliados, Praça da Liberdade e pelas ruas que dão acesso àqueles lugares, sem que manifestassem qualquer hostilidade às forças policiais ou ao espectáculo promovido pela UGT (idem, 93)*. Apenas a partir das 23h30, quando já havia terminado o espectáculo de variedades organizado pela UGT, é que ocorre a última carga policial, responsável por vários feridos e pela morte de duas pessoas.

A investigação do que terá ocorrido na madrugada do dia 1.º de Maio de 1982 começa por deparar-se pela não correspondência dos depoimentos de Ramos Rocha, autoridade máxima do comando da PSP do Porto, e de Magalhães Teixeira, comandante da PI, quer no que concerne a forma de execução da operação, quer no que respeita aos seus fins. Enquanto o primeiro afirma que o plano tinha *um objectivo imediato de dissuasão e de contenção das intenções, o segundo defende que o objectivo era «limpar» todo o local dos manifestantes que procuravam contrariar a realização do espectáculo da UGT (idem, 99)*.

Findas as actividades promovidas pela UGT, a CGTP tenta improvisar um palco numa carrinha que começa a subir a Avenida. Fonte anónima, nunca identificada, informa um agente da PSP de pedras e cocktails molotov escondidos nesse mesmo veículo,

anteriormente transportados por sujeitos afectos à Intersindical. Ao mesmo tempo, a deslocação de carrinhas da PI para a rua Sampaio Bruno (não para a Rua Magalhães Lemos, como havia sido delineada pelo plano operacional da PSP) é confrontada com apedrejamentos. Sem dar conhecimento a Ramos Rocha, Magalhães Teixeira emite ordens para que os respectivos comandantes da PI actuem, passando o plano a ocorrer sob sua orientação. As cargas efectuadas na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade visam manifestantes, jornalistas e demais pessoas que se encontrassem na rua. O relatório é peremptório ao afirmar que *os elementos do Corpo de Intervenção agrediram indiscriminadamente todas as pessoas que se encontravam à sua frente, à bastonada e ao pontapé, e às vezes com obscenidades, independentemente do sexo e idade; quer arremessassem pedras ou nada fizessem; quer fossem em fuga ou simplesmente estivessem paradas, mormente abrigadas em paragens de autocarros ou nas soleiras dos prédios. Todos eram agredidos, muitas vezes de forma selvática e por mais de um elemento policial contra a mesma pessoa, mesmo que esta se encontrasse prostrada no chão e indefesa* (idem,104). A busca chega a estender-se ao banco do Hospital de Santo António, aonde carregam sobre familiares e amigos das vítimas que então chegavam às urgências.

Outros batalhões da PI dirigem-se para sul (Praça Almeida Garret e Estação de S.Bento), onde se deparam com alguma resistência, manifesta no lançamento de pedras, garrafas e paus. Foi neste contexto que as forças policiais recorreram ao uso de armas de fogo (inclusivamente de metralhadoras G3), tendo sido nesta zona (próxima da Praça Garret) que Pedro Vieira, de 24 anos, e Mário

Gonçalves, de 17 anos, foram mortos. Pedro Vieira, atingido pelas costas, fruto de ricochete, e Mário Gonçalves, atingido na cabeça por um disparo realizado a poucos metros. De acordo com o relatório da PGR, a sua morte foi provocada por *lesões traumáticas crâneo-encefálicas, que foram produzidas por projectil de arma de fogo, existindo fortes indícios nos autos que apontam a autoria do disparo a um elemento graduado (Comando de Pelotão ou Comandante de Secção) do Corpo de Intervenção (idem,112).*

O relatório esclarece igualmente que, ao contrário das afirmações produzidas pelo governo, fruto de uma reunião de urgência na Quinta da Marinha, não existem quaisquer provas do lançamento de cocktails molotov e de disparos realizados por manifestantes, actos que, alegadamente, haviam tornado inevitável a actuação das forças de segurança. Por sua vez, entre estas, os únicos ferimentos registados foram torções lombares, derivados do excessivo uso do cassetete (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12–13).

No dia seguinte, já sem a PI nas ruas, milhares de trabalhadores regressam ao centro dos acontecimentos, num ambiente de indignação, até raiva, mas sem qualquer registo de confrontos. Quatro dias volvidos, milhares de pessoas acompanhariam as urnas das vítimas mortais, a enterrar, no que Torres Couto descreveu como constituindo *uma passeata pelas ruas da cidade*. Pelas 16h30, trabalhadores de todo o país uniram-se num minuto de silêncio, apenas interrompido pelos silvos emitidos pelas sirenes de fábricas e das embarcações da Transtejo, juntos na homenagem aos que caíram (*USP* 1983, 65–70). Nesse mesmo dia, a Intersindical convoca uma greve geral para o dia 11 de Maio.

### ***Conclusões provisórias***

As demissões de Ângelo Correia (MAI), Rocha Pinto (Governo Civil do Porto) e Magalhães Teixeira (PI), embora tenham constituído uma reacção ao quase estado de excepção declarado nas ruas do Porto, não conseguiram apagar o passado. Não obstante a frustração do plano de uma hegemonia sindical afecta à UGT no Norte do país, capaz de edificar o sonho marcelista de uma elite sindical tecnocrata mais avessa à rua do que à mesa de negociações, a campanha de difamação a que a Intersindical foi sujeita não deixou de produzir os seus efeitos. Na realidade, mais do que a própria central sindical, eram os próprios trabalhadores que eram intimados a adoptar uma postura razoável, equilibrada, própria da sua condição. No final, a campanha teve consequências, admitidas sem grande pudor.

Numa entrevista concedida ao programa *Clube de Imprensa* em torno dos acontecimentos verificados durante a greve geral do dia 12 de Fevereiro, Ângelo Correia concluiu ser necessária *a existência de uma só estrutura de informação, com capacidade para assegurar a segurança do Estado democrático, sendo a interligação entre os vários sectores assegurados por um órgão*<sup>3</sup>. A revisão constitucional de 1982 viria, de facto, a considerar a criação de um sistema de informação nacional, instituído dois anos depois sob a sigla SIS, Sistema de Informações e Segurança.

3 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «Fui eu' – confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.



---

## ***Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX<sup>1</sup>***

---

No Encontro regional de Lisboa, procurei sistematizar as fases do desenvolvimento do movimento anarquista em Portugal, no princípio do século XX. Neste texto vou centrar-me sobre os meios de difusão utilizados pelos militantes que lograram esse resultado.

Serão dez, os tópicos em que podemos organizar tal matéria.

### ***1. A imprensa jornalística***

Existiu um número importante de jornais explicitamente anarquistas. Mas, dentro desses, alguns tiveram uma muito maior predominância, tornando-se jornais de referência nacional para todo o movimento libertário. Foi o caso da sequência de jornais portugueses *A Voz do Tanoeiro* (1901–02), *O Despertar* (1902–05), *A Vida* (1905–07 e 1909–10), *A Aurora* (1910–20) e *A Comuna* (1920–27); de *Terra Livre* (Lisboa, 1913) e *O Anarquista* (da UAP, Lisboa, 1923–26); e de *Terra e Liberdade* (Barreiro, 1930–31). Com igual ou maior importância, existiram os jornais sindicalistas (revolucionários) *O Sindicalista*

<sup>1</sup> Texto da comunicação apresentada oralmente no Encontro 'Norte Industrial' realizado no Porto em Novembro de 2011

(Lisboa, 1910–1916), *Voz Sindical* (Setúbal, 1923–26) ou *Vanguarda Operária* (Porto, 1929–30). Naturalmente, foram largas dezenas os jornais corporativos, de tal ou tal sindicato, federação ou grupo profissional, alguns deles muito prezados no seu meio social específico. E houve alguns jornais próximos de ideias do libertarismo, por vezes apenas por um aspecto particular, mas sem nunca se envolverem muito com o movimento: casos de *A Humanidade* (Lisboa, 1911–16); ou *A Ideia* (Montijo, 1931–34); mais tarde os culturais anti-fascistas *O Sol* e *O Diabo*.

A maior parte destes jornais tiveram (ou ambicionaram ter) uma periodicidade semanal, o que lhes garantia um acompanhamento da actualidade (social, política, internacional). Mas há imensos que apenas lograram publicar três ou quatro números, dando mostras do falhanço do seu projecto editorial. Há também folhas de publicação irregular, ou que saíam apenas para comemorar o aniversário da fundação da associação. E ainda os “números únicos”. Obviamente, os diários foram a excepção e o grande projecto de vida de alguns militantes que, por várias vezes e modos, se dedicaram empenhadamente a essa tarefa. Falharam tal desiderato *A Greve* (com Alexandre Vieira e muitos outros) e *A Boa Nova* (de Campos Lima, sozinho), em 1907; e o *Combate* (dirigido por Carlos José de Sousa), de 1919. E apenas *A Batalha* pôde enraizar-se no espaço mediático da época como grande jornal matutino, entre 1919 e 1927 (Baptista, 1977).

Porém, falando do espaço da opinião pública nacional no primeiro terço do século XX, havia Lisboa, brilhava o Porto, sendo que o resto do país era apenas um modesto consumidor do que se imprimia naquelas duas grandes cidades, com as excepções de diversos



pequenos núcleos editoriais locais, sem real implantação nem capacidade de alastramento. A iliteracia tinha, de facto, um peso esmagador sobre as classes populares e os territórios das províncias.

Quem faz estes jornais militantes são, naturalmente, militantes, em grande parte autodidatas e muitos deles de profissão chegada às artes gráficas, ao livro ou à imprensa. Quem recebe e lê estes produtos impressos em letra de forma são, ainda, militantes, também os simpatizantes (às vezes escutando a leitura em voz alta, pelos primeiros) e os adversários das ideias e posições ali estampadas – às quais lhes responderiam na primeira oportunidade. Um lugar importante cabia, pois, às polémicas, orais e escritas. E outra função relevante era a dos correspondentes locais desses jornais: cito, entre tantos outros, Elias Matias, em Évora, ou Clemente Vieira dos Santos, no Porto.

## ***2. A propaganda presencial***

Se a leitura de jornais era a fonte de informação das pessoas comuns considerada mais fidedigna, a força argumentativa principal para convencer terceiros da bondade de uma determinada ideia era a da oratória, seja na versão mais erudita dos conferencistas, seja na versão mais igualitária e popular da discussão em grupo. Os militantes encareciam e procuravam melhorar as suas qualidades comunicativas para as “tomadas de palavra”, fosse na via pública, nos locais de trabalho, nas associações (sindicais e recreativas), ou ainda no exercício de ir contraditar conferências de opositores. De certa maneira, o bom militante era aquele que sabia bem falar em público.

Referindo-me aqui unicamente à cidade do Porto e seus arredores, deixaram marca e memória militantes anarquistas e

anarco-sindicalistas como Gonçalves Viana (depois, católico), Serafim Cardoso Lucena, Manuel Joaquim de Sousa, António Alves Pereira, Júlio Gonçalves Pereira, Joaquim Moreira da Silva, Manuel Fiúza Júnior, Manuel Pedro, Guilherme Moreira Alves, Adelino Torres de Pinho, José Alves, Tibério Teixeira, António Teixeira de Araújo, Clemente Vieira dos Santos, José Rodrigues Reboredo, Francisco Bento da Cruz, João Vieira Alves, José Augusto de Campos, Mário Ferreira, Aníbal Dantas, Fernando Barros, Rodrigo Ferreira, António Inácio Martins, Luís Laranjeira, José Augusto de Castro, Abílio Faria e outros.

Um meio de intervenção militante de grande importância foram, além das sedes dos sindicatos ou associações de classe, os Centros de bairro (centros e bibliotecas de estudos sociais, semelhantes aos Centros Republicanos, salvo que sem qualquer patrono), onde tinham regularmente lugar as conferências (por militantes ou personalidades simpatizantes) e as ‘veladas sociais’, constantes de teatro (ver Figueiredo, 2011), recitação de poesia ou mesmo música. Houve uns 40 destes centros, sendo talvez os mais importantes os seguintes: a Sociedade de Instrução e Beneficência ‘Germinal’, de Setúbal; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, das Antas-Porto; o Centro Comunista Libertário, do Porto; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais ‘Filhos de Visco’, de Gaia; o Centro de Estudos Sociais ‘Regeneração Humana’, de Alcântara-Lisboa; o Grupo Dramático de Belém-Lisboa; o Centro de Recreio e Propaganda Livre, de Setúbal; o Ateneu Popular, de Lisboa; e o Ateneu de Educação Popular de S. Paio de Gouveia.

Outro espaço de debate e difusão de ideias mais elementar mas muito prezado eram as tertúlias regularizadas: em cafés (vários), em barbearias (como a do José Artur Quaresma, em

---

Setúbal), oficinas de sapateiro (por exemplo, no Porto, a do Manuel Ferreira Torres, o “Torres das tombas”, glosando a Torre do Tombo) e as livrarias (entre as quais a Renascença, de Joaquim Cardoso, ao Poço dos Negros, em Lisboa).

Obviamente, o panfleto, impresso e distribuído de mão em mão era uma meio de propaganda acessível, porém não muito empregue na época pelos militantes, dada a iliteracia reinante nos meios populares. Mas os anarquistas nunca terão feito uso das “brigadas de agit-prop” que, mais tarde, os comunistas tentaram empregar.

O convívio era também muito apreciado e praticado, sobretudo mediante a organização de excursões e pic-nics, permitindo estender às famílias (mulheres, crianças, colaterais) a “boa semente” da palavra e da convivência. A praia da Caparica também servia os adeptos do nudismo solar e os pinhais vizinhos davam bom abrigo aos campistas. Já o desporto era controverso: a ginástica era bem-vista, mas o futebol pouco (excepto o grupo de “Os Batalhudos”, cujos jogos eram anunciados no diário operário).

As escolas “modernas” (criadas por vezes em parceria com republicanos), bem como as universidades livres e populares, foram das mais significativas criações deste movimento. Além de se eximirem ao controlo cultural da religião católica, propuseram muitas vezes modalidades pedagógicas inovadoras que só décadas mais tarde vieram a ter aceitação generalizada, como foi o caso da educação mista, para rapazes e raparigas, ou a aprendizagem memorizada e lógica associada aos trabalhos manuais (Candeias, 1994).

Finalmente, referimos de passagem quatro formas de propaganda presencial também usadas pelos militantes, embora só de forma

esporádica: as “cègadas” carnavalescas (em Campo de Ourique-Lisboa, ou em Setúbal); o fado social (embora as tabernas fossem muito criticadas); o cinema militante (com o pioneiro Fernando Barros, do Porto); e os meios passivos que constituíam os cartazes e inscrições murais.

### 3. A “propaganda pelo facto”

Uma parte minoritária do militantismo anarquista envolveu-se no ilegalismo de “acção directa”: praticaram atentados individuais (a polícias, juízes, alguns industriais); bombismo; “atracos” (para sacar dinheiro para a militância); sabotagens; fogo-posto. Mas nunca terão sido tentados pela fabricação de moeda-falsa. Estas “tácticas” suscitaram sempre grande discussão interna, sobretudo porque de imediato desencadeavam maior repressão governamental sobre o movimento, e também porque, segundo alguns, contraditavam os seus objectivos emancipadores e de felicidade humana. Porém, num meio que respeitava a liberdade acima de tudo, aquela minoria beneficiou geralmente da aquiescência dos restantes e mesmo da sua solidariedade (financeira) quando se encontravam sob pressão das autoridades.

As preparações insurreccionais são outra coisa. Aí, a grande maioria dos militantes e simpatizantes do movimento concordaria em que era necessária a “revolução” para mudar efectivamente o regime social e político em vigor. A greve geral era um instrumento decisivo, mas só a insurreição armada poderia deitar abaixo o capitalismo e o Estado. Não é assim de estranhar que, por exemplo, no Porto em 1919 haja 17 grupos anarquistas armados com 200 a 300 homens prontos a colaborar com as tropas republicanas vindas do Sul para derrubar os “couceiristas” (Lima, 1920) – como antes já acontecera no 31 de

Janeiro de 1891, e viria de novo a suceder no 3 de Fevereiro de 1927 e no 18 de Janeiro de 1934.

#### **4. A actividade editorial**

A leitura reflexiva ou emocional (doutrina, crítica, ensaio, criação literária) era a actividade cultural mais enfatizada pelos anarquistas, até pelo que depois proporcionava para o enriquecimento da discussão em grupo.

Vários núcleos editores de livros se evidenciaram, no primeiro terço do século XX: a Biblioteca de Estudos Sociais, de António Ernesto Dias da Silva; a Colecção Sociológica, da Guimarães Editores; a Biblioteca do Movimento Social, da Bertrand; a Livraria Central de Gomes de Carvalho; a Biblioteca de Educação Nacional, dirigida por Agostinho Fortes; a Biblioteca de Educação Moderna, dirigida por Ribeiro de Carvalho, da Livraria Internacional; a secção editorial d'A *Batalha*; as edições Spartacus, de Campos Lima; etc. Já a edição de pequenas brochuras, de 16 ou 32 páginas, muitas vezes aproveitando os “chumbos” de uma sua primeira impressão em jornal, como folhetim, estavam ao alcance de certos grupos de afinidades anarquistas e foram por eles largamente utilizados.

Quanto às revistas, já em outra oportunidade recente tive o ensejo de chamar a atenção para a florescência cultural do anarquismo nos alvares do século XX português. Afirmando agora que, à medida que crescia o impacto social do sindicalismo libertário, também foi esmorecendo a regredindo essa criatividade e diversidade cultural, em parte pela quebra de laços com o sector político republicano, em parte também pelo maior fechamento ideológico dos anarquistas

e em parte ainda pela atractividade do bolchevismo. Tal pode ser medido pelo número e qualidade das revistas culturais e literárias editadas por anarquistas, sozinhos ou em colaboração com outras personalidades (geralmente republicanos ou independentes). Mesmo assim, na década de 20 ainda podemos encontrar os magazines ilustrados *Renovação* (editado por *A Batalha*, 1925–26) e *Cultura* (de Campos Lima, 1929–31), a revista doutrinária *Aurora* (Porto, 1929–30) ou o jornal cultural *O Globo* (de Jaime Brasil, 1930).

Por outro lado, ao gosto da época, também os anarquistas editaram, de longe em longe, almanaques. Foram: o *Almanaque Cosmopolita* (1900); o *Almanaque d'A Aurora* (1913); e o *Almanaques d'A Batalha* (1926).

### **5. Sexualidade, procriação, emancipação da mulher, naturismo, comunidades**

Agrupamos neste ponto uma série de temas que muito mobilizaram também o militantismo libertário. Em especial evidência, colocamos a doutrina neo-malthusiana de auto-controlo dos nascimentos, com a sua base teórica de económica política (de Malthus), que na época suscitava vivas discussões e oposições, inclusive entre muitos libertários e sindicalistas, mais optimistas e próximos de Marx quando se tratava de confiar nas potencialidades das “forças produtivas”. Entre nós, o primeiro sinal é dado pela tese académica do dr. Ângelo Vaz, no Porto, em 1902, a que se segue a fase propriamente militantes desta frente de luta social, em favor de uma procriação desejada, consciente e controlada, a que não faltava a distribuição ou venda de produtos e dispositivos anti-concepcionais. Em 1906 um

punhado de militantes, incluindo vários farmacêuticos e outros profissionais ligados à saúde, avança para o terreno da propaganda com a edição de textos e outros modos de ação, bem como com o estabelecimento de uma ligação orgânica à Federação Internacional da Regeneração Humana, que liderava internacionalmente o movimento. Amadeu Cardoso da Silva, Teixeira Júnior (autor de *Mulheres, Não Procreéis!*), Silva Júnior, Nobre Cid ou Martins do Rego são talvez os nomes mais em destaque neste campo, que vem a suscitar uma tardia mas dura reacção por parte da Igreja, do Congresso Nacional de Farmácia de 1927 e acabando tais práticas por serem criminalizadas no Código Penal em 1929 por “anti-natalistas”.

Esta questão do controlo dos nascimentos (que só toma o nome de *birth control* numa segunda vaga do movimento internacional, que ocorre já nos anos 30, centrada agora nos Estados Unidos e que entre nós é correspondida pelo grupo de educação sexual ‘Despertar’ em 1940—41, com o apoio de Jaime Brasil) liga-se directa e estreitamente à sexualidade e à questão feminista, por um lado, e à questão da educação, por outro. O Congresso Feminista e da Educação, promovido por Eduardo Brasão e outra gente nos anos 20, é talvez um ponto culminante desta consciência social, mas o sufragismo das feministas portuguesas da época era um obstáculo a maiores aproximações entre ambos os movimentos. Do lado anarquista, se a esmagadora maioria dos militantes eram homens, ainda assim existiram uma União das Mulheres Anarquistas (com Júlia Cruz, Margarida Paulo e outras) e o Grupo Luisa Michel, do Porto nos anos 20, com Margarida Barros, Virgínia Dantas, etc. Quanto à questão da liberdade sexual, o tema será sobretudo abordada já nos anos 30, por Jaime Brasil, José

Soares Lopes e outros militantes individualmente sensíveis ao entendimento do anarquista individualista francês E. Armand expresso nas páginas do seu jornal *L'En Dehors* onde, entre outras causas, se defendia o conceito da “*camaraderie amoureuse*”.

O combate anti-alcoolismo e anti-tabagismo, a alimentação vegetariana ou frugívora, o “naturismo” (com recurso às medicinas naturais, ao termalismo, aos banhos de sol e a uma actividade física adequada) encontraram numa minoria de anarquistas entre os seus mais estrépitos apóstolos, como foi o caso do portuense Ângelo Jorge que introduziu entre nós o anarquismo anti-científico de Henri Zisly e fez a ponte à Associação Vegetariana Portugal através do dr. Amílcar de Sousa. E por esta via se teceram igualmente relações e colaborações com o dr. Almerindo Leça e a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, e com a Sociedade Protectora dos Animais e a Liga contra as Touradas.

Mas a próxima relação com a natureza e o ensaio de formas de vivência em “comunismo livre” atingiu talvez a sua maior expressão com as “comunas” (em Vidago, Odemira ou Albarraque), comunidades de vida e de trabalho nas quais se empenharam militantes como Carlos Nobre, Jorge Campelo, Gonçalves Correia ou ainda Manuel Rodrigues (o “Globetroter”) mas que, porém, nunca conseguiram vingar, face ao meio social envolvente, adverso ou desconfiado, e também minadas pelas desinteligências internas.

## **6. Anti-militarismo, pacifismo, mundialismo**

Todo o anarquismo é, doutrinariamente, pacifista e anti-militarista, e essa orientação também foi adoptada em Portugal embora talvez não num primeiro plano de prioridades. Mas, para além das



---

iniciativas dispersas de certos grupos de afinidade ou da acção de conjunto do movimento sindical contra a guerra que grassava na Europa em 1914–18, vale pena referir a existência de uma Liga Anti-Militarista, antes de 1910, e os contactos tidos com a Associação Internacional Antimilitarista sediada na Holanda e onde pontificavam Nieuwenhuis e De Jong, antes e depois desse marco.

Especialmente sensíveis a esta posição eram os jovens. As organizações das Juventudes (Sindicalistas, depois Libertárias, já nos anos 30) é uma das genuinidades do nosso movimento que se antecipou a muitos outros países na missão de mobilizar e organizar os jovens (rapazes e raparigas) com uma referência ideológica mas sobretudo com reivindicações e objectivos específicos de acção: contra o militarismo e a guerra; pela convivência inter-sexual; pela defesa dos direitos dos aprendizes e dos jovens trabalhadores; etc. (Freitas, 2007).

Mas a mais notória iniciativa em que muitos militantes anarquistas se empenharam, com vista a uma futura paz, concórdia e comunicação universal, foi decerto a do ensino do Esperanto, a língua-veículo há poucos anos antes criada pelo dr. Zamenof. Veja-se, por exemplo, o jornal anarquista português escrito neste idioma *La Vero* (Lisboa, 1922–23).

## **7. Anti-clericalismo**

Já fizemos recentemente estas referências, mas vale a pena realçar aqui a base de comum entendimento que existiu durante bastante tempo entre anarquistas e republicanos quanto ao combate a dar à influência religiosa da Igreja Católica em Portugal, considerada culpada de estar intimamente associada ao poder político da Monarquia,

de ter um passado marcado pelas perseguições da Inquisição e de contribuir poderosamente para a manutenção do povo rural num lamentável estado de atraso cultural.

Além de toda a comum utilização dos textos relevantes para este efeito (de Sébastien Faure, de Heliodoro Salgado, etc.), esta proximidade levou a que alguns anarquistas, geralmente intelectuais, participassem em várias associações e campanhas criadas e dominadas por republicanos, como foi o caso da Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, da criação de escolas seguindo uma pedagogia “racional” importada do pedagogo libertário e *maçon* catalão Francisco Ferrer (em Lisboa, a Escola-Oficina nº1, a “Promotora” e outras), da Liga dos Direitos do Homem ou da própria maçonaria e da Carbonária Portuguesa.

### ***8. O fortalecimento da coesão militante e as fissuras internas***

A importância do texto e da leitura já foi aqui referida, devendo ser contudo enfatizadas as discussões a que os mesmos davam muitas vezes lugar. Isto ocorria, tanto em reunião de pequeno número de pessoas, como nas páginas dos jornais ou mesmo em conferências-debate. Em alguns casos (vide o Grupo de Educação Sexual ‘Despertar’, em 1940—41), estas discussões eram rigorosamente organizadas num quadro próprio de formação interna ao grupo e aberta a alguns simpatizantes, com cadernos pessoais manuscritos com perguntas (pelo “animador”), respostas e reflexões escritas, e sua discussão ao longo de diversas sessões. Nos núcleos da Juventudes Sindicalistas ou no Centro Comunista Libertário do Porto faziam-se procedimentos

---

de aprendizagem e discussão de ideias semelhantes. Isto permitia dar aos agrupamentos uma certa coesão ideológica, mantando cada qual a mais ampla liberdade de pensamento individual.

Algo de semelhante mas ainda mais intenso – o que é lógico, dada a situação de inactividade forçada em que se encontravam os militantes – acontecia nas prisões, onde foram produzidos muito escritos de auto-didactas, se analisaram as razões do insucesso de muitas revoluções e se fizeram planos para as próximas, e para a organização da “sociedade futura”.

Em contrapartida, os “trânsfugas”, os “infiltrados” e os “rachados” foram sempre uma dificuldade insuperável para as organizações montadas pelos anarquistas e que se caracterizavam por uma grande liberdade de entrada e de saída – pois já então, e sempre, era “proibido proibir”.

Igualmente inerente ao espírito libertário destes meios sociais mas com efeitos frequentemente nocivos para a eficácia da acção organizada era o irremediável individualismo de alguns anarquistas. Houve individualistas “comportamentais”, outros meramente “anti-organizadores” e, enfim, os filosóficos (seguidores de Stirner ou de Ryner); houve os construtivistas (à maneira de Armand), como o algarvio e ex-marinheiro José Franco e a sua folha *A Ideia*; mas houve também Juliano José Ribeiro e o jornal *Refratários*, que provocaram grossas dissensões no meio do operariado anarquista portuense.

### **9. As celebrações rituais**

Embora exteriormente iconoclastas, os anarquistas entregavam-se também a celebrações rituais. Por exemplo, em relação a

---

datas, eram anualmente celebradas as seguintes, lembrando momentos de luto ou de revolta: o 18 de Janeiro (data da tentativa de greve geral insurrecional em 1934 para derrotar o Estado ditatorial corporativo que Salazar queria implantar); o 31 de Janeiro (data do levantamento republicano do Porto em 1891); o 13 de Fevereiro (data da lei de Hintze e João Franco de 1896 que criminalizou a simples propaganda anarquista, permitindo a deportação para Timor dos seus prosélitos); o 18 Março (proclamação da Comuna de Paris, em 1871); o 1º de Maio (lembrando a luta dos operários de Chicago pelas 8 horas de trabalho, em 1886); o 4 de Julho de 1937 (em que Emídio Santana falhou o tiranicídio contra Salazar); o 14 de Julho (marco inicial da Revolução Francesa, em 1789); o 19 de Julho (de 1936, em que o proletariado organizado de Espanha travou o golpe militar de Franco, iniciando-se a guerra civil); 3 de Agosto (data do início do terrível morticínio da Grande Guerra, em 1914); o 13 de Outubro (data em que foi fuzilado em Barcelona, em 1909, o pedagogo Francisco Ferrer); o 11 de Novembro (de 1887, dia em que foram executados cinco anarquistas em Chicago, acusados do lançamento de uma bomba no ano anterior, nas manifestações pelas 8 horas de trabalho). A data do aniversário da fundação da associação de classe ou sindicato era também sempre festivamente assinalada.

Os congressos ou conferências organizativas do movimento sindical ou dos grupos anarquistas constituíam também oportunidade de manifestação de gestos rituais muito tipificados: a verificação dos mandatos dos delegados; a constituição de uma comissão revisora de contas (dos gerentes de saída); a designação das mesas para coordenar os trabalhos; as saudações “ao povo trabalhador e a todos aqueles

que sofrem as perseguições dos poderosos”; o modo de discussão das “teses” e moções; e os “vivas” finais, com a entoação dos (poucos) cânticos que os militantes sabiam cantar.

Mas havia também as contra-celebrações, isto é, aquelas datas e épocas do calendário celebradas tradicionalmente em sociedade e a que os anarquistas procuravam dar um outro sentido, ou desmontar as suas falsidades: era o caso do Natal (substituído pelo Solstício de Inverno), do Carnaval (época do fingimento, ou de aproveitamento pelas “cêgadas”) ou da Páscoa (em que se criticava a opulência da Igreja, em contraste com o despojamento do Cristo).

### ***10. A solidariedade (defender os lutadores, alargar os apoios)***

A ideia e as práticas tradutoras da solidariedade eram uma constante deste movimento. Tomaram muitas formas, de que citamos alguns exemplos: a greve dos tecelões portuenses de 1903, com as mulheres a fazerem mendicância pela cidade, incomodando as consciências da boa burguesia portuense; as frequentes quêtes (peditórios) nas fábricas, para ajudar operários em greve; as “cozinhas comunistas”, organizadas ao ar livre para sustentar os trabalhadores envolvidos numa greve; a recolha de filhos de grevistas (de S. Pedro da Cova, da Covilhã, etc., copiando o que os IWW haviam iniciado em 1912); as comissões “pró-presos por questões sociais”, que mais tarde se coordenaram numa Federação Portuguesa de Solidariedade (rival do Socorro Vermelho dos comunistas); e, por último, já profissionalizada, a defesa jurídica que a CGT proporcionava aos seus militantes perseguidos, onde trabalharam advogados-militantes ou

---

simpatizantes como Alexandre Sobral de Campos, João de Campos Lima ou Nóbrega Quintal.

E como sempre sucede nestas ocasiões, a invocação do sacrifício e o pedido de ajuda (financeira, ou outra) a pessoas mais sensíveis ou liberais, ainda que distantes das ideias daqueles lutadores, constituía também um meio para alargar o círculo de influência do restrito mundo militante, inflacionando a sua grandeza aos olhos de muitos.

No plano internacional, a solidariedade manifestava-se sobretudo pela difusão de notícias relativas aos países onde a luta social estava mais avançada – o México, a Rússia, a Espanha, a Itália –, sobre os tiranicidas mártires e os revoltados (os Casério, Angiolillo, Mateo e Morral, a ‘Mano Negra’, etc.) e pela denúncia do colonialismo mais brutal que ocorria em África.



---

## ***As Eleições Sindicais nos Últimos Anos do Fascismo (1969–1974): o Caso dos Têxteis***

---

A chegada ao poder de Marcelo Caetano, em Setembro de 1968, e o anúncio de que iria promover uma abertura política do regime criou algumas expectativas em vários sectores da sociedade portuguesa, que acreditaram na possibilidade de que se iria proceder a uma reforma do Estado Novo.

A anunciada abertura política necessitava de se materializar em medidas concretas, pelo que o regime, a fim de lhes dar forma, introduziu algumas alterações legislativas, nomeadamente no domínio da legislação sindical, como os Decretos-Lei nº 49 058, de 14 de Junho de 1969, relativo à designação dos corpos gerentes dos Sindicatos Nacionais, e nº 49 212, de 28 de Agosto de 1969, referente ao regime jurídico das contratações colectivas.

A partir de então, pelo Decreto-Lei nº 49 058, as direcções sindicais eleitas já não necessitavam, para entrar em exercício, de ser homologadas pelo Governo, todas as decisões que de alguma forma pudessem afectar a legitimidade das eleições ou a sua preparação teriam de ser tomadas pelos tribunais do trabalho, a verificação das condições de elegibilidade passaria a ser efectuada pelos próprios organismos interessados, através de *“uma comissão designada pela mesa da assembleia geral de entre os sócios que não exerçam cargos de gerência no*

*sindicato*”, e as comissões administrativas só poderiam manter-se em exercício até ao termo do processo judicial que envolvia esses gerentes, quando reintegrados, ou até a realização de novas eleições, a efectivar no prazo máximo de seis meses após o termo daquele processo.

Por seu turno, o Decreto-Lei nº 49 212, sobre o regime jurídico da contratação colectiva de trabalho, impunha a resposta obrigatória às propostas de negociação e fixava prazos e regras que tornavam possível a contratação colectiva: *“a entidade que desejar a celebração de uma convenção colectiva ou a sua revisão apresentará por escrito a sua proposta à entidade com quem pretende negociar, a qual, no prazo de trinta dias, deverá responder, informando se a aceita ou se a rejeita ou apresentando uma contraproposta”* (disposição que veio a ser alterada pelo Decreto-Lei n.º 492/70, de 22 de Outubro). Tornava também imperativa a negociação de contratos e acordos colectivos de trabalho, e criava as figuras da conciliação e da arbitragem.

Embora se detectasse, por parte de Governo de Caetano, uma certa preocupação em marcar uma diferença com o consulado salazarista, havia antecedentes que já preconizavam uma mudança, nomeadamente quanto ao disposto no Decreto-Lei nº 49 058. De facto, o III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social, realizado em 1964, culminou um conjunto de estudos destinados a rever a legislação sindical numa perspectiva corporativa, recomendando *“a possibilidade de aperfeiçoar o sistema de controle preventivo dos corpos gerentes eleitos dos sindicatos, por forma a torná-lo, sem prejuízo das imperiosas exigências da ordem social estabelecida, mais flexível e consentâneo*



*com a autonomia e eficiência dos organismos*<sup>1</sup>. Também no que dizia respeito ao Decreto-Lei nº 49 212, um outro decreto anterior (Decreto-Lei nº 47 032, de 27 de Maio de 1966), já vinha constituindo o diploma fundamental no domínio da regulamentação jurídica do contrato individual do trabalho.

Quais as razões destas mudanças, que ocorreram durante a década de 1960, e se vão manter até ao final da “primavera marcelista”? Na realidade, desde o início daquela década que a sociedade e economia portuguesas estavam a registar um conjunto de transformações, fruto da entrada de Portugal na EFTA em Dezembro de 1959, e no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1961. Registou-se também, durante aquela década, um acentuado desenvolvimento económico (incremento da industrialização, emergência do sector terciário), ao mesmo tempo que se verificava uma progressiva diminuição do peso da ruralidade, fruto do fenómeno da emigração económica para o estrangeiro e do início da deslocação para a periferia de Lisboa (e de uma maneira geral para o litoral), onde a oferta de emprego começava a exercer uma maior atracção. Verificou-se, ainda, uma crescente pressão dos organismos internacionais, em especial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), obrigando

1 José João Gonçalves de Proença (1964), O III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social. Lisboa: Junta da Acção Social. Ver também Fátima Patriarca (2008), “Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano”, in Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (Eds.), Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 132–134.

---

o Governo a procurar respostas que evitassem um ainda maior isolamento internacional do regime.

Como é conhecido, a abertura sindical, prometida pela chamada “primavera marcelista”, foi de curta duração. Um ano após a publicação dos diplomas que consubstanciavam a referida abertura, o Governo de Marcelo Caetano desencadeou uma ofensiva legislativa de carácter restritivo, visando atingir os sindicatos que tinham a dirigir-lhes direcções da confiança dos trabalhadores. Contudo, é esquemático reduzir tudo ao regresso à situação anterior à abertura marcelista – a realidade era mais complexa. A sociedade portuguesa registava um acelerado processo de transformação, a todos os níveis.

A “primavera marcelista” terminou abruptamente, mas durante a sua curta existência tinha aberto uma Caixa de Pandora que nunca mais foi fechada, quer na sociedade, quer no mundo sindical, quer no movimento operário, que a partir de então e até ao 25 de Abril se manifestou de forma quase contínua, desencadeando centenas e centenas de lutas. A ofensiva legislativa de carácter restritivo iniciou-se com os Decretos-Lei nº 492/70 e nº 502/70, de 22 e 26 de Outubro, respectivamente, os quais se irão manter até ao 25 de Abril de 1974, e prosseguiu com o Decretos-Lei nº 196/72, que decretava o congelamento dos salários, preparando-se o Governo para promulgar um outro, que reduzia o número de delegados sindicais, e que só não viu a luz do dia porque entretanto eclodiu o 25 de Abril.

O Decreto-Lei nº 492/70, de 26 de Outubro, atingia, logo de imediato, as revisões contratuais em curso, introduzindo alterações a várias disposições do Decreto-Lei n.º 49 212/69, que regulava e uniformizava a estrutura das convenções colectivas de trabalho. Quanto

ao Decreto-Lei nº 502/70, introduziu a possibilidade de destituição dos dirigentes sindicais que, na avaliação do Governo, deixavam de reunir os requisitos de elegibilidade, o que permitiu a imediata suspensão dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, efectuada em Novembro de 1970.

A partir de Junho de 1971 a recém-criada Intersindical passou a ser alvo de uma repressão sistemática que dificultou a continuação da sua actuação, embora não tivesse conseguido eliminá-la, uma vez que os sindicatos que a integravam puderam prosseguir a sua actividade, nomeadamente quanto à eleição de delegados sindicais e de comissões de delegados, reforçando a sua presença no mundo laboral. A repressão, que tinha abrandado ligeiramente durante o período das eleições de 1969, regressava com os seus poderes reforçados. A PIDE, crismada de DGS desde os finais de 1969, será reorganizada em 1972, no sentido de aumentar a sua eficácia repressiva. Através do Decreto-Lei nº 368/72, de 30 de Setembro, o regime fascista dificultava ainda mais a assistência do advogado constituído aos interrogatórios efectuados ao preso político, que poderia ser interdita quando existisse “*conveniência para a investigação*”, entre muitos outros aspectos que contribuíam para o desarmamento jurídico dos cidadãos perante a polícia política. Destacava-se, principalmente, o artº 82º do referido Decreto-Lei, ao abrigo do qual “*o pessoal da Direcção-Geral de Segurança com funções de investigação criminal tem direito a gratificações de tecnicidade, cujo quantitativo será fixado por despacho dos Ministros do Interior e das Finanças*”.

O Decreto-Lei nº 502/70, permitindo novamente a destituição dos dirigentes sindicais, recolocava na ordem do dia uma das

questões mais polémicas do movimento sindical, que era a da participação nas eleições para os Sindicatos Nacionais. De facto, com a excepção do período de 1933–35, durante o qual os comunistas seguiram uma linha de criação de um movimento sindical clandestino, após o VII Congresso da Internacional Comunista – e, principalmente, após a reorganização de 1940–41 –, o PCP<sup>2</sup> adoptou definitivamente a orientação de conquistar as direcções daqueles organismos, que o Estado Novo tinha criado, precisamente para controlar e neutralizar o movimento sindical.

A partir de então, o trabalho do PCP em relação aos Sindicatos Nacionais desenvolveu-se de acordo com as seguintes orientações: i) fazer pressão sobre as direcções dos Sindicatos Nacionais para que defendessem as reivindicações dos trabalhadores; ii) entrar em massa para os Sindicatos Nacionais; e iii) eleger direcções de trabalhadores honestos que gozassem da confiança da classe<sup>3</sup>. Esta orientação era acompanhada, sistematicamente, por uma citação da obra de Lênine *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, que defendia que os comunistas deviam trabalhar nos sindicatos reaccionários, desde que as massas participassem nos mesmos.

No entanto, nas condições de um regime fascista – e não nas condições de democracia burguesa parlamentar, como defendia

2 Partido Comunista Português. Fundado a 6 de Março de 1921, como Secção Portuguesa da Internacional Comunista (IC), é o partido político activo mais antigo de Portugal.

3 As tarefas dos comunistas nos Sindicatos Nacionais”, *O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 5.

Lénine na obra citada –, era necessário atender ao seguinte: i) os “Sindicatos Nacionais” corporativos não eram organizações de massas; ii) os operários desprezavam estes Sindicatos, não os frequentando (e, daí, as enormes dificuldades das listas apoiadas pelo PCP, que ficavam isoladas, sem base de apoio); e iii) os operários obtinham vitórias quando se organizavam em comissões à margem daqueles sindicatos por objectivos concretos (contra os despedimentos, por aumentos de salários, contra as multas e os castigos, etc). Deste modo, a questão que se colocava era a de adoptar uma tática que pudesse proporcionar melhores resultados na defesa dos interesses dos trabalhadores, a qual, como a experiência acumulada vinha indicando, não passava pela conquista dos Sindicatos Nacionais.

De facto, a experiência histórica de décadas na luta pela vitória em eleições sindicais revela-nos que só em raras ocasiões foi possível conquistar as direcções dos Sindicatos Nacionais. Com excepção de momentos especiais – como na conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial ou, mais tarde, numa ou noutra ocasião –, era praticamente impossível conquistar as direcções daqueles Sindicatos, não só por falta de uma indispensável base de apoio, mas também porque esse processo se encontrava sistematicamente eivado de ilegalidades de todo o tipo, das quais o regime não tinha qualquer pejo em se socorrer. Era uma luta inglória, de grande desgaste e frustração para os quadros comunistas, com resultados fraquíssimos ou nulos, com a agravante de se estar a iludir os trabalhadores ao procurar enquadrá-los nas organizações que o regime fascista tinha criado precisamente para controlar e neutralizar a actividade sindical.

Através de um pequeno exercício – a análise das tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais relatadas no jornal *O Têxtil* – facilmente constatamos que todas essas tentativas fracassaram, demonstrando a impossibilidade prática de se conquistarem os Sindicatos Nacionais Têxteis, não obstante a persistência com que o PCP se consagrou a alcançar esse desiderato. Transcrevemos, de seguida, alguns extractos, bastante esclarecedores, das notícias publicadas naquele jornal:

*O Têxtil* reconhece “o desinteresse e hostilidade de muitos trabalhadores em relação aos sindicatos nacionais”, in “Utilizemos os sindicatos na defesa dos nossos interesses”, *O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958.

“... os laçaios que os fascistas puseram à frente do nosso Sindicato”, in “Quando corremos com a actual direcção do Sindicato?”, *O Têxtil*, nº 40, Fevereiro de 1962.

Fraudes eleitorais: “Mais uma vez a equipa de ladrões fascistas capitaneada pelo Costa e Silva apoderou-se do Sindicato”, in “O Sindicato do Porto foi mais uma vez roubado à nossa classe”, *O Têxtil*, nº 41, Março-Abril de 1962.

Fraudes eleitorais: “... aquele senhor do grupo do Costa e Silva e do Fonseca (agente da PIDE que lá está como chefe dos serviços administrativos) ...”, in “O Sindicato do Porto foi mais uma vez roubado à nossa classe”, *O Têxtil*, nº 41, Março-Abril de 1962.

Não homologação das listas de oposição: “... não foi considerada válida, sob falsos pretextos”, in “Para onde deve encaminhar-se a luta dos têxteis do Porto?”, *O Têxtil*, nº 49, Maio de 1963.

Quando, nas situações particulares atrás referidas, tinha sido possível eleger uma lista da oposição, defensora dos interesses dos trabalhadores, esta era de imediato neutralizada através do recurso às “comissões administrativas”, que se eternizavam (ilegalmente) à frente dos Sindicatos, chegando a prolongar-se por mais de 15 anos, como foi o caso do Sindicato Têxtil da Covilhã (1945—1960), 16 anos no de Tortosendo (de 1946 a 1962) ou de 6 anos no do Porto (1955 a 1961).

Há, contudo, um episódio curioso na longa história do PCP para conquistar os Sindicatos Nacionais Têxteis. Em 1964, após uma vez mais ter sido derrotado em todas as tentativas de conquistar aqueles sindicatos, e provavelmente sob a influência do grande movimento grevista de 1961—62, surge no *O Têxtil* um artigo (um Editorial, como eram, aliás, todos os artigos consagrados à conquista dos sindicatos, demonstrando a importância que o PCP lhe conferia)



Fig. 1 – Primeira página do *O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, advogando a necessidade de se alterar a tática sindical que vinha sendo seguida pelo PCP no que respeitava às tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais.

que preconizava uma alteração da tática que até então vinha sendo seguida: “sempre que nós, mesmo na base das leis fascistas, pretendemos meter homens honestos na direcção do Sindicato a que pertencemos, os vmi-nistros fascistas não sancionam a direcção por nós escolhida, nomeiam comissões administrativas da sua confiança ou mantêm a direcção contra a qual a classe votou”, in Editorial, *O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964.

“Mudar de tática” – era de facto essa a conclusão lógica que seria imperioso retirar das sucessivas e fracassadas tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais. Mas, logo de imediato, aquele desvio foi corrigido e o PCP continuou a insistir, debalde, na conquista dos Sindicatos Nacionais.

Durante o consulado caetanista, fruto das alterações políticas, económicas e sociais que se tinham registado durante a década de 60, criaram-se algumas condições para explorar o novo regime que começava a ser aplicado aos Sindicatos Nacionais – em resultado das alterações legislativas já referidas – no interesse dos trabalhadores. No entanto, como sublinhou José Barreto, “o movimento de animação sindical de 1969–70 localizou-se predominantemente em



Fig. 2 – Manifesto da Lista B, que se preparava para disputar as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães.



*Lisboa e no Porto*"<sup>4</sup>. Nos restantes centros e regiões industriais do país não se registaram mudanças significativas, continuando a vigorar as mesmas situações de arbitrariedade e ilegalidade que até então vinham caracterizando a actuação do regime no campo sindical. O sucedido com a Secção de V. N. Famalicão do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Delães, que seguidamente descreveremos de forma resumida, é um bom exemplo desta realidade dual.

Pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães – que se realizariam no início de 1971 – foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da Lista solicitaram ao Presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o Sindicato.

Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: *“a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários*

4 José Barreto (1990), “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105–106), p. 78.

*movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha surgem panfletos e postais apelando ao voto*<sup>5</sup>.

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afecta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4ª classe, o que contrariava “*o disposto no artº 23º do Decreto-Lei nº 40 964, de 31/12/1956*”. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei nº 49 058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegitimidade.

Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho de V. N. Famalicão, uma acção de impugnação do acto eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o Tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia Geral (não se realizando assim as eleições) e que reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o Tribunal não se pronunciasse atempadamente, ordenando a suspensão do acto eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o acto eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo Tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a acção de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do Instituto Nacional

5 Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”, Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

do Trabalho e Previdência (INTP) solicitou ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submetesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. Tudo ficou na mesma e o Sindicato permaneceu ilegalmente, nas mãos dos serventuários do regime.

Este caso – ao qual se poderiam somar muitos outros – indicam-nos que, efectivamente, nos anos finais do regime fascista, a tática sindical poderia ter sido mais flexível, aproveitando as possibilidades legais quando fosse possível e desenvolvendo uma acção de organização clandestina onde tal se justificasse. Deste modo, que avaliação histórica é possível fazer destes processos? Valeria a pena participar nos actos eleitorais sindicais, correndo o risco das sistemáticas fraudes inviabilizarem essas tentativas?

Como temos vindo a salientar, as condições existentes na sociedade portuguesa tinham-se alterado. O que mudara? Não a política do regime que, após a “primavera marcelista”, voltara praticamente “ao mesmo”, mas a disponibilidade para a luta, a mobilização, conseqüências das mudanças ocorridas na sociedade e na economia.



Fig. 3 – Comunicado da Lista B, candidata ao Sindicato Têxtil de Delães.

O que implicava a adopção de uma tática mais flexível – como *O Têxtil* apontava em 1964 –, de forma a aproveitar o ambiente favorável e o estado de espírito combativo então existente. A “liberalização” tinha acabado, mas as condições tinham-se alterado, permitindo uma maior intervenção sindical. O período 1968–25 Abril 1974 é o único, durante o regime fascista, em que existiu um movimento de massas duradouro, com novas gerações dispostas a lutar pelos seus direitos e dispondo de um ambiente mais favorável,

registando-se uma situação de fluxo, que englobava quase todos os grupos sociais.

Quais eram as forças política organizadas que neste período actuavam no movimento sindical? Em primeiro lugar, o PCP, que até então tinha sido, praticamente, a única organização a actuar naquele campo. Para além do PCP, começava a surgir um conjunto de novas forças sociais e políticas a actuar no movimento sindical, como os católicos progressistas, os activistas que após o 25 de Abril viriam a integrar o

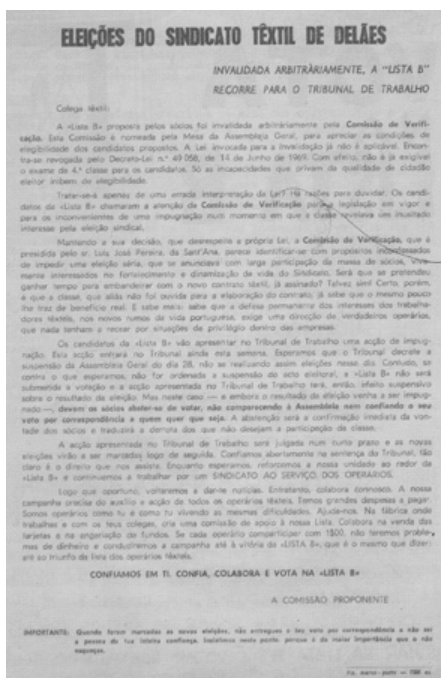


Fig. 4 – Comunicado da Lista B denunciando as ilegalidades cometidas contra a sua candidatura.

MES<sup>6</sup> e que já actuavam de uma forma organizada, as organizações marxistas-leninistas [OCMLP<sup>7</sup>, MRPP<sup>8</sup> e CR(m-l)/PCP(m-l)<sup>9</sup>], para além de um significativo grupo de sindicalistas empenhados, sem filiação ou simpatia partidária.

O PCP (assim como os católicos progressistas e os futuros MES), defendia a tática exclusiva de penetração nos Sindicatos Nacionais,

6 Movimento de Esquerda Socialista, fundado em Maio de 1974, as suas origens remontam ao período da campanha eleitoral de 1969, quando um grupo de militantes do catolicismo progressista, intelectuais de diversos sectores e quadros sindicais e do associativismo estudantil, abandonaram a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), passando a actuar organizadamente, embora sem qualquer denominação partidária, que vieram a adoptar apenas a seguir ao 25 de Abril.

7 Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, constituída nos finais de 1972, como resultado da integração do grupo organizado no exterior em torno do jornal *O Comunista* (fundado em Paris em 1968) na Organização que no interior do país publicava o jornal *O Grito do Povo* (fundada no Porto nos finais de 1969).

8 As origens do MRPP remontam a Fevereiro de 1968 quando, no rescaldo de uma manifestação estudantil contra a Guerra do Vietname realizada defronte da Embaixada dos EUA em Lisboa, foi constituída a EDE – Esquerda Democrática Estudantil, que actuava no meio estudantil universitário da capital. Em 18 de Setembro de 1970 a EDE transformou-se no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), numa reunião em que participaram Arnaldo Matos, João Machado, Fernando Rosas e Vidaúl Froes Ferreira, tendo o primeiro sido eleito secretário-geral. Antes do 25 de Abril o MRPP desenvolveu uma intensa actividade de agitação e propaganda no movimento estudantil da capital e junto do operariado das cinturas industriais de Lisboa, embora a sua base de apoio fosse predominantemente estudantil, e apenas na região de Lisboa exercesse alguma influência em certos sectores do operariado.

9 Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista). Fundado em Paris, num Congresso realizado em Agosto de 1970, com base na transformação do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), que considerava ter cumprido o seu papel de reunião das condições necessárias à reconstituição do partido comunista, o PCP(m-l) desenvolveu nesta época a sua principal actividade essencialmente no seio do movimento estudantil – através da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas)

apesar do *Avante!* reconhecer, nas vésperas do 25 de Abril, que “as direcções [dos Sindicatos] são na sua grande maioria constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapaças”<sup>10</sup>.

A única alternativa que então se colocava à orientação de conquistar os Sindicatos Nacionais era defendida pelas organizações marxistas-leninistas, que a fundamentavam no legado teórico de Francisco Martins Rodrigues, elaborado em 1965 no âmbito da luta ideológica então travada a propósito do conflito sino-soviético<sup>11</sup>. Contudo, estas organizações, constituídas recentemente, na sequência das movimentações políticas que acompanharam a campanha eleitoral de 1969,

[UEC(m-l)] – e, no exterior, junto da emigração, através da publicação do jornal *O Salto*, do trabalho em associações de emigrantes como a Liga Portuguesa do Ensino e Cultura Popular e o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados. O Comité Revolucionário (marxista-leninista) [CR(m-l)], mais conhecido por “Comités Guerra Popular”, foi fundado em Outubro de 1971 por um conjunto de activistas estudantis, principalmente do então ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão), alguns delas já economistas, os quais, em 1971, passaram a prestar apoio ao Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa, tendo conquistado a adesão do seu presidente. Em Abril de 1973 uma parte dos seus membros foi obrigado a exilar-se em Paris, para evitar a vaga de repressão que se exerceu sobre a Organização, vindo aí a aderir ao PCP(m-l), o qual, deste modo, passou a controlar o Sindicato dos Químicos.

10 “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas”, *Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973.

11 Francisco Martins Rodrigues (1965), “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, *Revolução Popular*, nº 6, pp. 14–25

tinham uma base social principalmente estudantil e pequeno-burguesa, dispondo de uma influência reduzida no operariado, o que dificultava a aplicação prática da orientação sindical que preconizavam. Apresentavam também algumas diferenças entre si, que importa salientar.

Assim, o MRPP não manifestava possuir, propriamente, uma linha ou orientação para a intervenção no movimento sindical. Para esta Organização, e de uma forma simplista, o que então se verificava era tão só um conluio entre o PCP e o regime. Foi já nos inícios de 1974 que, na sua imprensa, publicaram o único artigo sobre o assunto, “A quem servem os sindicatos fascistas-revisionistas?”<sup>12</sup>. O MRPP era a única organização que não apresentava uma linha sindical clara, nem se reclamava da análise efectuada por Martins Rodrigues. Quanto ao PCP(m-l), inicialmente defendia a formação de Comissões Sindicais Clandestinas, ou seja, comissões unitárias anti-fascistas e anti-capitalistas destinadas a dirigir a luta sindical<sup>13</sup>, reproduzindo na íntegra a orientação que tinha sido preconizada por Martins Rodrigues. Contudo, quando passou a controlar o Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa, com a integração dos militantes do CR(m-l) que nele trabalhavam – entre os quais o presidente do Sindicato –, alterou a sua orientação, que agora contemplava a possibilidade de aproveitar as oportunidades de infiltração em certos sindicatos fascistas de base operária, desde que a eles passassem

12 *Luta Popular*, nº 15/16, Janeiro/Fevereiro de 1974.

13 PCP(m-l) (1971), *Programa Político do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista): aprovado pelo V Congresso*. [S. l.]: Edições do Partido, p. 58.

a ocorrer as massas. Mas o objectivo continuava a ser o de preparar as condições necessárias para o lançamento da forma de organização sindical representada pelas Comissões Sindicais Clandestinas, com vista à construção de um aparelho sindical independente.



Fig. 5 – Cabeçalho do primeiro, e único, número do Classe contra Classe, jornal da Organização Sindical Vermelha.

Quanto à OCMLP, que foi das poucas dessas organizações que não só dispunha de uma pequena base operária como foi a única que desenvolveu um esforço continuado de implantação dos principais centros industriais do país, defendia que a abertura sindical caetanista não transformara a natureza fascista dos sindicatos corporativos, que os trabalhadores desprezavam e não frequentavam, eram completamente ineficazes no que respeitava à satisfação das reivindicações dos trabalhadores, para além de constituírem “autênticos covis de funcionários corruptos e sem escrúpulos, de bufos e



*legionários*”<sup>14</sup>. No entanto, face a essa abertura e às movimentações sindicais que a mesma proporcionara, a OCMLP considerava que única tática eficaz se baseava no aproveitamento das possibilidades existentes nalguns sindicatos para mobilizar os trabalhadores mais destacados para a organização clandestina nas fábricas, e para a criação de uma organização sindical independente.

Numa primeira fase, a partir de 1970, criou comités operários clandestinos, com vista a organizar e dirigir os processos de luta que se desencadeavam nas fábricas, como se registou nos casos da Sepsa, Alumínio, e Estaleiros de Viana do Castelo. Numa segunda fase, após Dezembro de 1973, lançou a OSV – Organização Sindical Vermelha, a fim de coordenar a actividade dos Comitês Operários a nível nacional e de aumentar a sua capacidade de intervenção. No entanto, a OSV nunca chegou a ganhar corpo pois no mês seguinte à sua apresentação e ao lançamento do seu órgão *Classe contra Classe* (Março de 1974) ocorreu a queda do regime, com o golpe militar do 25 de Abril.

Não existe, por conseguinte, experiência histórica suficiente que nos permita retirar alguma conclusão sobre esta tentativa de criação de um movimento sindical clandestino. A adopção desta tática não constituía propriamente uma novidade, tendo já dado resultados positivos por diversas ocasiões, tanto em Portugal, no período de 1931–35, como no país vizinho, com a criação das Comisiones

14 “Experiência de luta sindical no tempo do fascismo”, in Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, 1ª (1975), 1ª Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. [S.l.]: Edições “O Grito do Povo”, p. 18.

Obreras, após 1958 até ao final do regime franquista. No entanto, quer antes quer depois da “primavera marcelista”, o PCP nunca admitiu a utilização de outra tática, que não a da conquista dos Sindicatos Nacionais afirmando-se, inclusivamente, contra a clandestinização do movimento sindical. Numa clara referência ao anúncio da OCMLP, de criar uma organização sindical clandestina, o *Avante!* afirmava que *“a argumentação de que já não é possível aproveitar as possibilidades de actuação nos sindicatos (...), que é preciso passar à criação de estruturas sindicais clandestinas, é uma argumentação falsa e perigosa que (...) revela desespero, falta de confiança na acção de massas e sobrestimação do papel individual ou de pequenas minorias”*<sup>15</sup>.

15 “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas”, *Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973. Ver também o artigo “Revisionistas e fascistas de mãos dadas nos ‘Sindicatos’ Nacionais”, *O Grito do Povo*, nº 15, Julho de 1973, pp. 10 e 12, no qual a OCMLP responde a este artigo do *Avante!*



---

## *A Resistência Operária à Ditadura em Silves*

---

### *Introdução*

Desde o seu início, o Estado Novo, regime de cariz ditatorial, marcado por um acentuado autoritarismo do Estado, que impôs aos portugueses um forte dirigismo político, económico e social, mantido por diversas instituições repressivas e policiais, foi combatido por uma oposição proveniente de vários sectores da sociedade portuguesa. Entre estes, contam-se alguns sectores militares, vários núcleos republicanos, as organizações operárias, o Movimento Nacional-Sindicalista, o PCP e outros movimentos democráticos surgidos após a II Grande Guerra Mundial. Todos eles foram duramente reprimidos, quando não eliminados, pelo Estado Novo.

Este trabalho debruça-se particularmente sobre a oposição operária ao regime ditatorial no concelho de Silves no período entre 1926 e 1958, sendo identificados os protagonistas, as resistências e as reacções no operariado silvense nos anos controversos que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio e a todo o processo que conduziu à instituição e afirmação do Estado Novo até ao fim da década de 50.

O estudo dos anos anteriores a 1926, apesar de complementar, foi imprescindível para o conhecimento social e político do operariado silvense e para a compreensão dos percursos da oposição operária no período ditatorial.

---

O estudo profundo do movimento operário em Silves constituía uma grave lacuna na historiografia contemporânea portuguesa, que merecia ser colmatada devido à pujança e particularidades deste movimento nesta cidade.

A intervenção crescente do Estado, a partir de 1926, na sociedade portuguesa e nomeadamente na indústria, com a orientação obrigatória do regime corporativo que a condicionou nas suas ínfimas expressões, resultou na greve geral de 18 de Janeiro de 1934, que constituiu um marco incontornável na história da cidade. Havia que seguir o percurso e a evolução do movimento operário silvense, analisá-lo e caracterizar a mutação das suas organizações ao longo do Estado Novo.

Incide também sobre o período pós 18 de Janeiro, abrangendo os tempos da Guerra Civil de Espanha, da II Grande Guerra Mundial, o MUNAF, os movimentos democráticos do pós-guerra (MUD e MUD Juvenil), bem como a reorganização local e regional do PCP e o seu desmantelamento em 1948, até ao epílogo das eleições presidenciais de 1949, que constituíram o último fôlego da oposição unitária do pós-guerra. Deste modo são retratadas a posição e oposição operárias relativas à implementação do corporativismo na indústria e as suas acções, sobretudo as relativas à questão social. Analisei os aspectos do movimento operário que mais marcaram a indústria e os que se opuseram à ditadura e ao corporativismo, apresentando simultaneamente os mecanismos de defesa, de pressão e negociação desta classe laboriosa, socialmente tão desvalida, bem como as suas organizações legais e ilegais.

Inclui ainda o estudo da resistência oposicionista ao longo da década de 50 até às eleições presidenciais de 1958, revelando o declínio

da resistência operária que caracterizara a cidade na década anterior, apesar da intensidade com que se manifestou no apoio a Humberto Delgado. Foi contemplada a evolução do MUD Juvenil e do PCP e a influência do Movimento Nacional Democrático no operariado silvense.

### ***Corticeiros e resistência***

A história da indústria corticeira surge como pano de fundo deste estudo. A sua importância foi capital para o desenvolvimento social, cultural e político da cidade. Desde meados do séc. XIX, o desenvolvimento da indústria corticeira em Silves, num mundo cercado pelo meio rural, levava à configuração de um verdadeiro microcosmos que constituiu um terreno de observação com grandes potencialidades. As múltiplas formas de socialização reflectiram-se nas associações patronais e nas operárias, nas sociedades recreativas, nas cooperativas e nas instituições do poder local. As organizações resultantes destas formas de sociabilização operária foram também contempladas pela importância que tiveram na oposição operária à ditadura.

As acções e os movimentos dos industriais silvenses revelam-nos que eles estavam interessados na queda do executivo democrático republicano e na formação de um governo mais conservador. Os industriais pretendiam um estado desembaraçado dos empecilhos, dos partidos e da instabilidade inerente ao parlamentarismo, que conseguisse repor o equilíbrio orçamental, estabilizar a moeda, financiar o sector em crise, e que tivesse autoridade necessária para liquidar o movimento reivindicativo dos trabalhadores, isto é, dar satisfação às reivindicações patronais.

A repressão ocorrida durante as greves da Associação Cor-ticeira de Silves, em 1924, fez com que o dia 22 de Junho de 1924 permanecesse vivo, durante muitos anos, na memória dos silvenses, constituindo pelo seu impacto um marco simbólico na história do movimento operário de Silves, que “marcaria como ferrete o decénio seguinte”<sup>1</sup>. Do sentimento de revolta popular nasceu uma frase que ficou célebre no operariado silvense: “Não mais iremos para a rua com lenços na algibeira”. A repressão sobre a manifestação operária em Junho de 1924 teve resultados nefastos, que conduziram à radicalização do movimento sindical silvense, pois, até aí, as reivindicações operárias tinham beneficiado do clima “democrático” que suscitava inesperadas convergências entre os industriais e o operariado da cidade.

Mudadas as condições com o advento da ditadura, era necessário alterar as estratégias e intervenção operárias. O movimento sindical silvense chegara a um impasse...

A geração de militantes sindicalistas e anarquistas silvenses, liderados por Domingos Passarinho, dominava a Associação de Classe, revelando dificuldades em relação à nova situação imposta pela ditadura. O organismo sindical continuava a bater-se pelo cumprimento do horário de trabalho e contra a “exploração indecente” dos garotos, a quem era dado trabalho superior às suas forças em troca de um pagamento irrisório.

<sup>1</sup> Cf. João Madeira, «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *Mirante*, n.º 12, Dezembro de 1997, p. 6.

Além dos despedimentos, as fábricas encerravam ou reduziam o pessoal. As que se mantinham em laboração não iam além de três dias de trabalho semanal. Em 1926, o movimento operário silvense perdera a força de outrora. O falhanço das greves era o sintoma evidente da sua desmobilização. Os activistas operários eram despedidos e levados à emigração, e muitos outros afastaram-se, receando que lhes acontecesse o mesmo.

Ainda que defendendo tenazmente a sua posição ideológica na condução do operariado silvense, os sindicalistas foram perdendo influência em detrimento da corrente comunista, que melhor se soube adaptar às novas condições da luta política e social impostas pela ditadura.

No âmbito da oposição operária anarquista sobressaem, pelo testemunho, as vidas e acção de José Correia Pires e de José dos Reis Sequeira. Na emergência do PCP e na influência que teve no operariado silvense teve destaque especial a figura de Sebastião dos Ramos Viola Júnior.

O 18 de Janeiro é, sem dúvida alguma, um marco na vida do operariado silvense e nacional. Objecto de disputas ideológicas que subordinaram o seu estudo, só recentemente outros estudos sobre a greve de 18 de Janeiro de 1934 alteraram substancialmente, e bem, a meu ver, a ideia e análise historiográfica sobre esta greve no país e nomeadamente em Silves.

O 18 de Janeiro de 1934 deu o mote para a grande repressão que se abateu, durante décadas, sobre os operários silvenses que ousaram contestar o regime. Nesse primeiro momento de manifesta resistência à ditadura, o Estado Novo quis punir exemplarmente os que nele participaram. O destino dos mais responsáveis foi o degredo

---

em Angra do Heroísmo e depois, para alguns deles, no Tarrafal. A investigação policial dos acontecimentos foi atabalhoada e o apuramento das responsabilidades relativas à greve reflectiu-se nas penas atribuídas. Embora os principais responsáveis tenham sido os mais pesadamente condenados, muitos foram os que, com uma intervenção reduzida, foram severamente castigados, enquanto outros elementos com maior responsabilidade foram, de certo modo, poupados nas condenações que tiveram.

Relativamente à greve do 18 de Janeiro de 1934, impõe-se tecer algumas conclusões para esclarecer a minha posição enquanto investigadora, mas também para evitar a repetição de questiúnculas estéreis que têm gravitado à volta desta questão.

Se os testemunhos de Virgílio Barroso, de Manuel Pessanha, de Francisco Nicolau e de António Estrela tinham sido, até aqui, as mais importantes referências para o estudo desta greve em Silves, o contributo de José Gonçalves Vítor, meu entrevistado e, na altura, o único sobrevivente do 18 de Janeiro em Silves, foi muito útil e esclarecedor das divergências que os primeiros manifestaram e que os investigadores insistentemente equacionam.

Vejamos os aspectos a esclarecer: primeiramente, a velha questão sobre a direcção e sobre as acções preparatórias da greve por parte dos anarquistas e dos comunistas: estas foram juntas ou separadas?

As versões de Manuel Pessanha e de António Estrela, confirmadas agora por José Gonçalves Vítor, são, até melhor prova, as mais verosímeis. Na opinião de todos eles, cada organização procedera à preparação do movimento de forma separada e autónoma. O próprio armamento tivera proveniência diversa. À excepção de algumas



reuniões do comité clandestino de acção regional em Portimão com anarquistas, às quais assistiram elementos comunistas de Silves, outros de Monchique, Lagos e Messines, não são “visíveis, em Silves, quaisquer laços ou elos de ligação, ainda que ténues, entre as duas estruturas organizativas, como, apesar de tudo, acontece em Lisboa, Marinha Grande, Barreiro ou até Coimbra”<sup>2</sup>.

Esse facto não invalida, porém, que elementos comunistas e anarquistas tivessem tido contactos pessoais, pois entre muitos deles existiam relações de parentesco e de vizinhança. Assim, não creio na existência do “Comité Revolucionário de Silves”, bem como na sua composição e Direcção, apesar de serem repetidamente referidos pelos investigadores<sup>3</sup>, certamente com base nas declarações de Francisco Nicolau<sup>4</sup>, mas que outros testemunhos, anarquistas e comunistas, negam peremptoriamente.

Sobre os acontecimentos propriamente ditos do dia 18 de Janeiro, os comunistas e os anarquistas participaram nos apelos revolucionários à greve, conseguindo a paralisação total das fábricas. No entanto, não há dúvida alguma que os actos insurreccionais

2 Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. Ob. Cit.*, p. 432.

3 Cf. João Madeira, «A greve geral de 1934 no Algarve», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. cit.*, p. 528 e João Manuel Duarte Vasconcelos, *O 18 de Janeiro de 1934. História e Mitificação*, [Tese de Mestrado em História Contemporânea], policopiado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002, p. 96.

4 Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro», (artigo de Fernando Fitas) e *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1980, p. 9, «O 18 de Janeiro de Silves», (artigo de Alfredo Canana).

propriamente ditos foram protagonizados pelos anarquistas, nomeadamente o assalto à Associação de Classe e a acção que projectava invadir o posto da GNR, não fosse a chegada do comboio. Deste modo, a actuação das duas correntes patenteou a divergência estratégica definida anteriormente pelos dirigentes das mesmas no decurso dos preparativos. Mas, parece-me verosímil que, no dia 18 de Janeiro, na “arruaça” dos eventos, elementos de base de ambas tendências se encontrassem misturados<sup>5</sup>.

Também me parece importante referir que, apesar da greve ter sido total nos estabelecimentos fabris silvenses, corticeiros e moageiros, o comércio manteve-se aberto, com algumas excepções pontuais de comerciantes receosos ou solidários.

A dificuldade no apuramento dos “factos reais” e dos protagonistas da greve geral residiu não só nas fontes<sup>6</sup>, mas também na controvérsia dos testemunhos que se lhe seguiram. Foi meu objectivo que este estudo, eminentemente político-social, fosse no seu conjunto a história dos indivíduos que em Silves protagonizaram o mais alto momento de contestação operária no Algarve e que aí tiveram um

5 João da Conceição Valério teria tomado parte no grupo que assaltou a Associação de Classe. Vide ANTT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, Relatório Extraordinário do PV da PIDE de VRSA, Maio de 1939. Este documento é exemplar para verificarmos as confusões feitas pela Polícia entre os anarquistas e os comunistas.

6 A elevada quantidade de detidos no concelho dificultou o trabalho da Polícia e também dos investigadores. Dificultava também o facto de haver muitos parentescos entre os elementos das duas correntes. Assim, muitos documentos oficiais e outras referências induzem em erro, confundindo anarquistas e comunistas. A datação das prisões e dos autos de declarações dos detidos continua, quanto a mim, a ser até hoje o problema insanável da controvérsia posteriormente gerada.

papel (pre)dominante, e que contribuísse com factos inéditos, até aqui desconhecidos dos investigadores e que só uma história verdadeiramente local poderia trazer ao de cima.

A corrente anarco-sindicalista não conseguiu recuperar do golpe sofrido. Nunca mais atraiu ou mobilizou o operariado silvense. Por outro lado, a organização local do PCP não chegou a ser totalmente desmantelada. Tinham ficado os jovens da FJCP que, escassos meses após o 18 de Janeiro, reorganizaram o Comité Local e que promoveram as orientações da “Frente Popular”. Mas, em início de 1938, a captura de João Veiga arrastou para a prisão quase toda a organização do PCP no Algarve.

Apesar da vitória do regime e da prisão dos principais responsáveis, a agitação comunista continuou e até aumentou ao longo do ano de 1938.

As forças da oposição e o operariado silvense apoiaram a Espanha republicana. Foi nos tempos da Guerra Civil espanhola que se forjou a geração silvense que, na década seguinte, se opôs tenazmente ao regime salazarista. Essa geração tinha também o cunho republicano e anti-regime consolidado na Escola Comercial e Industrial de Silves, onde muitos operários faziam o curso comercial ou o industrial nocturno e onde pontificavam professores anti-salazaristas<sup>7</sup>.

O regime só conseguiu impor o novo sindicato corporativo em 1939, designando-o de Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros

7 Cf. João D' Alvor, *Ob. Cit.*, p. 5.

do Distrito de Faro<sup>8</sup> (SNOCDF). Silves ficou com a sede deste organismo, havendo uma secção em Faro.

A liderança do operariado era quase inexistente. Os golpes profundos desferidos pela PVDE no final dos anos 30 quase tinham levado à extinção do PCP. As sucessivas prisões dos mais importantes quadros partidários fizeram com que a segunda metade dos anos 30 fosse dramática para o PCP. Prisões, “infiltrações” e problemas de organização e divergências quase levaram ao desaparecimento do Partido. Foi neste período conturbado que o *Komintern* deixou de ter ligações com o PCP, que considerou infiltrado de provocadores a soldo da Polícia política.

Em Silves, como no país, o PCP atingiu nesta fase um dos momentos mais baixos da sua história. Presos os membros do Comité Local, em 1938, os simpatizantes encontravam-se dispersos e sem ligações, concentrando-se num grupo de aprendizagem de Esperanto. Estavam também ligados à cooperativa operária “A Compensadora” e à sua biblioteca, à Sociedade Filarmónica Silvense, ao Silves Futebol Clube e à Biblioteca Popular. Frequentavam a Escola Comercial e Industrial e o Teatro Mascarenhas Gregório.

Estas organizações, onde se “tentava incutir nos mais jovens as traves mestras para a formação ideológicas dos jovens operários”<sup>9</sup>,

8 O Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro, com sede em Silves, foi instituído por alvará de 3 de Julho de 1939. Como noutras situações, na escolha da localização da sede sindical não imperou o critério administrativo, mas sim a existência em Silves de um núcleo industrial e operário mais importante do que na capital administrativa do distrito.

9 Depoimento manuscrito de Joaquim do Nascimento Ventura, de Março de 2006.

foram o motor de aliciamento de uma nova geração de comunistas que se irá destacar na década seguinte, quer pela sua intervenção política quer pelo apoio prestado ao PCP.

Não foi senão na primeira metade da década seguinte que o PCP ascendeu a uma posição de hegemonia incontestada na oposição ao Estado Novo. Sob o regime ditatorial consolidado iniciara-se um novo período no seio do operariado silvense. A reorganização do PCP restaurou a confiança de muitos militantes de base. A nova Direcção<sup>10</sup> restabeleceu ligações com os velhos militantes e simpatizantes dos anos 30, que tinham perdido os contactos com o Partido durante o período de crise organizativa ou que, por falta de confiança, tinham recusado contactos com os anteriores dirigentes. Alguns dos velhos comunistas já se tinham, porém, afastado por conflitos pessoais e ideológicos.

Através da criação de uma organização sólida, de um trabalho sistematicamente organizado e de um eficaz sector de propaganda, o PCP foi a organização que se impôs na liderança do operariado silvense contra o regime ditatorial.

Simultaneamente, a II Guerra Mundial criava as condições para a unidade da oposição e também para uma certa eficácia da resistência

10 A estrutura do PCP a partir da reorganização era a seguinte: um Secretariado composto por 3 membros – Álvaro Cunhal (Duarte), José Gregório (Alberto) e Manuel Guedes (Santos) – um Comité Central formado por cerca de 12 elementos, Comités Regionais nas áreas principais do País (Lisboa, a Margem Sul do Tejo, o Alentejo, o Algarve, o Ribatejo e o Oeste – litoral e norte de Lisboa – e o Norte) e as células de base agrupadas por local do trabalho ou profissão. Havia quase sempre pelo menos duas tipografias clandestinas e outras munidas das técnicas específicas, nomeadamente “um aparelho de fronteira” para as comunicações com e através da Espanha.

ao regime de Salazar. As dificuldades vividas eram muitas. A indústria corticeira não beneficiara com a guerra e agonizava lentamente. O trabalho de sapa dos comunistas continuava e parecia dar frutos. Os militantes e simpatizantes do PCP, apesar de todo o controlo e vigilância a que eram sujeitos, predominaram no seio do operariado silvense. José Rodrigues Vitoriano foi o paradigma exemplar da reorganização operada no PCP na província do Algarve.

Na conjuntura do fim da Guerra, crescia a esperança na queda do regime ditatorial. A organização comunista silvense cresceu como nunca, tendo alcançado no pós-guerra o seu apogeu. A orientação era clara: nas fábricas e nos campos, os movimentos reivindicativos deveriam ganhar nova intensidade, devendo para isso multiplicar-se as reclamações sobre salários, horário de trabalho, descontos, etc.. Para tirar o maior proveito possível do conjunto das actividades reivindicativas foi indispensável a combinação entre o trabalho legal e o clandestino, articulado ao longo da segunda metade dos anos 40, e na qual o Sindicato Nacional e as Casas do Povo foram “chamados e arrastados à luta”<sup>11</sup>.

Em 1945, o PCP emergia em Silves como uma autêntica alternativa revolucionária, dominando o movimento de massas, conseguindo agregar o operariado corticeiro no Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros, promovendo e conduzindo as reivindicações junto dele. A separação dos aparelhos sindical, partidário e de imprensa

11 Cf. David L. Raby, «O MUNAF, o PCP e o Problema da Estratégia Revolucionária da oposição, 1942—1947», in *Ob. Cit.*, pp. 695.

na organização local trouxe à militância muitos operários, que rapidamente assumiram funções de «quadros» nos comités de empresa, nos comités locais e nos comités regionais. Circunstâncias diversas provocaram consecutivas mutações na organização. Uma subida de escalão produzia alterações nos comités constituídos.

O PCP tomou a sério as prometidas eleições sindicais. Em 1945, “uma grande parte dos trabalhadores já estava consciente do interesse que havia, para eles próprios, de utilizarem os sindicatos nas suas lutas reivindicativas”<sup>12</sup>. A eleição de José Vitoriano para Presidente do Sindicato provocou, por sua vez, mais uma reorganização do Comité Local e a subida de novos elementos e marcou uma nova etapa no movimento sindical algarvio com novas perspectivas na luta do operariado<sup>13</sup>.

A liderança de José Vitoriano foi favorável ao desenvolvimento das reivindicações operárias e criou subtilmente as maiores dificuldades ao patronato e ao Instituto Nacional do Trabalho (INT). O novo dirigente sindical silvense passou a desempenhar um papel activo nas lutas da classe corticeira, em vez do papel amortecedor e sabotador que o regime pretendia dos quadros sindicais corporativos, pois era conhecedor dos muitos problemas que afectavam a classe, o desemprego e a falta de géneros e, simultaneamente, da organização local do PCP.

12 Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

13 Cf. *Vértice* 68, Setembro/Outubro 1995, p. 6, «Apontamentos sobre a luta sindical durante o fascismo» (artigo de José Vitoriano).

A adesão da juventude silvense ao MUDJ foi notável. Os seus pioneiros em Silves foram operários, mas o movimento agregou à sua volta amplos sectores da juventude, nomeadamente os filhos de comerciantes, de industriais e da classe média de todo o concelho. Foi na juventude operária e nos estudantes que o movimento juvenil teve os mais destacados activistas. O MUDJ foi uma verdadeira escola de formação de simpatizantes e de quadros do PCP<sup>14</sup>, que tiveram um papel determinante na oposição na década seguinte. A primeira geração do MUDJ silvense forneceu novos quadros ao PCP local, além de vários pontos de apoio. A organização juvenil ganhara amplo apoio entre os operários algarvios, tendo organizado “em armazéns reuniões de setenta e oitenta pessoas da classe conserveira, corticeira e pescadores”<sup>15</sup>.

Devido ao trabalho clandestino e a uma eficiente organização<sup>16</sup>, com base no sector operário corticeiro, Silves foi fundamental

14 Exemplos desta situação foram os casos de Carlos Costa, Ângelo Veloso, Carlos Aboim Inglês, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Maria da Piedade Morgadinho, Ilídio Esteves, António Abreu (Pai), Areosa Feio, Hernâni Silva, João Honrado, Mário Soares e Salgado Zenha.

15 Cf. Manuel da Silva, *Ob. Cit.*, pp. 32 e 33, e José Tengarrinha, «Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo», in *Revista de História das Ideias, Do Estado Novo ao 25 de Abril*, n.º 16, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 389, nota 3.

16 Em 1948, a organização comunista estabelecia-se à escala provincial, ou seja, estava ramificada em toda a província do Algarve. Esta ramificação era dirigida e orientada por um Comité Provincial composto por três membros, sendo dois deles em situação legal e um funcionário clandestino. Esse Comité Provincial controlava, por sua vez, três Comités Regionais. O Comité Regional n.º 1 abrangia as áreas dos concelhos de Silves, Portimão e Lagos. O Comité Regional n.º 2 abrangia os concelhos de Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel. O Comité Regional n.º 3, os de Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Havia comités locais em todas essas cidades. O controlo do Comité Regional n.º 2 era feito directamente pelo funcionário do PCP, porque aí a organização não era forte, tinha apenas



para que o PCP construísse “nos anos quarenta, uma das mais poderosas e estruturadas organizações regionais, cobrindo o Algarve de Barlavento a Sotavento”<sup>17</sup>.

Esta organização seria, segundo o Chefe de Brigada Fernando Gouveia, desmantelada “por completo”<sup>18</sup> em 1948, conduzindo à prisão os principais elementos da organização comunista silvense e algarvia. Dos 55 presos algarvios, 47 foram a tribunal. A 5 de Abril de 1949, foram condenados 38 réus<sup>19</sup> e absolvidos 9<sup>20</sup>.

Os anos 50 revelam o declínio da oposição que caracterizara a década anterior<sup>21</sup>. Silves não foi exceção. O regime salazarista conseguiu, habilmente, ultrapassar a pressão política interna e externa provocada pelo desfecho da II Grande Guerra.

A nível interno, os mecanismos repressivos do regime mantiveram-se e, nalguns casos, endureceram devido à experiência acumulada. A ilegalização do MUD e os golpes desferidos no PCP no final da década de 40 muito contribuíram para o controlo da situação política.

algumas «pontas» em Loulé, Albufeira e São Brás de Alportel. Além da organização provincial, regional e local, a organização sindical, que constituía um sector à parte, levava a cabo a infiltração nos mais importantes Sindicatos Nacionais da região. O PCP tinha também os seus delegados nas comissões concelhias e regionais do MUD e do MUDJ.

17 Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Ob. Cit.*, Vol. II, p. 141.

18 Cf. Fernando Gouveia, *Ob. Cit.*, p. 261.

19 Cf. *República*, n.º 6613, 6 de Abril de 1949, p. 5, «O Plenário».

20 Cf. IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 1.º Vol., capa do processo.

21 Cf. António Ventura, «A crise da oposição no início dos anos cinquenta», in Sérgio Campos Matos, (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 254.

Por outro lado, a oposição unitária tivera o seu canto do cisne após a campanha eleitoral de Norton de Matos.

Assim, os anos 50 significaram para a oposição “uma longa travessia no deserto”. A agitação política e social fez-se sentir principalmente nos momentos eleitorais, embora sem a pujança de outrora. O PCP teve grandes dificuldades em manter as ligações com o Algarve, nomeadamente com Silves, conseguindo, porém, ter permanentemente uma estrutura local organizada.

Em 1958 o regime ditatorial passou por uma das mais duras provas da sua existência, a candidatura de Humberto Delgado.

O ano de 1958 trouxe novos elementos para o PCP e revelou a importância dos jovens do MUDJ na direcção e organização das actividades políticas. A esperança na mudança do regime que voltara a surgir na campanha de Humberto Delgado, conseguindo galvanizar à sua volta as diversas hostes oposicionistas, gorou-se rapidamente. A contestação à burla eleitoral fez-se sentir tardiamente no meio operário da cidade, tal como no resto da província<sup>22</sup>. A 30 de Junho de 1958, os operários de sete empresas de Silves paralisaram o trabalho como protesto à burla eleitoral, concentrando-se junto à Fábrica do Inglês. “Ao amanhecer, a cidade encontrava-se coberta de inscrições, as paredes das fábricas e as estradas pelos campos fora. As ruas estavam juncadas de tarjetas que eram disputadas pelo povo”<sup>23</sup>. As tabernas

22 Cf. Fernando Rosas, «A lenta agonia da salazarismo», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. VII, 1994, p. 538.

23 Cf. *Avante!*, VI Série, n.º 259, Julho de 1958. p. 2, «Na grande jornada nacional de protesto».

e outros estabelecimentos comerciais mantiveram-se encerrados até ao regresso dos operários ao trabalho. O movimento de contestação operária prosseguiu nos meses seguintes<sup>24</sup>.

A campanha eleitoral evidenciara os oposicionistas ao regime e a vigilância e repressão acentuou-se sobre os apoiantes de Delgado<sup>25</sup>. José Malaquias Pinela foi preso pela PIDE a 29 de Julho de 1958. A detenção deste funcionário revelou-se gravosa para a organização do PCP no Algarve<sup>26</sup>. As suas extensas declarações à Polícia política provocaram mais uma leva de prisões em Faro, Portimão e Olhão<sup>27</sup>.

Os tempos eram de retrocesso em toda a oposição. O movimento eleitoral gerado pela candidatura de Humberto Delgado foi-se desmobilizando, reaparecendo a ideia da necessidade de um golpe militar para derrubar o regime.

Os elementos comunistas mais activos estavam plenamente referenciados e vigiados, pelo que abandonaram Silves rumo à Margem Sul do Tejo. Pela sua profissão e quantidade, tiveram um papel de destaque nesta região. Os mais activos elementos, em alguns momentos, assumiram a liderança no controlo e na organização local do PCP na cintura industrial a sul do Tejo. A maior parte dos silvenses aí radicados manteve uma permanente actividade política ou atitude

24 *Ibidem*, n.º 265, Outubro de 1958, p. 3, «Luta Corticeira».

25 Cf. IAN-TT, PIDE/DGS SC SR 1650/49 UI 2650, Sidónio Nunes Pacheco, fl. 11, Relatório Semanal de Setembro do PV da PIDE de Faro ao Director da PIDE, de 23 de Setembro de 1958.

26 Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Ob. Cit.*, Vol. III, pp. 681 e 683.

27 Sobre estas prisões vide IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1203/58 UI 5245, Manuel Campos Lima e P. Ind. 479/GT NT 1413, Isidro da Conceição Paula.

---

contra a ditadura, quer integrando o movimento operário e grevista, quer na organização anarquista ou no PCP, quer apoiando os fugidos à Polícia e os que precisavam de solidariedade.

Muitos fugiram de Silves por serem procurados pela Polícia, outros fizeram-no em busca de melhor vida. Outros, pela vigilância cerrada a que estavam sujeitos, desligaram-se do PCP e da actividade política. O declínio da indústria corticeira conduziu também à diminuição do operariado na cidade. A organização do PCP ficou a cargo de antigos simpatizantes e novos militantes que não estavam preparados para a dureza e complexidade das tarefas exigidas.

Silves era uma terra “queimada” pela PIDE e perdeu para Portimão a liderança dos movimentos oposicionistas da década de 60 no Barlavento e no Algarve.

---

## ***Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais***

UM DESAFIO PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

---

O recrudescimento dos conflitos sociais na última década impulsionou o regresso à academia do estudo do movimento operário e dos movimentos sociais. O Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do IHC pretende ser parte deste processo: recuperar, fomentar e divulgar a história do trabalho, do movimento operário e dos movimentos sociais, e dos conflitos sociais dos séculos XIX e XX. Desde o início construímos este Grupo com o objectivo de acolher investigadores de universidades e unidades de investigação nacionais e internacionais que estudem, no período contemporâneo, o movimento operário. Privilegiamos uma abordagem interdisciplinar que mantenha a componente histórica como essencial no desenvolvimento das investigações, bem como a integração nestes estudos das principais discussões teóricas e debates da historiografia contemporânea. Não podemos por isso deixar de nos regozijar com esta iniciativa que junta um vasto número de investigadores, com trabalhos de fôlego, sobre as áreas industriais e as comunidades operárias no sul de Portugal, de forma interdisciplinar, porém histórica, e aberta academicamente.

Estamos perante um grande desafio neste campo. As obras que têm marcado a historiografia contemporânea privilegiam o papel dos

sujeitos representativos, partidos, sindicatos, instituições, governos, centrando-se nos arquivos institucionais ou entrevistas actuais a quadros dirigentes dos processos. É notório ainda hoje o predomínio que obras centradas em direcções políticas e tendo como fonte principal os próprios dirigentes políticos (com um *boom* de história oral feita com dirigentes de Estado, de partidos, de associações, de escolas, etc.) tem sobre os estudos que abordam as classes sociais. Atropelada por uma história de cunho liberal a história social em muitos países viu-se mesmo privada da parte social e reduziu-se à história económico-empresarial.

Este recuo poder-se-ia atribuir ao perene problema das fontes, que é sempre referido quanto se trata de analisar a história das classes trabalhadoras e populares. Carlo Ginzburg, por exemplo, inicia o seu *O Queijo e os Vermes* justamente lembrando que «A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do género se chocam».<sup>1</sup> Mas a escolha da abordagem historiográfica que fazemos é central e não diz respeito só a um problema de fontes. As classes trabalhadoras fazem a História nas fábricas, nos quartéis, nos campos, nas ruas, deixando-nos fragmentos desta história nas suas memórias, na sua imprensa, nos seus panfletos, nas suas anotações. O problema central não é o das fontes, mas o de haver historiadores disponíveis para trabalhar determinado objecto, como escreveu Eric Hobsbawm no

1 GINZBURG, Carlo, *O Queijo e os Vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 11. 3.

ensaio «A História de baixo para cima»: «Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo material».<sup>2</sup>

Investigar e compreender a história social, e nela a história do movimento operário, o esqueleto, nas palavras de Chris Harman<sup>3</sup>, é uma opção que em si contém pelo menos duas escolhas: em primeiro lugar, a admissão da autonomia relativa da teoria, ou seja, a assunção de que os documentos não «falam por si», como quiseram outrora os positivistas e como hoje, de algum modo, apontam as teorias pós-modernas, ao ocultarem-se numa indiferenciação das causas explicativas do processo histórico. Dito de outra forma, o historiador parte de uma teoria para a verificação de se se confirma ou não na realidade; e procura explicar essa realidade hierarquizando, numa história em construção, os factores que contribuíram para um dado acontecimento. Em segundo lugar, implica também escolher como protagonistas os sujeitos sociais (classes e suas fracções), em alternativa a uma abordagem que olha a história pelo prisma dos *sujeitos representativos* (elites), procurando dessa forma eliminar do desenvolvimento social a noção de conflito colectivo.

2 HOBBSAWM, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 220.

3 HARMAN, Chris, *A People's History of the World*, London-Sidney, Bookmarks, 2002, p. IV.

Revisionismo, como escreveu Eric Hobsbawm<sup>4</sup>, não é todo e qualquer processo de escrita da história – como pretendem precisamente as teorias pós-modernas<sup>5</sup> –, mas almejar a construção de uma história sem dados da realidade que a verifiquem, ou sem hierarquizar a importância dos acontecimentos, ou ainda ocultando dados fulcrais da análise. A história social não pode ser feita relegando para um segundo plano os conflitos sociais. Um historiador da cultura pode só estudar uma determinada cultura operária, um historiador dos conflitos sociais pode só estudar uma greve mas um historiador social não pode deixar de estudar a greve e a cultura operária. E dificilmente pode arriscar não hierarquizar estes factores e definir a qual deles vai dar mais importância para compreender um determinado acontecimento.

Uma história amputada da história do trabalho, ou seja, a história da produção e da reprodução da sociedade, não pode ser uma história total que permite compreender a vida dos homens. Os estudos monográficos, como se pode ver pelo extraordinário sucesso desta iniciativa – afinal onde se podem juntar em Portugal mais de um trinta de investigadores que se debruçam sobre o movimento operário? – foram um refúgio durante muito tempo para aqueles que sempre consideraram o estudo das classes oprimidas e trabalhadores, nas palavras de Hobsbawm dos «de baixo», um estudo central.

4 HOBBSAWM, Eric, *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

5 Para uma análise da relação entre pós-modernismo e história ver WOOD, Ellen, *Em Defesa da História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.



---

A estes estudos está assim colocado um grande desafio. Porque a história social também não pode ser uma história total se se cinge ao fragmento, à vila, ao bairro. Eric Hobsbawm falou em 1989 de crise da história do movimento operário, Van der Linden 20 anos depois vem lembrar que essa crise hoje ultrapassada deu porém origem a novos perigos, entre eles o da excessiva fragmentação. Uma história total terá sempre que partir do bairro, da fábrica, da empresa, do particular, para a história social ou seja a história da sociedade.

No horizonte da pesquisa monográfica estão questões da História: Quem era esta classe trabalhadora? Como se formou historicamente? Que métodos de organização privilegiou? Ela foi sobretudo sindicalista ou evoluiu para uma consciência política? Qual foi o seu papel histórico nos grandes confrontos da sociedade portuguesa dos séculos XIX e XX?

Estas são algumas das grandes questões que estão no nosso horizonte para explicar as sociedades humanas. Fazer-se esta opção, a da história do trabalho, das relações que se estabelecem no mundo do trabalho e do conflito que daí resulta, que genericamente denominamos de conflitos colectivos, abrir-nos-á invariavelmente uma «caixa de Pandora», deixando-nos surpreender pelos acontecimentos, permitindo-nos recuperar essa dimensão *histórica* da história, ou seja, a capacidade dos seres humanos de fazerem a sua própria história.

Quero terminar agradecendo e desejando a todos um excelente colóquio.

---

## ***A Greve na Indústria de Lanifícios da Covilhã em 1941***

O INÍCIO DA AGITAÇÃO OPERÁRIA EM PORTUGAL  
DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

---

*«Então as greves não são proibidas? – perguntou.*

*No grupo em que eles se encontravam houve um súbito silêncio.*

*Também havia de ser proibido deixar-nos morrer de fome, e não é – exclamou por fim, Tramagal.»* (Castro 1985, p. 198)

O impacto da Segunda Guerra Mundial veio abalar os alicerces do Regime que se constituiu e consolidou ao longo da década de trinta, tendente à repressão e eliminação das tensões e contradições entre os diversos sectores da sociedade portuguesa. Através de um forte enquadramento ideológico e de uma política preventiva e repressiva, conseguiu estancar o movimento operário. O conflito mundial iria, contudo, produzir em todos os países envolvidos, mesmo aqueles que mantiveram a sua neutralidade ao longo do período, um forte impacto económico, político e social. Devido ao alcance totalizante dos efeitos de guerra a todos os sectores da sociedade assistir-se-á, neste período, a um conjunto de factores que vieram destabilizar a, já por si, precária vida do operário português, como a inflação, o racionamento, a especulação e o desvio de bens de primeira necessidade para mercados paralelos. A percepção das desigualdades sociais aumentava e a organização corporativa parecia não corresponder às

reivindicações operárias. Os órgãos do Governo tentaram cortar a contestação na sua raiz: através de uma política de censura nos jornais – com as notícias sobre os acontecimentos do conflito mundial e as suas consequências a serem efectivamente filtrados.

É sensivelmente a partir de Julho de 1940 que os efeitos da Segunda Guerra Mundial se começam a fazer sentir de forma mais intensa na vida económica e social de Portugal, país que, a partir daquele momento, passou a ser considerado como «neutro adjacente». Naquele mês de 1940, dá-se o momento-chave que inaugura uma nova fase da guerra. A retirada do exército anglo-francês de Dunquerque, bem como a queda da França, foram um rude golpe nas pretensões dos Aliados. A 13 de Julho de 1940, no contexto do bloqueio económico britânico, havia sido aplicado o racionamento aos países ibéricos e, em Agosto, decretado o sistema de *navicerts*, implementando-se, desta forma, um rígido controlo sobre a actividade comercial. Em Junho de 1941 dá-se o ataque alemão à União Soviética, e Portugal tornar-se-á o principal abastecedor de volfrâmio à beligerante alemã, como consequência do corte das vias de abastecimento oriental, o qual a impedia de ter acesso ao volfrâmio chinês. É neste particular contexto que a política económica de guerra e o bloqueio económico acentuam a sua pressão sobre os países neutrais. O atraso no estabelecimento do tabelamento de géneros, o racionamento das importações através de quotas em níveis inferiores aos das necessidades habituais, os maus anos agrícolas de 1940 e 1941, a exportação legal ou de contrabando de bens para a Alemanha, o açambarcamento e o mercado negro, vão fazer que, no Outono de 41, se dê a rarefacção dos produtos e dispare a inflação no país (Rosas 1990, pp. 49-75).

Na Covilhã, os salários dos operários não chegavam para satisfazer os requisitos mínimos. Um trabalhador de Estambre – secção onde se iniciou a greve e que congregava cerca de 1200 operários, constituindo uma maioria no sector fabril – ganhava à volta de 8\$ diários, a maioria com família constituída, com dois, três e quatro filhos<sup>1</sup>. Para uma suficiente alimentação calórica de um agregado familiar, em 1943, era necessário um salário diário de 28\$85. Mesmo prevendo que a inflação entre 1941 e 1943 tenha aumentado, podemos supor que o salário médio diário destes operários estivesse muito aquém de satisfazer as necessidades alimentares mais básicas – «neste contexto é de subalimentação crónica e de fome que falamos» (Madeira 2007, p. 340).

É então que, a partir de Julho de 1941, começam os pedidos de aumentos salariais. Como resposta, o Sindicato Nacional (SN), por parte do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP), fará chegar ao conhecimento dos operários da indústria de lanifícios, no mês de Setembro, a existência de «umas fichas que deviam ser preenchidas pelos operários e onde deveria constar as condições da vida de cada um deles»<sup>2</sup>. De modo a minimizar a contestação social, a proposta do INTP passava por conceder um aumento pontual para suprir as necessidades daqueles operários que mais dificuldades apresentavam, chamado de subsídio familiar. A concessão deste benefício salarial seria realizado «não arbitrariamente, mas sim sobre uma base

1 Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 de 13 de Dezembro. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

2 Idem.

de justiça em que se atenda ao grau de necessidade do beneficiário, determinado pelo maior ou menor salário, encargos de família, etc.»<sup>3</sup>. Um aumento global para o conjunto do operariado era, nesta altura, incompatível com a política económica do Governo:

*Sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente, e isso importava na vida económica o emprego dos máximos esforços no sentido da estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários. (...) as razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do poder ou magia da liberdade (Salazar 1943, p. 323).*

Num período em que o «custo de vida aumentou consideravelmente», para além da «falta que se nota nos generos de 1<sup>a</sup> necessidade», o conjunto do operariado passaria por sérias dificuldades económicas. A demonstrar a difícil situação dos operários de lanifícios, «foram inúteis todos os avisos, comunicados e pedidos de comparencia no Sindicato, onde nem um operário compareceu para preencher as fichas» do INTP, com as quais este instituto estudaria o aumento pontual do salário a alguns operários<sup>4</sup>. A reivindicação tornara-se

3 Circular do GILC, de 1 de Setembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e o GILC.

4 Relatório da PVDE, *cit.*

comum a todos os trabalhadores da lã: desejava-se um aumento para todos e não para alguns.

Em Outubro, o operariado voltaria a pressionar as estruturas corporativas para que estas reavaliassem a sua situação, através da constituição de uma comissão de operários. Canalizando as suas reivindicações através do sistema legal e corporativo do Estado Novo, a comissão de operários fez chegar ao SN um manifesto sobre a situação do operariado têxtil e o aumento do custo de vida causado pela guerra. Neste relatório, entregue à direcção do SN, no qual se pedia «o interesse do Estado as suas reivindicações», estariam os preços dos bens de primeira necessidade e explícito o problema do salário que auferiam ser insuficiente para suprir as necessidades mais básicas de uma família operária<sup>5</sup>.

Nesta altura, embora o pedido tivesse sido considerado «modesto e justo» por parte da direcção do SN, foi respondido aos operários que os assuntos referentes aos aumentos salariais demorariam o seu tempo, e que não era de um dia para o outro que se decidiam matérias desta importância. Faziam ainda referência à oportunidade perdida de aumento salarial para os mais necessitados, em forma de subsídio familiar, na recusa do preenchimento das fichas do INTP<sup>6</sup>. Duas semanas depois, a 4 de Novembro de 1941, surgindo

5 Sobre a constituição de uma comissão de trabalhadores que juntaria dois operários por cada uma das três fábricas mais importantes da Covilhã ver os vários Autos de Perguntas, pela PVDE, aos indivíduos presos na greve de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, «O Boga» e outros.

6 Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941 in *Processo PIDE/DGS*, cit.

rumores de que o pedido de aumento salarial ainda não havia sido enviado ao INTP, o operariado começara a perder a esperança depositada na direcção do SN, que acusavam de ter metido o manifesto dos trabalhadores «no arquivo». A greve iniciar-se-ia no dia seguinte, a 5 de Novembro de 1941.

A ineficiência do sistema corporativo, ao não dar resposta às reivindicações do operariado, seria mais tarde criticada, aquando da redacção do parecer da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), enviada àquela cidade após a greve. Segundo esse parecer, se da parte dos «proprietários das fábricas e da Direcção do Sindicato tivesse havido mais providência e atenção, a greve não se teria talvez realizado, ou então teria ficado (...), circunscrita às Secções de Estambre». Quanto aos proprietários das fábricas, constou aos inspectores da PVDE que nenhum deles havia «chamado à razão os operários: muitos primaram pela ausência; outros foi preciso obriga-los quasi a terem as caldeiras acesas e as fabricas abertas, aptas a receberem os operários». Numa região essencialmente mineira «e donde qualquer curioso pode extrair em meia duzia de horas e com uma simples enxada toneladas de minério de facil e remuneradora venda, ela viu de um momento para o outro aparecem individuos que sem olhar a preço compram tudo quanto no mercado aparece. Daí uma baixa de compra no numerário e em desequilíbrio no orçamento do operário e daí ainda o pedido de aumento de salário dos operários da Secção de Estambre». Porém, apesar da falta de providência, tanto do SN como do patronato, os operários não estavam ilibados de culpa: «O caso não era para isso; os interesses não eram gerais, a situação europea é grave e o País só não sente os resultados da guerra em

todos os campos da vida económica, devido às milagrosas medidas do incomparável Homem de Estado que Deus nos deu. Infringiram a Lei e nada os pode nem deve desculpar, nem sequer o meio em que vivem: a Covilhã»<sup>7</sup>.

Quinze operários covilhanenses e um soldado foram presos entre o dia 5 e o dia 6 de Novembro de 1941<sup>8</sup>. Terão sofrido diversas torturas durante o curto período em que se encontraram na esquadra da PSP da Covilhã<sup>9</sup>. São posteriormente enviados para a prisão do Forte de Caxias. Em Dezembro, cerca de cinquenta operários e operárias juntar-se-ão aos seus colegas em Caxias. Após esta data, e depois de uma enérgica repressão por parte das forças policiais e da PVDE, veio a assistir-se a um interregno na agitação social e política no Concelho da Covilhã, apesar das condições se deteriorarem à medida que as consequências da Segunda Guerra Mundial se alastravam.

No dia 5 de Novembro de 1941, os operários «ao receberem os seus salários, e verificando que não lhes foi concedido qualquer aumento, preveniram os patrões de que não voltariam a trabalhar,

7 Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941 *in* Processo PIDE/DGS, *cit.*

8 Ver: Processo PIDE/DGS, *cit.*

9 «no interesse de todos, têm de acabar, na Covilhã, de uma vez para sempre, as frequentes para-lizações de trabalho, utilizadas como meio de agir, sob pena de, por irreflexão de alguns, tôda a indústria vir a sofrer (...), na memória de todos deve estar ainda bem presente o que se passou nesta cidade, em Dezembro de 1941. Que meditem bem nisto os interessados», Aviso da PSP da Covilhã, de 13 de Dezembro de 1946. CDAH/ML-UB, corresp. entre a FA e a PSP; «a alusão ao que se passou em 1941 é respeitante às muitas prisões então feitas, aos espancamentos que o seu antecessor fez e aos tiros de metralhadora que feriram e inutilizaram alguns operários grevistas. Não chegou a haver greve.» (Raimundo 1984, p. 53).



enquanto não vissem satisfeitos os seus desejos»<sup>10</sup>. Pouco depois, às 14 horas, uma multidão de operários e operárias invadia a Fábrica Alçada, com o intuito de dispersar os colegas que nela se mantinham a trabalhar. O conjunto dos grevistas, de «quási todas as fábricas» da Covilhã, já tinha estado em duas outras fábricas, antes de ser surpreendido por alguns soldados, aquando do fecho dos portões da fábrica, que os levariam sob prisão até à esquadra da PSP. Dez operários foram presos à saída da Fábrica Alçada. Os restantes serão presos como consequência de denúncias e um outro, nas manifestações de rua. Várias mulheres são inquiridas mas, na greve de Novembro, nenhuma é detida. É chamado um investigador da PVDE à cidade, José Maria Branquinho, que dará início aos interrogatórios.

Na invasão da Fábrica Alçada destacam-se dois indivíduos, de acordo com o relatório da PVDE: um deles, de nome Gilberto Duarte, era um soldado que pertencia ao Batalhão n.º 2 daquela cidade. Será o único a ser levado ao Tribunal Militar Especial (TME) e só será libertado muito depois dos outros grevistas o serem<sup>11</sup>. O outro, Felisberto Fernandes Berto, de 28 anos e operário de lanifícios, morreria a 20 de Dezembro de 1941, no Hospital do Desterro, em Lisboa, poucos dias antes dos seus colegas serem soltos<sup>12</sup>. Este operário foi dos que mais

10 Relatório da PVDE, *cit.*

11 Ver: AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

12 Felisberto Fernandes Berto aparece como uma das vítimas do Regime (AAVV 1984, p. 133); Este operário, detido aquando a greve de Novembro, morreu com uma úlcera, segundo o diagnóstico médico: «entrada no Hospital do Desterro no dia 1 de Dezembro e falecimento no dia 20 de Dezembro de 1941; Felisberto Fernandes Berto, filho de António Fernandes Berto e de Maria dos Santos da

se havia destacado na greve, destruindo uma máquina na tentativa de a paralisar, aquando da invasão da Fábrica Alçada<sup>13</sup>.

A cidade foi colocada sob alerta, e deu-se início ao policiamento apesar de, nas ruas, se manter uma certa acalmia. Na noite de 5 de Novembro, os operários reuniram-se na sede do SN, onde estava presente o delegado do INTP na Covilhã, Antão Santos Cunha e o Comandante da PSP. O delegado do INTP «enumerou os benefícios que os operários teem recebido e ainda não era tudo, o Governo continuava a trabalhar para que aos operários fossem dadas novas regalias e não era assim que se faziam as reclamações». Os operários exigiam a libertação dos detidos, visto ter sido «um acto de exaltação», ao que o delegado do INTP retorquiu que, «embora inconscientemente, fizeram-no e têm que receber castigo». Posto isto, «foi deliberado pelos operários que ninguém retomaria o trabalho, sem que fôsem restituídos à liberdade os operários presos e lhes fôsse dado o aumento

Piedade, idade 28 anos, casado com Maria José Moraes, operário de lanifícios, natural de São Martinho, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, residente no Bairro do Castelo, freguesia de Santa Maria Maior, concelho da Covilhã; diagnóstico, úlcera.», in Hospital de São José, NT 8890, registo de entrada nº 153; na greve de 1946, na Covilhã, também se deram outros casos de úlcera diagnosticada aos detidos: «Estive lá cerca de 8 meses [Caxias], o trato era péssimo, foi lá que criei uma úlcera no estômago, tive que se operado.» (Raimundo, 1984, p. 84).

13 Auto de Perguntas de Felisberto Fernandes Berto, «O Boga», em 18 de Novembro de 1941, in Processo PIDE/DGS, *cit.*

pedido»<sup>14</sup>. Todas as fábricas de lanifícios da Covilhã, Tortozendo e Aldeia do Carvalho suspenderam o trabalho<sup>15</sup>.

No dia seguinte, a 6 de Novembro, pela manhã, diversas patrulhas policiais encontravam-se nos portões das fábricas da cidade para permitir o normal funcionamento das mesmas. Mas os operários não compareceram às 8 horas, como habitualmente, para dar início a mais um dia de trabalho. A ordem tinha sido interrompida e os operários tinham decididamente levado a greve avante: os operários seguiram até ao largo central da cidade – local simbólico pela sua centralidade e por lá albergar a sede da administração do concelho e o comando e esquadra da PSP, onde os guardas mantinham os operários presos no dia anterior.

A «grande multidão de ambos os sexos» que se dirigira em grande «algazarra e atitude hostil» até ao Largo do Pelourinho, era encabeçada por mulheres e crianças, surpreendendo a PSP e a GNR, que tinha um diminuto contingente disponível para fazer face aos milhares de operários que até lá se deslocaram<sup>16</sup>. O protagonismo das mulheres e crianças nesta greve assume um carácter que não

14 Exposição de Alberto Borges, *cit.*

15 Auto de Perguntas de Amélia Pereira, «a Priora», em 12 de Novembro de 1941, in *Processo PIDE/DGS, cit.*

16 «Apenas com 3 soldados (...) que me acompanhavam, e com o Chefe e 5 guardas da polícia, que ali compareceram, foi estabelecido um cordão, para não deixar avançar mais a multidão, a qual aconselhei e intimei a não avançar mais e a debandar, pois que com aquela atitude nada poderiam conseguir que a beneficiasse, podendo até ser bastante prejudicada», in *Relatório da GNR, de 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, cit.*

pode ser desprezado: por um lado, o papel da mulher na gestão da economia familiar é central e, por outro, também elas estavam substancialmente envolvidas no trabalho fabril ou no trabalho doméstico feito para fábricas, sendo os seus salários francamente inferiores aos dos homens<sup>17</sup>. A seguinte passagem de *A Lã e a Neve* ilustra bem a importância da mulher no lar covilhanense:

*Ao contrário dos filhos, à Júlia e a outras mães esses sombrios dias inverniais pareciam curtíssimos. Elas constituíam como que o centro de cada lar, o eixo de cada família e o tempo corria-lhes mais rápido do que a chuva sobre os telhados. Elas tinham de forçar a imaginação para obter alimentos baratos, de forma a que todos comessem dentro da exiguidade dos salários – e, no Inverno, isso era-lhes mais difícil. Elas tinham de vestir os filhos, cortando, adaptando, remendando velhas roupas: e à faina doméstica, todos os dias iguais, juntavam, muitas vezes, trabalhos para as fábricas. (Castro 1985, pp. 120-121).*

De facto, muitas operárias terão feito greve em Novembro de 41. Nas actas da secção feminina do SN, a direcção reprovava as «atitudes de afrontos e desordens a que grande parte se lançou e muito mais o sentimos quanto é certo que dele tomou parte grande número das nossas associadas»<sup>18</sup>. Quanto aos menores, entravam para as fábri-

17 Em 1943, dos 5029 operários na indústria de lanifícios da Covilhã, 1273 eram mulheres. Não sabemos, contudo, se este número inclui o trabalho feito em casa para as fábricas. Sobre o número de operários da indústria de lanifícios (Portugal, Instituto Nacional de Estatística 1945, pp. 294-295).

18 Acta da Secção Feminina do Sindicato Nacional, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

cas, habitualmente, a partir dos dez ou doze anos de idade, de forma a contribuir para a reduzida economia familiar<sup>19</sup>.

Eram cerca de «4 ou 5 mil amotinados que pretendiam assaltar a esquadra de Polícia e dar fuga aos operários que lá estavam presos», segundo o relatório da GNR sobre o movimento grevista<sup>20</sup>. Os guardas da PSP e os soldados da GNR tentaram estancar o avanço da multidão, fazendo um cordão à frente do Comando da PSP. António Mendes Alçada, «um operário dos mais exaltados», lançou as mãos à espingarda de um dos guardas<sup>21</sup>. Após ter sido atingido com a coronha da espingarda, foi enviado para os calabouços da Polícia e de lá seguiria, juntamente com os seus colegas e sob a tutela da PVDE, para a prisão de Caxias. Ao verem que mais um dos seus tinha sido detido, os operários, as operárias e as suas famílias exaltaram-se, «redobrou a vozeria» e, como o Largo do Pelourinho se encontrava em obras, lançaram mãos às pedras da calçada e arremessaram-nas contra as forças policiais. O Chefe da Polícia é atingido e foram também disparados tiros de lado a lado, o que levou a que alguns guardas e operá-

19 São os pais os primeiros a não prescindir do trabalho dos menores nas fábricas, para ajudar na economia caseira. Em 1923, as crianças entravam para as fábricas a partir dos 9 anos de idade. (Assunção 2008, p. 301); Segundo os censos de 1940, para o Distrito de Castelo Branco, a idade activa situava-se a partir dos 10 anos de idade (Portugal, Instituto Nacional de Estatísticas 1944).

20 Relatório da GNR, *in* Relatório da PVDE, *cit.*

21 «porquanto na ocasião em que a ordem publica ali estava alterada, este ter-se-á agarrado à arma do declarante, com a intenção de o desarmar, vindo agarrada a ela até à esquadra, para onde o declarante o obrigou a ir, só aqui a largando», in declaração do guarda da PSP, Joaquim Martins, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941. Ver ainda: Auto de Perguntas de António Mendes Alçada, a 27 de Novembro de 1941 *in* Processo PIDE/DGS, *cit.*

rios ficassem feridos<sup>22</sup>. Um dos operários chegaria mesmo a perder a perna nos confrontos<sup>23</sup>. Uma descrição destes acontecimentos é dada em *A Lã e a Neve*:

*Mal os presos haviam sido aferrolhados na cadeia, instalada, como a esquadra da polícia, no rés-do-chão do velho edifício filipino que a Câmara Municipal ocupava, já a multidão surgia ali em frente, no Pelourinho, enchendo de gritos toda a praça. E cada vez engrossava mais, mulheres atrás de mulheres, sempre mais mulheres. - Queremos os presos! E queremos pão para os nossos filhos! (...) As mulheres berravam sempre mais alto e incitavam, com palavras e gestos, os homens mais tímidos. (...) O Pelourinho andava em obras, para alargamento da sua área e as pedras do calcetamento amontoavam-se aos cantos da praça. Enfurecidas, mãos femininas agarravam-nas e arremessavam-nas sobre a polícia. (...) Batido por certa pedra, mesmo à porta da esquadra, um dos polícias apontara, em desforço, a sua carabina – e um rapaz caíra com uma perna trespassada pela bala. Ao seu grito sucedeu em unísono um grito de ódio da multidão inteira (Castro 1985, p. 127).*

22 Das forças policiais foram feridos o Chefe da PSP que «ficou contuso», um guarda da PSP atingido com um tiro «junto ao olho direito» e um soldado da GNR, atingido no lábio. Ficaram ainda «feridos 5 civis, que foram internados no Hospital da Covilhã», in Relatório da GNR, *cit.*

23 Relatório da PVDE; o jornal *Avante!*, faz igualmente referência a esta situação: «Foi a altura da intervenção das forças armadas. Polícia, Guarda e Forças do Exército abriram fogo. Os trabalhadores ainda tentaram resistir, defendendo-se com pedras. Mas as metralhadoras crepitaram. Um operário caiu com uma perna esfacelada que posteriormente foi amputada.», in “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!», *Avante!*, Novembro de 1941.

Ao som dos tiros e com a chegada dos reforços policiais, «o largo foi limpo de insurrectos, começando então a dispersar das embocaduras das ruas aquêles que para ali tinham ido»<sup>24</sup>. Com a cidade sob forte policiamento, a agitação operária foi controlada e a ordem nas ruas restabelecida. Nessa noite, os operários reuniram-se no Teatro Covilhanense, onde mais uma vez se proclamou que a greve se ia manter enquanto as suas reivindicações não fossem atendidas.

As autoridades administrativas e policiais, vendo que os seus esforços para acabar com a greve não surtiam efeito, mandaram chamar um «grupo de operarios, dos mais preponderantes, que resolveram redigir um manifesto aos trabalhadores das Fabricas». Este manifesto foi escrito por diversos elementos que se sabiam ligados ao anarco-sindicalismo e que, segundo os agentes da PVDE, embora «aparentem estar fora de qualquer actividade revolucionaria, alcançaram essa preponderancia em virtude de quasi todos êles terem tido actividade politica»<sup>25</sup>. Alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estado em tempos presentes nas direcções da extinta Associação de Classe (AC). Outros haviam contribuído activamente para o jornal desta associação, *O Trabalho*, até 1933, altura em que foi extinto, como consequência da implementação da nova ordem corporativa.

O manifesto de 7 de Novembro incitava os operários a regressar às suas oficinas no dia seguinte, pelas 8 horas da manhã, com a

24 Relatório da GNR, *cit.*

25 Relatório da PVDE, *cit.*

promessa de que essa comissão tudo faria para resolver o problema dos trabalhadores, intercedendo junto de quem tinha o poder de decisão<sup>26</sup>. Segundo a PVDE, foi esta medida que fez que os operários regressassem às fábricas a 10 de Novembro, e cessassem a greve deixando, no entanto, a promessa de voltarem a recorrer à paralisação do trabalho, no prazo de quinze dias, caso as suas reivindicações não fossem atendidas<sup>27</sup>. Posto isto, os trabalhadores avisavam que seria bom «de futuro que tanto os da direcção como todos aqueles que ocupam cargos de responsabilidade estudem a forma de criar a paz nas ruas e nos lares e nos espíritos»<sup>28</sup>.

O facto de as autoridades terem recorrido, em desespero de causa, devido à incapacidade de resolverem o problema da agitação social, aos membros da extinta AC – que tinha ligações aos anarco-sindicalistas, dos mais proeminentes e ligados à actividade política –, será criticado aquando da redacção do relatório da PVDE<sup>29</sup>. Quando se tratava de problemas relativos ao operariado, os mediadores por excelência no Estado Novo deveriam passar pelo SN ou pelo INTP. Ora, isso não sucede, uma vez que estas instituições se colocam à margem, voluntária ou involuntariamente, dos aconteci-

26 Manifesto de um grupo de operários, *Idem*.

27 Relatório da PVDE, *cit*.

28 Exposição de Alberto Borges à PVDE, *cit*.

29 «E como todas as ocasiões são boas para interferência e processos mais ou menos velados, constata-se o facto de ter sido o ex-operário José Caetano, presidente da última Direcção da Associação de Classes dos Operários da Industria de Lanifícios, militante anarquista e com cadastro Policia, que extra-oficialmente serve de medianoiro no regresso dos operários ao trabalho», *in* Parecer da PVDE, *cit*.



mentos. É natural, assim, o que se encontra no parecer do relatório da PVDE, segundo o qual «teria sido mais natural que tivesse tratado do caso uma entidade oficial»<sup>30</sup>. De facto, a preferência recaiu sobre os membros de uma AC de esquerda, extinta, ligada à oposição e não aos membros da direcção do então SN. O conjunto dos trabalhadores estava desiludido com a direcção do Sindicato, acusando Bernardo Gíria, um dos dirigentes, de não salvaguardar os seus interesses. Deste modo, esta greve, desprovida da mediação do SN, constituiu um conflito aberto entre os operários e o Governo, num dos primeiros sinais dados pela classe trabalhadora dos defeitos e insuficiências do sistema corporativo.

Paralelamente à agitação da classe operária covilhanense, surgia uma tensão latente, por um lado, entre o patronato covilhanense e a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e, por outro, o Governo. Os primeiros desejavam conceder o tão reivindicado aumento salarial enquanto os últimos adiavam a decisão, retirando à FNIL a autoridade jurídica que sempre havia detido na organização corporativa para decretar aumentos salariais em conjunto com a Federação Nacional dos Sindicatos de Lanifícios<sup>31</sup>.

Os operários dos lanifícios voltariam, no entanto, a recorrer à greve poucas semanas após os incidentes de Novembro, depois de verificarem que a reivindicação de aumento salarial não havia surtido efeito. A 5 de Dezembro de 1941, exactamente um mês depois do

30 *Idem.*

31 Sobre esta questão, ver: ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, n.º 5, NT 7.

início da primeira greve, os «operarios ao receberem a sua feria avisaram os patrões de que estava passado um mês das promessas que lhes haviam sido feitas, e como até à data nada obtivessem, resolveram fazer novamente greve». Nesta segunda greve de 1941 não existe, porém, notícia de «amarelos», «tendo os operarios de todas as outras Fabricas aderido à greve»<sup>32</sup>. A 8 de Dezembro, os operários juntar-se-iam mais uma vez no Largo do Pelourinho, mas desta vez «em atitude passiva». Nesse mesmo dia, o Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, enviava um comunicado aos grevistas da Covilhã, o qual se encontrava espalhado pelas ruas da cidade. Neste comunicado, o Governador Civil começava por alertar que a greve era entendida como «um facto perturbador da ordem, da tranquillidade pública e da vida económica e como tal é reprimida», ordenando aos operários que regressassem ao trabalho no dia seguinte. Caso tal não acontecesse, o Governador Civil não se eximiria de ordenar a detenção dos «criminosos» e a fazer aplicar a lei que, para estes casos, determinava uma pena «de destêrro de 4 a 10 anos, com prisão no lugar de destêrro de 2 a 4 anos»<sup>33</sup>.

Na noite de 8 de Dezembro, realizou-se uma reunião no cinema da cidade, presidida por António Maria Pinto, o Governador Civil, por Ubach Chaves, o Representante do Estado na Indústria de Lanifícios e por Antão dos Santos Cunha, delegado do INTP na Covilhã.

32 Relatório da PVDE, *cit.*

33 Comunicado do Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, em 8 de Dezembro de 1941, *Idem.*

Nesta reunião, Ubach Chaves aconselhou os operários a cumprirem o que havia sido ordenado pelo Governador Civil, «afirmando que, tanto os que ficassem em casa como aqueles que viessem para a Rua, sofreriam as mesmas sanções». A reunião contou com pouca afluência do meio operário, para desânimo dos seus organizadores. Nessa noite, houve um «certo apaziguamento, desaparecendo pouco a pouco a multidão que desde manhã se encontrava no Largo»<sup>34</sup>. Nesta greve não se recorreu aos operários mais destacados para mediar o conflito entre os operários e o Estado, provavelmente devido às duras críticas a que as autoridades covilhanenses foram sujeitas após terem seguido esse caminho, um mês antes.

No dia 9 de Dezembro, após a afixação do comunicado do Governador Civil e da reunião que teve lugar no dia anterior, no cinema, a maioria dos operários voltaria ao trabalho. Os mais des-timidados, no entanto, mantiveram-se em greve. Ao darem conta do incumprimento da ordem de regresso às fábricas por parte de alguns operários, as autoridades do concelho vão intimar os proprietários das fábricas a entregar a lista daqueles que haviam faltado, sendo realizadas, nessa altura, várias prisões<sup>35</sup>. Serão mais de 50 os operários e operárias presos nesta segunda greve da Covilhã<sup>36</sup>. Alguns seriam trabalhadores que ganhavam acima da média, o que espanta e coloca

34 Relatório da PVDE, *cit.*

35 Lista de operários que não compareceram ao trabalho na ETL enviada para a PSP, a 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e a PSP.

36 Processo PIDE/DGS, *cit.*

a polícia política sob alerta, pois as condições económicas não seriam as únicas razões para se terem mantido em greve<sup>37</sup>. Estava «inteiramente vedado» aos industriais de lanifícios, por ordem superior do Governador Civil, «readmitir ao seu serviço qualquer dos operários ou operárias que não compareceram ao trabalho», a partir de dia 9 de Dezembro<sup>38</sup>. Se tinha havido alguma complacência com as mulheres operárias aquando da primeira greve de Novembro, em Dezembro, com a prisão de um número de significativo delas, as autoridades enviavam um sinal claro de que de tudo fariam para pôr fim à agitação operária naquela cidade e noutras que lhes queriam seguir as pisadas. Apesar das sucessivas detenções realizadas, o operariado fez constar que partiria para uma terceira greve caso as suas reivindicações não fossem atendidas, «mas desta vez mais violentamente e secundados pelos seus camaradas da Guarda, Tortozendo e Concelhos limítrofes»<sup>39</sup>.

Coincidência ou não, ainda não havia terminado a greve de Dezembro, e o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, enviará ao Ministro do Interior a redacção de um projecto de decreto que, dois anos mais tarde, em 1943, será uma das armas do Estado Novo na luta contra o movimento

37 «embora com menos responsabilidade, podemos apontar: Francisco Cunha, José Rodrigues Bernardo e José da Cruz Serra, todos operários da Fabrica, Quintino Maria da Costa, que sendo considerada a que melhor paga, não se apresentaram ao serviço no dia seguinte ao do comunicado do Governador Civil.», in Relatório da PVDE, *cit.*

38 Circular do GILC, de 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e o GILC.

39 Relatório da PVDE, *cit.*

operário durante este período: a mobilização industrial. O projecto tinha sido elaborado por Trigo de Negreiros, depois das sugestões feitas por Rafael Duque, o Ministro da Economia e de conversas tidas com o Ministro do Interior<sup>40</sup>. Desejava-se complementar o decreto-lei de 1934, no qual constava a proibição da coligação operária e/ou patronal, de modo a punir-se a greve e o lock out mas que, agora, no clima de agitação social a que se vinha a assistir, parecia ser insuficiente<sup>41</sup>. Neste projecto de decreto, os indivíduos que suspendessem o seu trabalho, por deliberação patronal ou coligação de empregados ou operários, para além de ficarem sujeitos à mobilização industrial, seriam convenientemente condenados como grevistas e poderiam vir ainda a ser julgados como desertores incorrendo numa pena de 4 a 10 anos de desterro, ou de prisão, entre 2 a 4 anos. Ao Estado incumbia o superior papel de «defesa da produção, abastecimento do país, (...) e regularidade da vida económica e social» e, como tal, ficava

40 «De harmonia com a nossa conversa, escrevi a V. Ex.<sup>a</sup> o projecto de decreto relativo à mobilização das empresas e operários que abandonarem voluntariamente o trabalho. Trata-se de dar forma, ainda que em 1.<sup>a</sup> redacção, por sugestão feita pelo Sr. Ministro da Economia, e, por isso, em caso de se entender que a solução pode ser adoptada, o projecto será revisto para se introduzirem as alterações que se reportarem necessárias. Não podemos, [...], deixar perturbar ou destruir a economia, admitir processos há muito condenados ou enfraquecer a disciplina e a autoridade. As coisas apresentam-se com melhor aspecto.», *in* Projecto e Cartão de Trigo de Negreiros para o MI, de 8 de Dezembro de 1941, *in* Relatório da PVDE, *cit.*

41 «as disposições do decreto-lei n.º 23.870, de 18 de Maio de 1934, devem ser complementadas com outras que permitam ao Governo mobilizar de forma efectiva as forças produtivas em que se tenha verificado suspensão ou quebra irregular de actividade», *in* Projecto e Cartão de Trigo de Negreiros, *cit.*

autorizado, através do Ministério da Economia, a implementar o sistema de mobilização industrial para as empresas afectadas<sup>42</sup>.

É importante ressaltar que são os próprios agentes da polícia política, enviados àquela cidade ainda a segunda greve não havia terminado, que reconhecem a precariedade das famílias do operariado industrial. Foram ainda investigadas as ligações com o «pessoal mineiro», mas a PVDE não chega a aprofundar o assunto. Os agentes da PVDE alertam ainda para o facto de a Covilhã ter no seu meio indivíduos com «ideias avançadas», aos quais seria necessário dar redobrada atenção. Outro dos problemas era o facto de a Aldeia do Carvalho, situada a 4 quilómetros da Covilhã, e que albergava cerca de 800 operários, não ter qualquer policiamento e de ser daí que provieram muitos dos operários que participaram nas greves de Novembro e Dezembro de 1941. Acrescenta o relatório da PVDE que não era igualmente «raro aparecerem pintadas pelas paredes distintivos comunistas, tendo já estado alguns habitantes presos nesta polícia, implicados em manejos desta natureza». Por fim, a polícia política conclui o relatório, assinalando:

*«que a cidade da Covilhã, é um meio, talvez devido a influências do passado, os operários «querem conquistar» e não que lhes «ofereçam», parecendo-nos que só com uma repressão energética, como a que se está fazendo, mas contínua, será possível normalizar*

*a situação naquela cidade, embora convencidos que parte dos operários têm direito a que se olhe pela sua situação»<sup>43</sup>.*

Sem chegarem a ir julgamento no TME, os operários detidos nas duas greves foram soltos na véspera de Natal, por ordem do Ministro do Interior, à excepção de dois: Gilberto Duarte, que «se havia esquecido da sua qualidade de soldado, para se lembrar unicamente de que também é operário»<sup>44</sup> e Felisberto Fernandes Berto, que havia morrido quatro dias antes, no Hospital do Desterro.

Por despacho ministerial, de 17 de Março de 1942, os operários de lanifícios viram os seus salários serem aumentados em 20%. Esta medida abrangia ainda todos os operários ligados de alguma forma ao trabalho nas fábricas de lanifícios, como o sector da construção civil, serralheiros e «outro pessoal subsidiário que, regular e permanentemente, trabalha nas fábricas»<sup>45</sup>. O despacho de alteração dos salários mínimos vinha com a seguinte nota do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social: «Espera-se que todos – emprêsas e trabalhadores – compreendam os altos objectivos que levaram o Govêrno à publicação dêste despacho e colaborem com êle no seu exacto cumprimento. Na hora conturbada que o mundo atravessa, o espírito de disciplina representa a melhor salvaguarda da paz social

43 Relatório da PVDE, *cit.*

44 AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

45 Circular do INTP, de Maio de 1942. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a FA e o INTP.

e a mais valiosa garantia do futuro da Nação»<sup>46</sup>. O aumento salarial, contudo, não faria face à inflação galopante dos anos de conflito mundial: em 1943 os operários de lanifícios da Covilhã estariam numa situação ainda pior do que aquela em que se encontravam em 1941.

As greves de Novembro e Dezembro de 1941 na Covilhã darão o mote para um ciclo grevista «em muito maior escala» que vai caracterizar os anos da Segunda Guerra Mundial, em Portugal (Freire 1996, pp. 401-404). A agitação social no país será marcada por uma crescente politização, com o PCP a liderar muitas das greves após 1942. No final do conflito, em 1945, os operários da Covilhã regressarão à greve mas a repressão, agora já suficientemente testada noutras circunstâncias, irá trazer ainda mais duras consequências para aqueles que «às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão» (Castro 1985, pórtico).

<sup>46</sup> Circular do GILC sobre os salários mínimos, de 18 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, corresp. entre ETL e GILC.





## ***Contestação.***

IDEIAS, LUTAS E OUTROS ASPECTOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

*“toda a história moderna se fez com base em intenções de controlo e nas pessoas que se opõem a isso”*

Chomsky (2000: 84)

O presente capítulo espelha de forma bastante clara a ideia avançada por Chomsky no seu “Discurso da Dissidência”. No conjunto de textos aqui apresentados podemos encontrar várias formas e diversos relatos sobre resistência, oposição, contra-hegemonia, tanto por parte dos actores dos acontecimentos relatados como dos investigadores que se propõem a fazer uma história a partir de baixo, dando voz aos subalternos, aos opositoristas, aos resistentes, ou simplesmente apresentando uma leitura diferente, antagónica ou contra-hegemónica de factos ou acontecimentos.

Do conjunto de textos apresentados, os que incidem sobre o movimento operário, a sua história e as suas lutas constituem a maioria e remetem para as clássicas discussões sobre movimentos sociais e resistência, sobre industrialização, classe, consciência, processo histórico mas também novos movimentos sociais, identidade e globalização.

Em disciplinas como a História ou a Sociologia podemos encontrar propostas que olham os movimentos sociais do período da industrialização como a combinação de dois processos, analiticamente

---

distintos mas empiricamente associados. Por um lado, o conflito industrial propriamente dito, ligado ao modo de produção capitalista e às suas tensões internas e, por outro, a entrada progressiva para o papel de cidadãos, das camadas sociais tradicionalmente excluídas da construção do moderno estado-nação (Bendix cit em Melucci, 1995). Junto da classe operária novecentista estes dois processos encontravam-se intimamente interligados, de um lado a luta de classes e do outro a luta por direitos de cidadania. É a partir daqui, segundo Melucci (1995), que se irão separar as correntes teóricas que se dedicarão à análise das sociedades contemporâneas, umas olhando mais atentamente os processos de conquista social e de direitos políticos e outras as tensões estruturais e as lutas pela obtenção e distribuição dos recursos existentes. No presente capítulo podemos encontrar propostas teóricas e exemplos empíricos, históricos e sociais que demonstram estas diversas realidades, desde a segunda metade do século XIX até ao pós 25 de Abril de 1974.

Paulo Guimarães apresenta-nos a temática dos conflitos ambientalistas no seio da indústria mineira portuguesa, entre a segunda metade do século XIX até aos anos 30 do século XX, mostrando em distintos contextos os diferentes comportamentos e estratégias negociais de proprietários, camponeses e das companhias mineiras na relação que estabelecem entre si e com o Estado português, no que diz respeito aos danos e desequilíbrios ambientais criados pela atividade mineira e industrial. O autor põe em análise as vozes dos diversos protagonistas e apresenta um trabalho de arquivo notável que permite compreender uma temática poucas vezes abordada na academia portuguesa numa perspectiva histórica tão detalhada.

No âmbito da história do movimento operário, o texto de Teresa Fonseca, ao apresentar-nos a situação de Montemor-o-Novo no período da Primeira República, remete para uma temática mais frequente e melhor estudada mas à qual faltam por vezes estudos que confirmem o detalhe do local, que é extremamente necessário para pensar, por exemplo, a conflitualidade social em termos de escala, as identidades profissionais e de classe a partir do micro e das suas alianças e redes sociais que se podem ou não estender a horizontes de expectativa e conquista mais vastos. Igualmente, para uma parte do período do Estado Novo (1926–1958), o artigo de Maria João Raminhos Duarte sobre a resistência operária ao Estado Novo em Silves, contribui decisivamente para o alargar do conhecimento monográfico sobre a resistência operária no sul do país, discutindo questões também elas com repercussões nacionais e ainda hoje academicamente pertinentes como é o caso do 18 de Janeiro de 1934.

Num outro registo, o relato apresentado por Rosalina Carmona a partir do diário pessoal de um ferroviário do Barreiro, sobre a greve de 70 dias dos operários ferroviários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste (1920), revela uma fonte biográfica inestimável, que permite captar um momento assaz importante para a história do movimento operário do Barreiro, com toda a trama quotidiana de uma população operária no pós I Grande Guerra, e que constituindo um relato essencialmente na primeira pessoa, com pontuações e leituras críticas da autora, nos transporta de forma imediata para aquela realidade de maneira quase romanesca. Ainda no registo grevista, é importante destacar o artigo de Sílvia Correia e José Nuno Matos que, já para o pós 25 de Abril, apresenta uma análise detalhada da documentação

---

de imprensa e do material de arquivo sobre o papel da CGTP no desenrolar da Greve Geral de 12 de Fevereiro e das comemorações do 1º de Maio de 1982, no norte do país, e de como estes acontecimentos foram entendidos e utilizados pelo poder político vigente para gerir o poder sindical e o sistema de informações do Estado. Num contexto de emergentes movimentações sociais e colectivas, uma história da resistência, das greves e das lutas laborais em Portugal apresenta-se como imprescindível para um entendimento do país, das suas lutas, tensões e contradições internas.

Neste âmbito é ainda de referir como crucial o texto de José Manuel Lopes Cordeiro sobre as eleições sindicais nos últimos anos do Estado Novo (1969–1974), no seio da indústria têxtil, onde o autor faz uma análise minuciosa do papel do Estado e das diversas forças políticas e movimentos oposicionistas envolvidos, inserindo-os também na conjuntura social e ideológica circundante. E, para uma história política, operária e sindical, o artigo de João Freire sobre os meios de difusão do anarquismo no princípio do século XX, onde o autor percorre a imprensa, a propaganda, a actividade editorial, as celebrações e o associativismo, entre outros aspectos constituintes do movimento e da sua implantação em Portugal.

Com um enquadramento teórico e empírico desta natureza resta ainda espaço para uma breve discussão sobre os movimentos sociais rurais do sul do país. E neste âmbito Constantino Piçarra discute, a partir da análise do mediático caso de José Diogo, as lutas político-ideológicas que este despoletou junto dos grupos marxistas-leninistas do pós 25 de Abril, reflectindo sobre as suas consequências para a definição da luta de classes e da questão agrária.

---

Com este conjunto de textos obtemos uma visão mais rica e complexa da realidade nacional, observamos diferentes regimes de poder e formas de oposição, negociação e resistência. Desenvolvemos um olhar mais atento para a questão do local, do regional e da sua articulação com o nacional, olhando os processos com as suas ambiguidades, subtilezas, reviravoltas e contradições. Acima de tudo contribuindo para pensar a contestação de forma não essencializada, opondo-a às formulações estabilizadoras, procurando captar as porosidades, os interstícios e os processos mais do que o facto ou o acontecimento *per si*, refletindo sobre a complexidade dos sujeitos e da suas acções no seio dos estados modernos e do sistema capitalista.

Sónia Ferreira

